

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

O “SILÊNCIO” DAS GERAIS:

O nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros

Jairo Faria Mendes

SÃO PAULO

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JAIRO FARIA MENDES

O “SILÊNCIO” DAS GERAIS:

O nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor.

Orientador: Prof. Dr. José Marques de Melo

SÃO PAULO

2007

Jairo Faria Mendes

O silêncio das Gerais: O nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Marques de Melo (orientador) - UMESP

Prof. Dr. Adolfo Queiroz - UMESP

Profa. Dra. Graça Caldas - UMESP

Prof. Dr. Guilherme Rezende - UFSJ

Profa. Dr. Rosa Nava - UNIPAC

Suplentes:

Profa. Dra. Cíclia Peruzzo – UMESP

Profa. Dra. Fatima Feliciano - UNIPAC

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Soraia Tomich Marcos pelo companherismo e incentivo.

Ao meu orientador prof. Dr. José Marques de Melo que possibilitou a realização deste trabalho. Além disso, ele me ensinou muito, e me fez amadurecer e crescer na vida acadêmica.

À profa. Dra. Isabel Ferin que me recebeu de forma muito amável em Portugal, e me orientou na minha caminhada pelos arquivos lusitanos.

À Capes, pela bolsa de doutoramento sandwiche, na Universidade de Coimbra, em Portugal, que me permitiu estudar as raízes da imprensa mineira.

A todos os colegas do mestrado e doutorado da UMESP, que foram sempre calorosos e amigos.

*“As montanhas escondem o que é Minas.
(...) Ninguém sabe Minas.
(...) Só os mineiros sabem. E não dizem
nem a si mesmos o irrevelável segredo
chamado Minas”*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Este trabalho analisou os fatores responsáveis pelo atraso no surgimento e no desenvolvimento dos jornais mineiros em suas principais fases: imprensa publicista, informativa e grande imprensa. As Minas, apesar de possuírem importância política e econômica, nos séculos XVIII e XIX, viram sua imprensa sempre assumir um papel secundário no país. Ela foi a sexta província a ter jornais, ficando atrás do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão. Para entender o que deixou as Gerais nessa situação, foi necessário conhecer profundamente suas particularidades. A pesquisa demonstrou que a repressão a Inconfidência Mineira, os fluxos migratórios e as mudanças econômicas e sociais, que a província viveu no século XIX, foram responsáveis pelo atraso dos jornais mineiros. O próprio modo de ser do mineiro, a chamada “mineiridade”, também contribuiu para que isso ocorresse.

Palavras-chave: História da imprensa, imprensa mineira e jornalismo.

ABSTRACT

This paper analyses the facts that were responsible for the delay in the appearance and development of newspapers in the state of Minas Gerais during its main stages: political-discourse press, informative press and the greater print media. Despite its political and economical importance during the XVII and XIX centuries, the State of Minas Gerais saw its press play a secondary role in the country. It was the sixth province to have newspapers, a step behind the states of Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará and Maranhão. To understand what made Minas Gerais remain in that position, it was necessary to learn deeply about its particularities. The research demonstrated that the suppression applied against the *Inconfidência Mineira* (Minas Conspiracy), the migratory movements and the social and economic changes the province underwent during the XIX century were responsible for the delay in the establishment of the state's newspapers. The typical lifestyle of the state's native people, called 'mineiridade', also contributed to the fact.

Keywords: History of the Press, state of Minas Gerais press and journalism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DOS JORNAIS MINEIROS	34
2.1 Tipografia	34
2.1.1 <u>No Brasil</u>	36
2.1.2 <u>A impressão nas Gerais</u>	40
2.1.2.1 A calcografia	42
2.1.2.2 Literatura medíocre	44
2.1.2.3 A imprensa e o governo	45
2.1.2.4 A tipografia	46
2.2 Os jornais	51
2.2.1 <u>O nascimento dos periódicos mineiros</u>	52
2.2.2 <u>Os primeiros jornais brasileiros</u>	57
2.2.1.2 <i>Rio de Janeiro</i>	59
2.2.1.3 <i>Bahia</i>	61
2.2.1.4 <i>Pernambuco</i>	62
2.2.1.5 <i>Maranhão e Pará</i>	64
2.2.3 <u>O jornal nas Minas Gerais</u>	65
2.2.3.1 <i>O momento do nascimento do primeiro jornal da província</i>	74
2.2.3.2 <i>As fases da imprensa mineira oitocentista</i>	76
2.2.3.3 <i>O Publicismo</i>	86
2.2.3.4 <i>A imprensa informativa</i>	82
2.2.3.5 <i>A consolidação dos jornais informativos</i>	87
2.2.3.6 <i>Belo Horizonte: A nova capital</i>	90
3. QUESTÕES BRASILEIRAS	98
3.1 Censura, processo de colonização e atraso dos indígenas	105
3.1.1 <u>A rígida censura</u>	106
3.1.2 <u>O processo colonizador</u>	119
3.1.3 <u>Os indígenas nas Gerais</u>	137
3.2 Analfabetismo, urbanização, atividades econômicas e burocracia estatal	140
3.2.1 <u>O analfabetismo</u>	140
3.2.2 <u>A urbanização</u>	145
3.2.3 <u>A burocracia estatal</u>	150
3.2.4 <u>As atividades comerciais e industriais</u>	154
4. PARTICULARIDADES MINEIRAS	161
4.1 Inconfidência Mineira, crise da mineração e mudanças econômicas	163
4.2 O deslocamento constante da imprensa	173
4.3 Distância do litoral	178
4.4 Moderação e mineiridade	181

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Classificação proposta por Sodré	20
TABELA 2 Classificação proposta por Bahia	21
TABELA 3 Quadro comparativo entre as províncias	22
TABELA 4 Fases da tipografia brasileira	40
TABELA 5 Primeiras iniciativas mineiras	49
TABELA 6 Primeiros jornais das capitanias	54
TABELA 7 Periódicos brasileiros até 1822	55
TABELA 8 Fases da imprensa mineira	79
TABELA 9 Primeiros periódicos das cidades mineiras	82
TABELA 10 Cidades com mais jornais (1823-1897)	86
TABELA 11 Distribuição da população mineira em 1776	167
TABELA 12 Distribuição da população mineira em 1821	167
TABELA 13 População mineira (1876 –1823)	168
TABELA 14 População brasileira de 1772-1782	169

1- INTRODUÇÃO

A tese apresenta um estudo sobre os fatores responsáveis pelo atraso no surgimento e na consolidação dos jornais nas Minas Gerais. Para isso, fui às Minas setecentistas e oitocentistas buscando verificar quais questões políticas, econômicas, sociais e culturais foram inibidoras da imprensa mineira em suas diversas fases.

As Minas Gerais foram a principal Capitania do século XVIII e uma das mais importantes do século XIX. No entanto, a sua imprensa não acompanhou as principais capitâneas brasileiras (Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco), que viram surgir várias publicações a partir de 1821, quando se liberou a criação de jornais na Colônia. Além disso, só no final da década de 1920 os jornais se consolidaram no Estado, com o surgimento do *Diário da Manhã*.

Segundo França (1998), a região ficou para trás não só no século XIX. Para ela, até hoje as Gerais não têm um jornalismo consistente.

A história do jornalismo em Minas Gerais tanto se caracteriza pela quantidade de jornais que surgiram e desapareceram rapidamente como pela inexistência de grandes jornais e de um jornalismo vigoroso. Pode-se dizer que Minas não alcançou um jornalismo de massa, e a imprensa mineira, mantida sob o domínio da política, sempre oscilou entre um jornalismo de opinião e um jornalismo institucional (FRANÇA, 1998, p. 101).

A autora, que é severa em sua análise, estudou o diário *Estado de Minas*, que surgiu em 1928. No entanto, este jornal, que hoje ainda é a principal publicação mineira,

contribuiu bastante com a consolidação do jornalismo mineiro. O *Diário da Manhã* (1927) e o *Estado de Minas* (1928) foram a modernidade chegando a imprensa das Gerais.

O que França (1998) diz é que as Minas, mesmo com o *Estado de Minas*, não vão acompanhar a qualidade do jornalismo produzido em estados como o São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e uma das principais razões disto é o envolvimento dos jornais com o poder público. Mas isso não quer dizer que o jornalismo mineiro não tenha se consolidado.

França (1998) também não pesquisou os jornais do século XIX. Caso fizesse isso, encontraria importantes publicações do final do período oitocentista, em Juiz de Fora. No entanto, estas experiências também não poderiam ser enquadradas como “grande imprensa”, como será mostrado mais adiante. Infelizmente, também foram experiências que morreram nas primeiras décadas do século XX.

Meu estudo tem como referência a tese de doutoramento de José Marques de Melo, publicada em 2003, com o título *História Social da Imprensa*. Nela é apresentada uma pesquisa sobre as causas para o atraso na implantação de tipografias no Brasil, em relação à área de colonização espanhola e inglesa.

No entanto, a minha pesquisa traz um enfoque diferente do apresentado por Marques de Melo (2003). Ele estudou as razões do atraso da imprensa brasileira (no sentido de tipografia) com relação à América Espanhola e Inglesa. Já a minha tese busca entender o atraso do surgimento e a consolidação dos jornais (e não tipografias) nas Minas, e isto em relação às outras capitânicas, depois províncias.

Logicamente, para entender o surgimento de jornais é necessário também saber como foi o processo de implantação de tipografias. Por isso, as causas apontadas por

Marques de Melo (2003) serviram como ponto de partida para a minha pesquisa. Elas funcionaram como hipóteses para meu estudo.

Marques de Melo (2003) apontou sete causas para o atraso na implantação de tipografias no Brasil: 1) natureza feitorial da colonização, 2) atraso das populações indígenas, 3) predominância do analfabetismo, 4) ausência de urbanização, 5) precariedade da burocracia estatal, 6) insipiência das atividades comerciais e industriais, 7) reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos.

As Minas, por terem, no período colonial, como sua principal atividade econômica a mineração, tinham algumas diferenças com relação às outras capitanias. Enquanto no restante do Brasil existia uma sociedade rural, baseada no latifúndio e na monocultura, nas Gerais prevalecia a urbanização e uma vida social dinâmica. “A anarquia e a dinâmica do processo de povoamento de Minas Gerais geraram no começo uma sociedade igualitária e democrática” (FRANÇA, 1998, p. 76).

Por isso, quatro causas apontadas por Marques de Melo (2003) não são encontradas nas Minas de maneira tão forte quanto no restante do Brasil: analfabetismo predominante, pequena burocracia estatal, falta de urbanização e pouca atividade industrial e comercial. Os outros três fatores apontados pelo autor existiam de forma marcante nas Minas. São eles: o caráter explorador da colonização, o atraso dos indígenas e a censura da Metrópole. Aliás, em razão do controle da atividade mineradora, os mineiros viveram a censura com muito mais rigor do que outras partes da Colônia.

Nas Gerais, havia uma elite culta e letrada, que fomentou as atividades culturais no século XVIII. Além disso, havia uma grande burocracia com a função de normatizar e controlar a exploração de ouro e diamantes. Ela também era urbanizada, e tinha uma atividade comercial significativa.

Essas diferenças com relação às outras capitâneas tornaram o estudo mais instigante. Foi necessário buscar respostas para o problema de pesquisa nas particularidades das Gerais. Para isso, durante a pesquisa, foram apresentadas mais quatro hipóteses: a) a crise econômica do final do século XIX, a repressão à Inconfidência Mineira e as mudanças sócio-econômicas que as Minas sofreram com a decadência da mineração aurífera; b) O deslocamento dos centros da imprensa, que causou interrupções no processo de desenvolvimento dos jornais. Inicialmente o centro da imprensa mineira era Ouro Preto, depois este se deslocou para Juiz de Fora, e, posteriormente, para Belo Horizonte; c) A distância do litoral, a falta de estradas e a topografia montanhosa, que deixavam a região com a sensação de isolamento; d) O *ethos* mineiro, a chamada mineiridade, que influenciou na política e na imprensa das Gerais. Como os jornais do início da imprensa brasileira eram habitualmente usados de forma agressiva, como instrumentos de luta política, e nas Minas a moderação era uma marca forte do jogo político, os periódicos publicistas não tiveram tanta importância quanto em outras capitâneas (depois províncias). Com relação aos jornais informativos e a grande imprensa, a mineiridade também foi inibidora pela questão da autocensura, que também está relacionada com o jeito conciliador e moderado do habitante da região.

Essas hipóteses foram confirmadas na tese. Pesquisando a política, a economia e a cultura das Minas setecentistas e oitocentistas foi possível identificar esses fatores para o atraso dos jornais da região.

Para entender a imprensa mineira do século XIX é preciso apresentar alguns conceitos. O primeiro é o de publicismo, já que a grande maioria dos periódicos mineiros oitocentistas vai seguir esta linha. Lage (2001) explica como era o jornal publicista:

Os jornais publicavam, então, fatos de interesse comercial e político, como chegadas e partidas de navios tempestades, atos de pirataria, de guerra ou revolução; mas isso era visto como atração secundária, já que o que importava mesmo era o artigo de fundo, geralmente editorial, isto é, escrito pelo editor – homem que fazia o jornal praticamente sozinho (LAGE, 2001, p.10)

Observando os periódicos da primeira metade do século XIX, encontra-se neles as características apresentadas por Lage (2001), sendo que era muito comum os jornais dedicarem todo seu espaço para os chamados *artigos de fundos* (textos opinativos), de caráter político panfletário.

Para entender o processo de consolidação dos jornais mineiros também foi preciso se buscar nos estudos da história da imprensa brasileira definições das fases da imprensa no século XIX e do processo de consolidação dos periódicos no País. Só assim foi possível definir o momento da consolidação dos jornais das Gerais.

Marcelo de Ipanema e Cybele de Ipanema, em um artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1975, falando sobre a imprensa regencial, no Rio de Janeiro, dividem as publicações existentes neste período, em categorias que considero úteis para a tese.

Os autores dividem os jornais do período regencial em três grupos: 1) informativos; 2) moderados; e 3) exaltados. As últimas duas divisões reúnem os jornais publicistas: os com postura moderada e os com atuação mais agressiva. Já a primeira divisão se refere às publicações que não praticavam o publicismo, ou seja, não eram simplesmente instrumentos políticos. Estes jornais traziam informação, opinião e anúncios, e tratavam de temas variados e não só de questões políticas. Os dois exemplos cariocas deste tipo de publicação são o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Commercio*.

Sodré (1998) também classifica o *Diário do Rio de Janeiro* como um jornal informativo:

Foi, realmente, o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. Diário, ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; estes tratavam de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, aluguéis e, desde novembro de 1821, preços de gêneros (SODRÉ, 1998, p.50)

O *Jornal do Commercio* diferenciava-se do *Diário do Rio de Janeiro* por trazer também informações sobre questões políticas.

Ipanema; Ipanema (1975) mostram que os jornais informativos tiveram vida muito mais longa que os publicistas. Enquanto os periódicos moderados e exaltados dificilmente completavam um ano de circulação, os informativos atravessaram décadas. O *Diário do Rio de Janeiro*, circulou de 1821 à 1878 (67 anos de existência). Já o *Jornal do Commercio* foi criado em 1827 e circula até os dias de hoje.

A vida longa dos jornais informativos é uma característica que mostra a importância destas publicações na consolidação da imprensa brasileira. A presença deles era sinal da existência de uma imprensa que não vivia a mercê das disputas políticas.

A leitura dos jornais mineiros do século XIX mostra claramente que o *Diário do Rio de Janeiro* e, principalmente, o *Jornal do Commercio* serviram como fontes de informação para a imprensa da Província. Estas duas publicações são muito citadas pelos jornais mineiros oitocentistas.

Marques de Melo (1985) considera que, no século XIX, a hegemonia foi dos jornais informativos, nos principais países do mundo. “(...) o jornalismo informativo afigura-se como categoria hegemônica, no século XIX, quando a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo a informação de atualidade em mercadoria” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 15).

Esse jornalismo informativo se tornou hegemônico também nas principais províncias do Brasil, a partir da metade do século XIX. Mas, nas Minas isso só ocorreu nas últimas décadas do período oitocentista.

No entanto, é importante diferenciar os jornais informativos do século XIX do que hoje se entende por jornalismo informativo. Como diz Lage (2001), os jornais do século XIX praticavam um jornalismo educativo e sensacionalista. Com fins educativos os jornais orientavam o leitor sobre literatura, teatro, moda, etiqueta. Já o sensacionalismo era praticado nos periódicos, segundo Lage (2001), para ganhar leitores e assim cumprir a função educativa. “A realidade devia ser tão fascinante quanto a ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser” (LAGE, 2001, p. 15).

Foi no século XX que surgiu o que Lage (2001) chama de “jornalismo-testemunho”. Nele o “repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que lhe possa ser interessante” (LAGE, 2001, p.23).

É essencial no processo de consolidação da imprensa mineira a presença de periódicos informativos. Fato que ocorreu timidamente, a partir de 1866, com o surgimento do *Diário de Minas*, em Ouro Preto. Mas só na última década do século XIX mostrou consistência através de diários informativos em Juiz de Fora.

Uma outra questão importante para a consolidação dos jornais mineiros é aquilo que Sodré (1999) chama da passagem da imprensa artesanal à empresarial. Segundo ele, esse período terminou no Brasil em 1850, quando os periódicos se tornaram empresas, mesmo que de pequenas dimensões. No entanto, Sodré (1999) considera o período artesanal da imprensa brasileiro como o mais rico, por ser um admirador da imprensa combativa. “(...) o período de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira” (SODRÉ, 1999, p.180).

Os conceitos de imprensa artesanal e empresarial relacionam-se com os de jornalismo publicista e informativo. Ou seja, o publicismo vai se associar ao período artesanal, e o jornal informativo ao período empresarial. Afinal, como diz Marques de Melo (1985) a informação transformou-se em mercadoria.

No entanto, para entender melhor a consolidação da imprensa mineira oitocentista é preciso conhecer as diversas fases da imprensa brasileira. Para definir esses períodos recorreu-se aos dois principais estudos sobre a história da imprensa brasileira¹: *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (1999); e *Jornal, História e Técnica*, de Juarez Bahia (1972).

Sodré (1999) divide a imprensa brasileira do século XIX em quatro fases, que, para facilitar o estudo, apresento denominações que caracterizam os períodos. Do surgimento dos primeiros jornais até a Independência (1808-1822): a *Imprensa Colonial*. Nesse período predominaram os jornais que apoiavam a Corte. No entanto, a partir de 1821, surgiram várias publicações que defendiam os interesses dos brasileiros. Da Independência até a

¹ Os dois estudos são de grande importância para compreensão da história dos jornais brasileiros, mas apresentam uma deficiência. Eles analisam e classificam a imprensa brasileira tomando como referência apenas as principais províncias (principalmente o Rio de Janeiro). Por isso, quando falam de um determinado momento da imprensa brasileira, na verdade estão se referindo às províncias mais desenvolvidas.

Maioridade de D. Pedro II (1822-1840): a *Imprensa Publicista*. Foi o período em que prevaleceu o publicismo, ou seja, quando predominaram os pasquins². Da Maioridade até a Proclamação da República (1840 à 1889): a *Imprensa Informativa e Literária*. O publicismo perdeu importância, fortaleceram-se as publicações informativas e ganhou destaque a literatura nos jornais. “Era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 192). Da Proclamação da República até os dias de hoje (a partir de 1889): a *Grande Imprensa*. Foi quando os principais jornais do País tornaram-se grandes empresas.

² Sobre os pasquins, como diz Sodré (1998): “(...) traduzidos na violência como norma e na injúria como moeda corrente, responsável pela fisionomia apresentada pelo pasquim. (...) Operavam com igual fúria, com a torpeza elevada ao nível da norma, com a falsidade utilizada como instrumento de luta, com o insulto estabelecido como meio de ação” (SODRÉ, 1998, p. 156).

TABELA 1 - CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA POR SODRÉ (1999)

FASE³	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
Imprensa Colonial	1808-1822	Ligação com o poder. Nos dois últimos anos surgiram jornais nacionalistas.
Imprensa Publicista	1822-1840	Os jornais atuavam como instrumentos políticos, tendo uma linguagem muito agressiva.
Imprensa Informativa e Literária	1840-1889	O publicismo perdeu importância, e os jornais informativos e literários ganharam destaque.
Grande Imprensa ⁴	A partir de 1889	Os jornais tornaram-se grandes empresas.

Já Bahia (1972)⁵ divide em apenas duas fases a imprensa brasileira oitocentista: 1) *Fase Inicial* (1808-1879); 2) *Fase da Consolidação* (1880-1900). Ele descreve a transformação que os jornais do País sofreram a partir de 1880:

³ Como Sodré (1999) não se preocupou em nomear as fases, eu criei denominações para elas, tendo a preocupação de estar o mais próximo possível do vocabulário adotado pelo autor.

⁴ André Singer diz que o termo grande imprensa “é usado no Brasil para designar jornais e revistas de circulação nacional, cujos assuntos principais são política e economia e que são voltados para influenciar a opinião pública. Ao falarmos de grande imprensa deixamos de lado a imprensa regional, a imprensa popular, assim como o jornalismo televisivo e radiofônico” (SINGER, 1994, p. 180).

⁵ Bahia (1972) também menciona a Fase Moderna da imprensa, a partir de 1930. Quando “a imprensa brasileira ocupa lugar relevante no quadro do moderno jornalismo mundial” (BAHIA, 1972, p. 91). No entanto, para este estudo só interessam as fases da imprensa brasileira no período oitocentista.

Os pasquins, os papeluchos, os jornalecos efêmeros, de duas ou quatro folhas de reduzido formato e limitada penetração, desaparecem não como por encanto, mas como resultante de novas condições sociais. A técnica é imposta a um meio antes habituado à convivência e à exploração do artista. A prioridade da máquina, a divisão do trabalho, a especialização, a distribuição racional das responsabilidades atingem, ainda que precariamente, a tipografia, causando-lhe um impacto. Uma imprensa mais participante e também mais consciente é chamada a ocupar lugar fundamental na vida pública do País (BAHIA, 1972, p. 45).

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA POR BAHIA (1972)

FASE	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
Inicial	1808-1879	Precariedade técnica e publicismo.
Consolidação	A partir de 1880	Desenvolvimento técnico e fortalecimento dos jornais.

O estudo de Sodré (1999) é mais completo do que o de Bahia (1972). Além disso, considero que a divisão das fases da imprensa brasileira, no século XIX, feita por Sodré (1999), apresenta melhor o processo de evolução dos jornais do País. Bahia (1972), ao dividir a imprensa oitocentista em apenas duas fases, ignora a passagem do publicismo ao jornal informativo que ocorreu, de acordo com Sodré (1999), a partir de 1840. Por isso, é utilizada como referência a divisão proposta por Sodré (1999).

Para observar como as Minas estiveram atrasadas no processo de surgimento e consolidação dos jornais é preciso compará-las com as principais províncias do País. Como

está sendo utilizada a divisão proposta por Sodré (1999), abaixo são apresentadas as fases definidas pelo autor, e o momento em que elas se tornaram realidade nas Gerais.

TABELA 3 – QUADRO COMPARATIVO DAS FASES DA IMPRENSA MINEIRA COM AS PRINCIPAIS PROVÍNCIAS (ESTADOS)

FASES	PRINCIPAIS PROVÍNCIAS (ESTADOS)	MINAS GERAIS
Imprensa Colonial	1808-1822	Não teve jornais nesta fase
Imprensa Publicista	1822-1840	1823-1885
Imprensa Informativa e Literária	1840-1889	1885-1927
Grande Imprensa	A partir de 1889	A partir de 1927

Observando as quatro fases proposta por Sodré (1999) vê-se o atraso da imprensa mineira. Na primeira fase (colonial), nem chegaram a circular jornais. Na segunda (publicista), as Minas começaram apenas com um ano de atraso, mas só superaram esta fase 45 anos após as principais províncias. Na terceira fase (informativa e literária), as Gerais só entraram quando as principais províncias já estavam passando para a fase da grande imprensa. A última fase (grande imprensa) só chegou às Minas 38 anos após os principais estados.

Para compreender os motivos que inibiram o desenvolvimento dos jornais mineiros é necessário conhecer a história da região. O período em que surgiram as primeiras experiências de tipografia (clandestinas) na Colônia, ou seja, o século XVIII, foi o apogeu

econômico das Minas. Com a descoberta do ouro no final do século XVII, a Capitania rapidamente se povoou e se desenvolveu. Existiam vários fatores favoráveis ao surgimento da imprensa, e alguns desfavoráveis. No século XIX, quando surgiram os jornais no Brasil, as Gerais viviam uma crise econômica, mas já possuíam uma sociedade bem estruturada, com cidades importantes e muita tradição cultural.

O período setecentista tem sido considerado o século das Minas Gerais. Como diz Capistrano de Abreu: “(...) se quiséssemos designar cada século de nossa história por um epíteto aproximado, caberia o de pernambucano ao XVI, o de baiano-paulista ao XVII, o de mineiro ao XVIII” (apud IGLÉSIAS, 1985, p. 8).

Na última década do século XVII descobriu-se ouro nas Minas. O território, que era habitado somente por índios, rapidamente se povoou. Vieram pessoas de várias partes do Brasil e de Portugal. Como conta Lima Júnior (1978, p. 32) “os anos de 1701 e 1702 caracterizaram-se na história do povoamento, pelas audazes aventuras de deslocamento de que há memória”.

Era tão grande a chegada de imigrantes que o governo português criou proibições, no início do século XVIII, para entrada na Colônia. Mas, mesmo assim, a população crescia muito. Lima Júnior (1978) diz que não havia como executar as leis, já que os soldados também fugiam em massa para o Brasil. Como diz o historiador mineiro IGLÉSIAS (1985), em 30 anos a Capitania estava povoada e com um governo próprio. E como define VASCONCELOS (apud IGLÉSIAS, 1985, p.7), “(...) as Minas não tiveram infância. Nasceram com a deusa de Atenas, já feita e armada”.

No século XVIII, ocorreu o auge da exploração de ouro e diamantes nas Minas Gerais. Por isso, a Capitania se desenvolveu muito nesse período, e teve a maior máquina administrativa da Colônia, com o objetivo de controlar a mineração e recolher o máximo de

tributos para a Coroa Portuguesa. Em 2 de dezembro de 1720, as Gerais tornaram-se uma Capitania independente, separando-se de São Paulo. Nesse ano, de acordo com Lima Júnior (1978), as Minas já tinham uma população de 250 mil habitantes.

Muitos conflitos ocorreram nas Minas setecentistas. O governo local sempre tentava aumentar a tributação, mas quase nunca obtinha sucesso. O imposto, chamado quintos (pois representava 20% do ouro encontrado), era sonegado de todas as formas. Nem mesmo perseguições e a repressão governamental mudaram a situação. Além disso, causaram revoltas e fizeram com que os governantes fossem odiados pela população. O Conde de Assumar dizia que “o clima de rebelião é como o oxigênio que se respira nestas minas” (apud IGLÉSIAS, 1985, p. 7). Ele, que por alguns relatos mostrava ser um pouco exagerado, descrevia assim as Minas:

A terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdade os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordem os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e, amotinada lá por dentro, é como no inferno (ASSUMAR apud MACHADO, in: prefácio de VASCONCELOS, 1981, p. 3)

As Minas tornaram-se outras no século XIX. Houve uma crise econômica, e a própria sociedade e o perfil psicológico do mineiro sofreram uma mudança drástica. Economicamente, a mineração passou a ter papel secundário, sendo superada pela atividade agropecuária. As regiões auríferas perderam importância, por isso, outras regiões se povoaram rapidamente. O mineiro, que no período setecentista mostrou-se rebelde e

aventureiro, passou a ser sinônimo de moderação, conciliação, prudência. Todas essas mudanças influenciaram no surgimento e na consolidação dos periódicos na região.

São muito escassos os estudos que resgatam a memória da imprensa das Minas Gerais. O primeiro trabalho (e ainda um dos mais importantes) vem de 1898, feito por Xavier da Veiga. Depois disso há uma lacuna na pesquisa sobre a história da imprensa mineira. Também se destaca o estudo realizado Joaquim Nabuco Linhares, que só foi publicado em 1997, décadas depois de sua morte. Ele, que possuía uma coleção pessoal riquíssima, com grande parte das publicações que surgiram em Belo Horizonte de 1895 a 1954, fez um catálogo trazendo muitas informações sobre estes periódicos. Mas surgiram outros estudos como Campos; Lobo (1922), nas comemorações do centenário da Independência; o artigo de Frieiro (1962) *Notas sobre a imprensa mineira*; e Castro;Vaz (1997) analisando o jornalismo nas primeiras décadas de Belo Horizonte.

Nos principais livros que descrevem a história da imprensa brasileira, é possível observar o desprezo com que as Minas são tratadas. Nelson Werneck Sodré (1999), em *História da Imprensa no Brasil*, dedica poucas linhas as Gerais. Hélio Vianna (1945), em *Contribuições à história da imprensa brasileira*, dá atenção a apenas um jornal mineiro, o *Precursor das Eleições*, de 1828, sendo que a região possuía publicações muito mais expressivas do que esta. Juarez Bahia (1972), em *Jornal, história e técnica* também dedica poucas linhas aos periódicos das Minas. Marques de Melo (2003), em *História social da imprensa*, dá mais atenção a região e faz referência a experiência do padre Viegas, sem se aprofundar, pois o objetivo da sua obra é discutir as causas do atraso da imprensa brasileira e não descrever casos isolados. Rizzini (1968), em *Jornalismo antes da tipografia*, faz apenas algumas referências rápidas as Gerais.

Esses são exemplos que mostram que a história do jornalismo mineiro é quase ignorada, apesar da importância da região. As Minas eram a Capitania mais urbanizada, mais populosa e com menor estratificação social. Tudo parecia favorável ao florescimento da imprensa nas Gerais.

No entanto, apesar de todos esses fatores positivos, os jornais nas Minas demoraram a aparecer, e principalmente consolidar-se, comparando-se a outras capitanias, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Essa é uma questão que exige ser compreendida. Ela é de grande importância para história da imprensa no País.

A pesquisa sobre a imprensa mineira também ganha importância por que, apesar dela ter sido tardia, alguns dos fatos e personagens mais importantes da memória do jornalismo do País estão ligados a ela. Das Minas vieram Frei Veloso (que criou a *Oficina e Casa Literária do Arco do Cego*, em Lisboa, em 1799), o padre Viegas (responsável, entre muitas outras coisas, por uma impressão calcográfica, em 1807) e os polêmicos jornalistas Bernardo Vasconcelos e Teófilo Otoni. Além disso, muito antes do surgimento de jornais no Brasil, na década de 1780, circulou na Capitania as *Cartas Chilenas*, um poema satírico, que trazia informações e criticava o governo local, uma maneira criativa de suprir a falta de jornais.

A metodologia utilizada é o método de interpretação funcionalista, que também foi adotado por José Marques de Melo, em sua tese de doutoramento na USP, em 1973. O autor explica que “o método funcionalista proposto por Durkheim consiste na determinação da correspondência existente entre um fato considerado e as necessidades gerais do organismo social em que estamos inseridos” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 27).

Como descreve LAKATOS; MARCONI (2001), esse é “mais um método de interpretação do que de investigação” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 110). Ele estuda

seus objetos do ponto de vista de suas funções em determinado sistema. Parte do pressuposto que a sociedade é formada com inúmeros atores, que se inter-relacionam e são interdependentes, e que são melhores compreendidos através das funções que exercem no processo. Sendo importante conhecer tanto as funções manifestas (as conhecidas pelo grupo social estudado) como as latentes (não conhecidas por este grupo).

A definição de LAKATOS; MARCONI (2001) ajuda a compreender o que é o método funcionalista:

(...) considera, de um lado, a sociedade como uma estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos numa trama de ações e reações sociais; de outro, como um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relação às outras (...) E o papel das partes nesse todo é compreendido como funções no complexo de estrutura e organização (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 110)

O método funcionalista tem relação com o pensamento positivista. Mas, como explica Genro Filho (1987), enquanto Augusto Comte queria que a sociologia seguisse o modelo da física, Dürkheim preferia o da biologia. Por isso, pensava no estudo das funções no corpo social, analogicamente às funções do organismo.

Como mostra Fernandes (1959), já na primeira metade do século XIX alguns pensadores tentavam relacionar sociedade e o corpo humano. Um importante exemplo é a obra *Elementos de Zoologia*, de H. Milne Edwards, de 1834. O livro buscava relacionar as funções orgânicas vitais (alimentação, reprodução etc) ao funcionamento do corpo social. No entanto, foi Dürkheim que desenvolveu o método funcionalista em duas obras publicadas na última década do século XIX: *A divisão do trabalho social* e *As regras do*

Método Sociológico. Nelas o autor reagiu à maneira simplista como se relacionava o social com o orgânico.

Como ressalta Genro Filho (1987), Dürkheim procurou diferenciar as “causas” das “funções” para explicar os fenômenos sociais. Para este, entender as causas significa explicar a sucessão dos fenômenos, já compreender as funções quer dizer definir o papel atribuído a cada fator no funcionamento do organismo social. Dürkheim diz que é necessário estudar as causas e as funções que produzem os fatos sociais.

Fernandes (1959) esclarece melhor esta diferenciação entre “causa” e “função” apresentada por Dürkheim. As causas seriam o ponto de vista estático, enquanto as funções seriam o dinâmico. Ou seja, as causas se referem a acontecimentos marcados no tempo que provocaram modificações sociais. Já as funções querem dizer a processos ou situações que formam a estrutura social e são responsáveis pela sua estabilidade.

As causas podem ser bem localizadas no tempo. É algo que ocorreu e provocou um determinado efeito. Já as funções falam de algo estrutural, que é responsável por uma realidade que permanece por um longo tempo. É algo que faz com que o funcionamento de uma estrutura seja estável.

Para a pesquisa, o método funcionalista é adequado por que a questão do atraso dos jornais nas Minas é algo que está ligado a estrutura social, e não é simplesmente resultado de questões factuais. Isso fica claro quando vemos que no século XIX (e mesmo atualmente) a região também mantém posição secundária na história da imprensa brasileira.

Por isso, é importante compreender não só as causas do atraso da imprensa mineira, mas também as funções responsáveis por isto. Aliás, é bem mais importante a compreensão das funções, pois isso possibilita um entendimento bem mais profundo dos jornais na região.

No entanto, na tese não existe a preocupação de diferenciar as causas das funções porque estas duas coisas não se encontram separadas na realidade. “(...) é evidente que a separação entre a ‘análise das causas’ e a ‘análise das funções’, possui pouco interesse atualmente. (...) a determinação das funções não era tão simples quanto Dürkheim supunha” (FERNANDES, 1959, p. 212-213).

Em alguns momentos da análise, pode parecer bem clara a diferenciação entre causas e funções. Um exemplo disso é a crise econômica que as Minas viveram no final do século XVIII e início do século XIX, que logicamente é uma causa. Mas que está inteiramente relacionada a uma função, pois determinou a criação de uma nova estrutura econômica e social, o surgimento de uma sociedade agrária. Ou seja, esse acontecimento marcado no tempo levou a criação de uma nova estrutura social, que foi definidora dos caminhos da Província (depois Estado).

É, principalmente, uma pesquisa bibliográfica, ou seja, baseada em fontes secundárias. No entanto, também foram consultadas fontes primárias. Inicialmente foi feita uma pesquisa exploratória em jornais mineiros do século XIX apenas para entrar em contato com este material, e ter noção de como eram estes periódicos.

Mas foi necessário também realizar uma pesquisa documental, recorrendo aos arquivos de jornais para poder descrever a história dos jornais mineiros do século XIX. Inicialmente, pretendia-se para isso utilizar somente fontes secundárias, mas, tendo em vista a precariedade dos estudos sobre a imprensa mineira oitocentista, foi necessário recorrer aos acervos. Foi, por exemplo, nos acervos que pude tomar conhecimento do *Diário de Minas*, que circulou em Ouro Preto, de 1866 a 1878, e foi o primeiro jornal empresarial e informativo da Província. Essa publicação não é apresentada nos estudos existentes sobre a história da imprensa mineira.

Apesar da pesquisa documental ser pouco utilizada nos estudos de Comunicação Social, ela é uma metodologia essencial na investigação da história da imprensa, como explica Moreira (2005). Neste caso, o pesquisador em Comunicação também assume o papel do historiador, e “o documento representa o fio da meada, a indispensável referência para o registro histórico” (MOREIRA, 2005, p. 269).

Nesta pesquisa a análise documental foi qualitativa, verificando-se o teor do material encontrado. Segundo Moreira (2005), a maior parte das pesquisas documentais é qualitativa.

O problema estudado é bastante complexo e exigiu uma profunda pesquisa bibliográfica sobre diversos temas ligados à história das Minas Gerais e do Brasil. E, logicamente, sobre a imprensa brasileira.

Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico. Além de livros, foi possível encontrar muitos textos importantes na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* e publicações do início do século XX. Dissertações e teses, principalmente em programas de Ciências Políticas e História, também contribuíram bastante para compreender o contexto político, econômico e social das Minas setecentistas e oitocentistas. Além disso, anais de congressos de comunicação e de história foram fontes importantes.

Para a realização do estudo, inicialmente, dois fatos relacionados à história da imprensa mineira precisaram ser bem compreendidos: a implantação da *Oficina do Arco do Cego* (em Lisboa) por Frei Veloso e a impressão feita pelo Padre Viegas, em 1807, em Vila Rica. Eles foram dois acontecimentos marcantes. A *Oficina do Arco do Cego* foi onde se criaram as condições para o surgimento do jornalismo mineiro (e brasileiro), além do que,

Frei Veloso (seu diretor), era mineiro. Para isso, foi essencial o estágio de doutoramento que realizei na Universidade de Coimbra, com financiamento da Capes.

No estágio também foi possível entrar em contato com a bibliografia portuguesa e com os pesquisadores lusitanos que estudam a história da imprensa, o que foi importantíssimo para entender o processo de surgimento dos jornais mineiros.

Quanto ao padre Viegas, este é considerado como o pai da imprensa mineira, sendo responsável não só pela primeira impressão, mas por outras importantes iniciativas. Pode-se encontrar textos sobre ele publicados em jornais do século XIX. Como constatei, também podem ser encontradas fontes primárias sobre ele, em Mariana e Ouro Preto, onde o padre atuou como clérigo, intelectual, jornalista e artista plástico. Mas seria um desvio de rumos passar a aprofundar em fontes primárias ligadas ao padre.

Depois, logicamente, foi necessário buscar o máximo de informações e análises sobre os primórdios da imprensa mineira e brasileira. Também foi útil conhecer a imprensa portuguesa nas primeiras décadas do século XIX, tendo em vista que, até 1822, o Brasil foi parte de Portugal. Considerando que, a partir de 1808, o Brasil ganhou importância com a chegada da família real.

Foi essencial compreender como era realizada a censura à imprensa por Portugal, em todo o período colonial. Entender todos os aparatos de censura que, ironicamente, nunca conseguiram impedir a produção e a circulação de textos proibidos. Ao contrário, fizeram com que as obras censuradas passassem a ser mais cobiçadas e valorizadas.

Para responder ao problema da pesquisa foi necessário estudar bastante a história das Minas setecentistas e oitocentistas, buscando compreender os fatores econômicos, políticos, culturais, geográficos e sociais que podem ter influenciado no processo de surgimento e consolidação do jornalismo na região. Para compreender as Minas nos séculos

XVIII e XIX também foi preciso estudar a história do Brasil nesse período, podendo assim avaliar quais são as especificidades da região.

Outro ponto de grande importância levado em conta foi a mineiridade, principalmente no período oitocentista. Assim foi possível confirmar a hipótese que diz que a maneira de ser dos mineiros dificultou a consolidação dos jornais na Província.

Como já se disse, a pesquisa baseou-se prioritariamente em fontes secundárias, buscando compreender as causas do tardio e inconsistente jornalismo nas Minas no período oitocentista.

A tese foi dividida em três partes. Na primeira, foi descrito como surgiram e consolidaram os jornais nas Minas no século XIX. Inicialmente foi apresentada a história da tipografia na região. Desde a primeira impressão, em 1807, quando o padre José Joaquim Viegas de Menezes utilizou a calcografia (método que usa chapas fixas com baixo relevo) para produzir cópias de um poema que fazia elogios ao governador da Capitania, Pedro Maria Xavier de Athayde e Melo, o visconde de Condeixa.

Depois disso, haverá um intervalo de 15 anos sem impressões conhecidas nas Gerais. Somente em 1822, começaram a funcionar duas tipografias, sendo uma delas construída na Capitania, pelo padre Viegas e um amigo; e uma outra oficial, que foi importada. O resgate da história da tipografia na região é essencial porque sem prelos não há jornais. Mas é interessante notar que as impressões chegaram na Capitania bem antes dos periódicos.

Em seguida, ainda na primeira parte da tese, é demonstrado o problema da pesquisa, o atraso do surgimento e da consolidação dos jornais. Inicialmente, mostra-se essa realidade em relação às outras capitanias (depois províncias). As Minas foram a sexta a ter jornais, ficando atrás do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará.

Depois é descrito o processo de consolidação da imprensa mineira. Ouro Preto, apesar de ser a capital das Minas, foi perdendo a condição de centro da imprensa da Província (depois Estado) para Juiz de Fora, onde os jornais se consolidaram.

Na segunda parte, discute-se como os fatores apresentados por Marques de Melo (2003) para o atraso no surgimento das tipografias no Brasil eram encontrados nas Minas. Nessa parte, busca-se na história da Capitania, no século XVIII, as respostas para essas questões.

A terceira parte vem complementar a segunda, quando se havia mostrado o caráter atípico da Capitania, em razão da atividade mineradora. Agora apresenta-se o que a região tinha de particular que veio a inibir o surgimento e a consolidação dos jornais.

2. O SURGIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DOS JORNAIS MINEIROS

2.1. A tipografia

Em todas as regiões do Brasil foi tardia a implementação de tipografias. No entanto, as Gerais ficaram alguns anos atrás das capitâneas do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Com relação à arte da impressão, observa-se que as Minas estiveram atrás das principais capitâneas, mas não tanto como com relação aos jornais. Isso mostra que a existência de tipografias, apesar de ser uma condição essencial para o surgimento de periódicos, não é suficiente para que isto ocorra. De acordo com Tengarrinha (1989) para o surgimento de periódicos são necessários três fatores: o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e o interesse do público pela notícia.

Essas três questões apontadas por Tengarrinha (1989) podem ser entendidas também como um conjunto de fatores sócio-econômico-culturais que possibilitassem o surgimento dos periódicos. Afinal, para existência de um público leitor, de rede de comunicações e prelos são necessários uma sociedade dinâmica, urbanizada e o desenvolvimento econômico e cultural.

Como se vê na história do País, tirando algumas frágeis experiências pioneiras, os prelos começaram a funcionar tardiamente, e inicialmente estiveram a serviço da Coroa

Portuguesa. Além disso, as frágeis primeiras iniciativas na arte da impressão, no Brasil, que ocorreram no século XVIII e início do século XIX, não levaram a criação de jornais. Isso mostra que a Colônia não possuía condições sócio-econômico-culturais para o desenvolvimento de periódicos. Fica claro que, até o início do século XIX, não bastavam tipografias para o desenvolvimento dos jornais brasileiros.

Por isso, é importante compreender que a existência de tipografias é essencial para o surgimento de periódicos, mas que, mesmo com os prelos, ainda eram necessárias outras condições para o desenvolvimento dos jornais. Para o surgimento das tipografias era necessário um certo desenvolvimento sócio-econômico-cultural, e para o nascimento dos jornais era preciso que isto alcançasse um nível maior. Além da dependência que existia dos jornais com relação a tipografia, também é clara como ambos necessitavam da urbanização e do desenvolvimento das atividades econômicas e culturais.

A partir da vinda da família real portuguesa, em 1808, com a implantação da *Imprensa Régia*, no Rio de Janeiro, pode-se ver o surgimento da tipografia associado a criação de um jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era o nascimento da imprensa brasileira. Com a vinda da Corte ao Brasil à Colônia nas Américas passava a ter uma posição política privilegiada, e também surgia um quadro sócio-econômico-cultural necessário ao nascimento dos jornais. Nesse período, a vida política, cultural e social do Rio de Janeiro ganhou grande impulso.

No entanto, como será mostrado mais adiante, a imprensa nascia, mas sofria restrições. Apesar disso, já estavam surgindo as condições para o desenvolvimento dos jornais em algumas capitanias, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, que também foram as primeiras a possuírem tipografias. Pode-se concluir isso, por, a partir de 1821,

quando se tornou livre a criação de jornais (tanto na Metrópole como nas colônias), terem rapidamente surgido várias publicações nessas regiões.

Era de se esperar que as Minas acompanhassem as principais capitâneas e tivessem jornais no período colonial. Personagens da Capitania participaram de importantes iniciativas tipográficas, no final do século XVIII e início do século XIX. E, em 1821, estava pronta sua primeira tipografia. Mas os jornais não surgiram juntamente com os prelos, foram necessários dois anos para que a primeira publicação nascesse.

Para entender o processo de nascimento da tipografia nas Minas, é preciso compreender como os prelos surgiram nas principais capitâneas. Também é necessário conhecer bem as primeiras iniciativas na arte da impressão nas Gerais. Com isso, será possível entender melhor o processo de nascimento dos periódicos mineiros.

A seguir é apresentada a história do nascimento da tipografia mineira, procurando mostrá-la dentro do contexto brasileiro.

2.1.1 No Brasil

Ocorreram quatro iniciativas pioneiras antes da implantação da *Imprensa Régia*, no Rio de Janeiro, em 1808. A primeira foi realizada no Paraná, e as outras três em Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Marques de Melo (2003) afirma que a primeira tipografia do País funcionou de 1700 a 1727, no Paraná. Os jesuítas formaram uma comunidade, localizada entre os rios

Paraná e Uruguai, povoada por índios que fugiam dos bandeirantes. Lá havia uma tipografia, em que eram impressos trabalhos em línguas indígenas.

Passos (1952), ignorando a experiência dos jesuítas, diz que a primeira tipografia brasileira surgiu em Pernambuco, em 1706. “Começou por imprimir letras e breves orações devotas” (VERÍSSIMO apud PASSOS, 1999, p. 20). Mas segundo ele, a tipografia teria durado menos de um ano, sendo extinta por uma ordem régia. Segundo Marques de Melo (2003), existem indícios que o prelo tenha funcionado de 1703 a 1707.

Sodré (1999) afirma que no final do período setecentista eram fabricados, com bons lucros, cartas de baralhos, produzidas em chapas de madeira. Também no século XVIII ocorreu, no Rio de Janeiro, a mais importante experiência de implantação de uma tipografia anterior à *Imprensa Régia*. O então governador Gomes Freire autorizou ao português Antônio Isidoro da Fonseca a criação de uma tipografia. Não se sabe exatamente o ano em que isso ocorreu, Semeraro (1979) acredita que tenha sido em 1746. No entanto, uma carta régia de 6 de julho de 1747 fechou a tipografia.

Nas Minas Gerais, em 1807, o padre José Joaquim Viegas de Menezes imprimiu, através do sistema chamado calcografia (utilizando chapas fixas de cobre), um opúsculo de 18 páginas. O trabalho foi feito a pedido do governador Pedro Maria Xavier de Ataíde, que quis ver impresso um poema que o homenageava. A técnica da calcografia, como explica Cunha (1986), era complexa e exigia maquinário e profissionais qualificados. Para abrir as chapas de metal foi necessário utilizar equipamentos da Casa da Moeda, e técnicos que trabalhavam no local. Mesmo assim foram três meses de trabalho para produzir poucos exemplares, de acordo com Cunha (1986). Sodré (1999, p. 34) considera a experiência como “proeza extraordinária para a Colônia”.

Como já foi mencionado, essas quatro primeiras experiências na arte da impressão, no Brasil, não levaram a criação de periódicos. Foram iniciativas frágeis. A que teve maior consistência foi a que ocorreu no Rio de Janeiro, provavelmente em 1746. Essa iniciativa contou com o apoio do governador da Capitania, Gomes Freire. No entanto, não havia ainda condições sócio-econômico-culturais para o surgimento de jornais no Rio de Janeiro.

Em 13 de maio de 1808 (dia do aniversário do príncipe regente D. João VI), foi criada a *Imprensa Régia*, no Rio de Janeiro. De acordo com Semeraro (1979), neste mesmo dia foi impresso a *Relação dos Despachos Publicados neste Corte*. O *Correio Braziliense* comemorou o surgimento da imprensa no Brasil, dizendo: “Tarde, desgraçadamente tarde: mas enfim, aparecem tipos no Brasil; e eu de todo meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas” (apud SEMERARO, 1979. p. 8).

Como mostra Bragança (2002), ela foi a continuidade do trabalho da obra de um mineiro, o frei José Mariano da Conceição Veloso. Isso porque, em 1799, ele foi chamado para criar a *Régia Oficina Tipográfica, Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego*, que durou apenas até 1801. Lá passaram importantes mineiros e brasileiros, inclusive Hipólito da Costa, o fundador do *Correio Braziliense*, e foi gestada a nossa imprensa.

Em 1809, no Rio de Janeiro, foi construído um prelo de madeira para ser utilizado pela *Imprensa Régia*. Segundo Semeraro (1979), em 1822 a *Imprensa Régia* já contava com 11 prelos em funcionamento.

O primeiro tipógrafo a conseguir licença para instalar-se no Brasil foi o português Antônio da Silva Serva, em Salvador (BA), em 1811. Nessa oficina foram impressos o jornal *Idade d’Ouro do Brasil* (1811), e a revista literária *As Variedades* (1812).

No Recife, o comerciante Ricardo Rodrigues Catanho, em 1815, importou uma tipografia, que recebeu autorização para funcionar em novembro de 1816. Nela foi

impresso o *Preciso*, um documento político dos rebeldes pernambucanos. Por causa disso, foi determinado o fechamento da oficina, em 1817, e seu envio para Corte. Mas o governador cumpriu as ordens apenas parcialmente (deixando parte da tipografia no Recife), e isto possibilitou o surgimento de outra oficina em 1821, em que foram impressos os primeiros periódicos pernambucanos.

Logicamente, a existência de prelos antes das demais capitânicas foi um fator que favoreceu o nascimento de jornais no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Mas claro que o surgimento de tipografias nessas regiões não foi obra do acaso, mas sim consequência de condições sociais, econômicas e culturais favoráveis.

A partir de 1821, com a liberdade de imprensa proclamada pela Revolução do Porto, que ocorreu um ano antes, surgiram várias tipografias pelo País. Nas Minas começaram a funcionar duas tipografias em 1822, a *Tipografia Nacional* (oficial) e a outra tipografia construída pelo padre Viegas e o português Manoel José Barbosa Pimenta e Sal.

A imprensa surgiu nas Minas, de acordo com a classificação proposta por Marques de Melo (2003), na 2ª fase. A 1ª fase seria composta pelo Rio de Janeiro (1808) e pela Bahia (1811). A 2ª fase, por Pernambuco, Maranhão, Pará (1821) e pelas Minas (1822). E, a terceira, pelas outras províncias. Acredito que a Capitania de Pernambuco possa ser considerada como participante da primeira fase, por causa de seu prelo que começou a funcionar em 1816, e que apesar da proibição em 1817, possibilitou o surgimento de jornais na Capitania em 1821.

TABELA 4 - FASES DA TIPOGRAFIA BRASILEIRA

FASE	PERÍODO	CAPITANIAS (PROVÍNCIAS)
1ª FASE	1808-1820	Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco
2ª FASE	1821-1822	Maranhão, Pará e Minas Gerais
3ª FASE	A partir de 1822	Demais capitânicas (depois províncias)

FONTE: MARQUES DE MELO (2003)

2.1.2 A impressão nas Gerais

Na Capitania não houve nenhuma tentativa de implantação de tipografias no período setecentista, considerado o século das Gerais, pela grande importância que a região teve por causas de sua riqueza em ouro e diamantes. Os relatos históricos mostram que a região vivia em efervescência política e cultural.

Além disso, ela contava com frei José Mariano da Conceição Veloso, primo do mártir José Joaquim da Silva Xavier (conhecido como Tiradentes), que foi uma das principais personagens da imprensa brasileira. Foi o fundador e diretor da *Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*, em Lisboa, que funcionou apenas de 1799 a 1801. O local foi um ponto de encontro de intelectuais brasileiros e,

principalmente, mineiros. Precusores da imprensa brasileira eram freqüentadores da *Oficina* e, certamente, lá aprenderam muito da arte da impressão. É o caso do padre José Joaquim Viegas de Menezes, o precursor da imprensa e do jornalismo mineiro.

Com já foi dito anteriormente, em 1807, o padre Viegas realizaria a primeira impressão conhecida nas Minas. Segundo Cunha (1986), esta impressão foi a primeira gravação em metal, no Brasil. Foi um poema, também chamado de canto panegírico, homenageando o governador da Capitania, Pedro Maria Xavier de Athayde e Melo, o visconde de Condeixa. O religioso não era político, mas parece que ele procurava manter boas relações com as autoridades eclesiásticas e política. Os clérigos o descreveram como dedicado, piedoso e humilde.

Por causa desses dois personagens (Frei Veloso e Padre Viegas), os mineiros têm um papel de destaque na história das artes de impressão não só Brasil, mas também em Portugal, por causa da *Oficina e Casa Literária do Arco do Cego*.

A história da primeira impressão mineira começou quando o cronista e literato Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos escreveu um poema homenageando o governador, no aniversário deste. O governador quis, de todas as formas, ver o texto impresso, e sabia que em Vila Rica havia uma pessoa que tinha conhecimentos gráficos: o padre Viegas.

Assim surgiu a primeira impressão mineira reconhecida pelos historiadores. De acordo com um trabalho biográfico publicado no *Correio Oficial de Minas*, em 1859, o padre há anos já fazia algumas impressões de estampas religiosas, em seus horários de folga, e presenteava amigos. Mas agora o governador lhe pedia algo maior, que poderia desagradar o governo português, conhecido pela forte censura que impunha a imprensa, mesmo na Metrópole. Sem falar que o poema não havia passado pelos órgãos censórios, e, por isto, não tinha autorização para ser impresso. No entanto, o padre aceitou realizar a

tarefa por o governador garantir que assumiria toda a responsabilidade pelo empreendimento.

A biografia publicada no *Correio Oficial de Minas* e reproduzida na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, em 1906, descreve um diálogo entre o padre e o governador. O autor do trabalho diz que ouviu o padre Viegas repetir muito essa conversa.

- Meu Viegas, lhe disse, está resolvido o problema.
- Como, sr.?
- Como lhe digo; querendo o meu Padre dar-me mais uma prova de sua dedicação e amizade.
- Todas, quantas v. excia. de mim exija e caibam em minhas forças e pequena habilidade.
- Pois bem; o meu Padre tem já feito alguns ensaios de trabalhos calcográficos, imprimindo para o seu divertimento e para brindar alguns amigos, diversas estampas, nas quais têm gravado não só os nomes dos santinhos, como também algum dístico alusivo aos mesmos etc., ora, não é tão possível levar esses ensaios a um ponto maior, gravando estes versinhos que tanto me agradam?
- Já tive a honra de assegurar a v. excia. que estava pronto a fazer quanto em mim coubesse para comprazer-lhe, entretanto permita v. excia. uma pequena reflexão...
- Sobre o grande trabalho que vai ter em consequência da extensão da poesia?
- Não, sr.; é sobre o comprometimento que a v. excia. possa prover, atenta a proibição de trabalhos tais, em vista das ordens que do reino tem sido expedidas.
- Oh! Si é só isso não se aflija, tomo sobre mim toda a responsabilidade: mãos a obra, meu Padre. (DUARTE, 1906, p. 258)

2.1.2.1 A calcografia

A técnica utilizada pelo padre foi a calcografia, que utiliza chapas de metal fixas. Ele também conhecia de tipografia, mas para utilizar os tipos móveis teria primeiro que importar ou construir um prelo, o que era muito mais custoso e perigoso. A técnica

calcografia também era complexa, exigia máquinas e pessoal qualificado. Mas havia nas Minas um local onde era possível encontrar isso, a Casa da Moeda.

Foram três meses de trabalho duro, aplainando, polindo e abrindo onze chapas de cobre de diversos tamanhos. O impresso era composto de 14 páginas, tendo a frente uma ilustração do governador ao lado da esposa, duas páginas com dedicatória ao estadista, dez contendo o poema, e uma com o *Mappa do donativo voluntario que ao Augusto Príncipe R.N.S. offerecerão os povos da Capitania de Minas-Geraes, no anno de 1806*. Na dedicatória é utilizado o corpo 8, no poema corpo 12, e no mapa corpos 6 e 7.

O trabalho era complexo exigindo muito conhecimento técnico (o que Viegas tinha em abundância), habilidade, equipamentos e auxílio de pessoal especializado. Os historiadores acreditam que isso podia ser encontrado na Casa da Moeda. Cunha (1986) descreve como é a técnica calcográfica, utilizada na impressão:

Consiste a técnica da gravura a buril em descalçar sobre a prancha de cobre um desenho e, sobre este, 'abrir' um sulco com auxílio de um instrumento, o buril (...) A segunda etapa do burilista consiste em tintar a prancha, isto é, com auxílio de uma esponja embebida em tinta, a 'boneca', espalhar uniformemente o líquido (...) A terceira etapa (...) a prancha calcográfica, pressionada fortemente numa prensa cilíndrica, vai transferindo a tinta para o papel, onde fica estampado o desenho (CUNHA, 1986, p. 22)

Existem atualmente apenas quatro cópias dessa impressão: uma no Arquivo Público Mineiro, duas na Biblioteca Nacional e outra na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cunha (1986) acredita que podem ter sido produzidas apenas estas quatro cópias, por causa do grande trabalho que era imprimir através da calcografia, e dos riscos que existiam. Ela também diz que é difícil entender como foi possível a impressão.

“Teria trazido as chapas de Portugal? Como teria reunido tantas folhas de papel para um empreendimento ilegal?” (CUNHA, 1986, p. 27).

Viegas era um grande conhecedor das artes da impressão. O trabalho gráfico é de muita precisão, de acordo com Cunha (1986). “É obra de artista habituado a se utilizar de instrumento de gravar tal como o buril” (CUNHA, 1986, p. 30).

2.1.2.2 *Literatura medíocre*

O poema impresso é de péssima qualidade. O autor, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, não tinha nenhum talento para a literatura, apesar de ser amigo de grandes escritores da época, como Cláudio Manoel e Tomaz Antônio Gonzaga. Ele parece reconhecer sua mediocridade na apresentação de seus versos, em que se desculpa: “Queira pois V. Excia. aceitar nas seguintes mal rimadas e indigesta oitavas...”

Além disso, a obra tinha o claro objetivo de “bajular” ao governador. Como diz Cunha (1986, p. 25): “emana das estrofes tom lisonjeiro de patente servilismo”.

Diogo Pereira de Vasconcelos era português, tendo nascido na cidade de Porto, em 1760, e falecido, em 1812, no Rio de Janeiro. Era vereador e amigo do governador Visconde de Barbacena, responsável pela prisão dos inconfidentes. Depois do enforcamento de Tiradentes, Diogo de Vasconcelos fez um discurso elogiando a punição.

2.1.2.3 A imprensa e o governo

É interessante observar que as duas principais iniciativas de criação de imprensa anteriores a *Imprensa Régia* (1808) foram iniciativas de governantes. A primeira ocorreu em 1746, com a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro. Esta foi autorizada pelo então governador dessa Província, Gomes Freire, que é descrito como um amante das artes e do conhecimento. Acabou sendo fechada pelo governo português, mas no tempo que funcionou imprimiu diversas obras, algumas com centenas de páginas.

No caso do padre Viegas, também foi uma atitude do governo provincial, que assumiu os riscos. Só que desta vez não tanto preocupado com a valorização da cultura, e, sim, pela vaidade do governador. Não que houvesse alguma proibição específica com relação a tipografias na Colônia, como já foi explicado anteriormente. O que havia era a restrição de manufaturas, principalmente teares, e um Estado censor, que dificultava a própria imprensa metropolitana.

A censura não era algo exclusivo da Colônia. Não era uma atitude tomada por Portugal para evitar a independência das colônias, até porque as possessões lusitanas no oriente tiveram prelos levados pela Metrópole no início de sua colonização. O que existia é um governo autoritário, que controlava e dificultava o desenvolvimento da imprensa em todos os seus domínios, inclusive em Portugal.

O fato das primeiras iniciativas de impressão no Brasil terem sido realizadas por governantes, também mostra o baixo desenvolvimento que a Colônia se encontrava.

2.1.2.4 A tipografia

Segundo Xavier da Veiga (1898), nas Minas foi construída a primeira tipografia do Brasil, entre 1820 e 1821. No entanto, este é mais um engano de Xavier da Veiga. Em 1809, no Rio de Janeiro, já havia sido construído uma, de acordo com Sodré (1999).

No prelo produzido nas Gerais, novamente aparecia o brilhantismo do padre Viegas, o principal responsável pelo feito. Morava em Vila Rica, em 1820, o português Manoel José Barbosa Pimenta e Sal, que trabalhava como chapeleiro e sirigueiro, e tinha muito talento para a mecânica. Ele gostava muito de ler, mas não compreendia o principal livro de sua estante, que Xavier da Veiga (1898) diz ser um dicionário de *Sciencias e Artes*⁶, em Francês, língua conhecida por pouquíssimas pessoas na capital mineira. Por isso, o português folheava e olhava as ilustrações do livro, sem compreender o seu conteúdo. Costumava parar nas páginas com desenhos de equipamentos tipográficos.

O padre Viegas, que conhecia francês, traduziu este texto para o chapeleiro e explicou como funcionava e o que compunha uma tipografia. Os dois tornaram-se amigos e resolveram construir uma tipografia, que ficou pronta em 1821. Depois de terminá-la, Viegas deixou-a com Manoel José Barbosa. No entanto, ela só receberia autorização para funcionamento em 20 de abril de 1822. Lá seriam impressos os primeiros jornais mineiros, como o *Compilador Mineiro* (1823), *Abelha do Itaculomy* (1824), o *Universal* (1825), o *Companheiro do Conselho* (1825) e o *Diário do Conselho* (1825).

A oficina recebeu o nome de *Tipografia Patrícia*, fazendo referência à pátria e, indiretamente, as Minas Gerais. O segundo jornal mineiro, a *Abelha do Itaculomy*, explica a

escolha do nome “porque todos os seus utensílios foram aqui fabricados sem modelos, e sem outra direção, que o desenho achado em alguns livros; e para maior glória dos mesmos grande porção de tipos se fundiu de chumbo extraído de nossas Minas” (apud COSTA FILHO, 1955, p. 10).

Pela demora na autorização de funcionamento, essa tipografia acabou não sendo a primeira a entrar em atividade nas Minas Gerais. Uma tipografia oficial, criada pelo governo provisório, e descrita por Xavier da Veiga (1898) como “minúscula”, entrou em funcionamento alguns meses antes da construída pelo padre Viegas e seu amigo. “Os documentos seguintes, existentes no Arquivo Público Mineiro, provam que já em fevereiro de 1822 funcionava a minúscula tipografia provincial, que, aliás, denominava-se pomposamente – nacional...” (XAVIER DA VEIGA, 1898, p. 183).

Nessa tipografia foram impressas 500 cópias da fala do príncipe regente D. Pedro I, em 9 de abril de 1822, quando ele conseguiu o apoio de Vila Rica à luta pela Independência.

Fala que S.A.R. o Príncipe Regente do Brasil fez ao Povo e Tropa da Província de Minas Gerais no dia 9 de abril de 1822, quando chegou à capital dela:

Briosos mineiros, os ferros do despotismo começados a quebrar no dia 24 de agosto, no Porto, rebentaram hoje nesta Província. Sois livres. Sois constitucionais. Uni-vos comigo e marchareis constitucionalmente. Confio tudo em vós: confiai todos em mim. Não vos deixeis iludir por essas cabeças que só buscam a ruína da vossa Província e da Nação em geral.

Viva El-Rei constitucional!
Viva a religião!
Viva a constituição!
Vivam todos os que forem honrados!
Vivam os mineiros em geral! (apud VEIGA, 1898, p. 186-187)

⁶ *Provavelmente o Dictionnaire des Sciences, des Arts et de Métiers (1751-1777), de Diderot.*

Na *Tipografia Patrícia* (a construída por Viegas) foi impresso as “Trovas Mineiras”, do padre Silvério da Paraupeba, que era chamado de “Gregório de Matos de batina”.

Outras duas tipografias foram construídas nas Minas ainda na década de 1820. O ourives Manuel Sabino de Sampaio Lopes, em 1828, construiu uma no Tijuco (hoje cidade de Diamantina). Lá foi impresso o *Echo do Serro*, o primeiro jornal da comarca. Felício dos Santos (1976) diz que o ourives nunca tinha saído da comarca e, por isso, nunca havia visto uma tipografia. “(...) não possuía a menor idéia dessa portentosa invenção de Gutenberg; só sabia que com a imprensa se fulminavam os déspotas” (FELÍCIO DOS SANTOS, 1976, p. 287).

No mesmo ano, próximo ao Tijuco, no Arraial do Itambé, o ourives Geraldo Pacheco de Melo também construiu uma tipografia, em que foi impresso o *Liberal do Serro*, 22º jornal da Província.

TABELA 5 - PRIMEIRAS INICIATIVAS MINEIRAS NA ARTE DE IMPRESSÃO

PERÍODO	AUTOR	INICIATIVA
1799	Frei Veloso	Fundou a Oficina do Arco do Cego, em Lisboa.
1806 ou 1807	Padre Viegas	Realizou uma impressão calcográfica de um poema.
1820	Padre Viegas e Manuel José Barbosa Pimenta e Sal	Inicia a construção de um prelo.
1822	Governo provisório	Primeira tipografia com autorização para funcionar na Capitania.
1822	Padre Viegas e Manuel José Barbosa Pimenta e Sal	Inicia o funcionamento da <i>Tipografia Patrícia</i> , na qual seriam impressos os primeiros jornais mineiros.
1828	Manuel Sabino de Sampaio Lopes (que era ourives)	Construiu um prelo no Tijuco (hoje Diamantina).
1828	Geraldo Pacheco de Melo (também ourives)	Construiu um prelo no Arraial do Itambé (próximo ao Tijuco).

As Gerais não participaram dos primeiros anos da imprensa⁷ brasileira. Quando surgiram os primeiros periódicos mineiros, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco já possuíam uma imprensa atuante. Também foi lento o processo de consolidação dos jornais na Província. Por isso, ela ocupou uma posição secundária na história dos jornais brasileiros no século XIX.

As Minas foram a sexta província a ter jornais circulando. A primeira foi a do Rio de Janeiro, que, em 10 de setembro de 1808, ganhou a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em segundo lugar, ficou a Bahia, onde, em 14 de maio de 1811, começou a circular a *Idade d'Ouro do Brazil*. Depois, em 21 de março de 1821, em Pernambuco surgiu a *Aurora Pernambucana*. A quarta a ter jornais foi a do Maranhão, que, em 10 de novembro de 1821, ganhou *O Conciliador do Maranhão* (ele já circulava manuscrito desde 15 de abril). Em quinto lugar ficou o Pará, onde, em março de 1822 surgiu *O Paraense*. Nas Minas, só em 13 de outubro de 1823 (um ano e meio depois do Pará) surgiu o primeiro jornal, o *Compilador Mineiro*.

São Paulo, que atualmente é o grande centro da imprensa brasileira, viu surgir jornais bem depois das Minas. Sua primeira publicação foi o *Farol Paulistano*, em 1827. No entanto, como mostra Prado Júnior (2004), esta Capitania era apenas uma zona de passagem no século XVIII. E, mesmo assim ao longo do período oitocentista, foi perdendo importância como acesso para o abastecimento das Minas para o Rio de Janeiro. “São Paulo não chegou a formar, no período colonial, vida própria” (PRADO JÚNIOR, 2004, p.67). Isso sem falar que boa parte da população paulista foi para as Minas em busca do sonho de riqueza.

Como será mostrado nos próximos capítulos, as Minas tinham várias condições favoráveis para terem sido uma das províncias em que os jornais surgissem com maior vigor. No entanto, além dela ter sido a sexta a ter publicações, foi muito grande a diferença dela com relação ao Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco que viram florescer uma imprensa atuante. Para entender isso é necessário observar como foram os primeiros anos do jornalismo brasileiro.

2.2 Os jornais

Como já foi mencionado na introdução, as Minas demoraram a ter seu primeiro jornal, e mais tardio ainda foi a consolidação dos periódicos na região. Com relação à imprensa informativa e à grande imprensa, as Gerais ficaram décadas atrás das principais províncias (depois estados).

Entender como ocorreram os três momentos chaves da imprensa mineira (nascimento – imprensa informativa – grande imprensa) é essencial para analisar os jornais da região. Logicamente, para observar essa questão é necessário conhecer o contexto nacional. Este capítulo busca fazer isso, deixando claro o problema da pesquisa.

⁷ Entendendo-se *imprensa* como a publicação de jornais, e não simplesmente a existência de tipografias.

2.2.1 O nascimento dos periódicos mineiros

A primeira publicação mineira surgiu 15 anos após o primeiro periódico impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808), logo após a chegada da família real. No entanto, foi a partir de 1821 que os jornais realmente ganharam força no País. Até este ano apenas Rio de Janeiro e Bahia tinham jornais. A partir de 1821 se tornou livre a criação de periódicos. A Revolução do Porto, em 1820, facilitou a impressão e a leitura de livros e periódicos. Por isso, em 28 de agosto de 1821, um Aviso comunicou o fim das restrições para criação de publicações na Colônia. Ele dizia:

Tomando S.A. Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade da imprensa, encontrem os autores e editores inesperados estorvos à publicação dos escritos que pretendem imprimir: É o mesmo servido mandar que se não embarasse por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Cortes têm determinado sobre este objeto (apud SODRÉ, 1999, p. 41)

Em Portugal, a liberdade de imprensa estava proclamada na Constituição, que dizia:

A livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar (apud SODRÉ, 1999, p. 41)

Com isso, surgiram vários jornais, em 1821, nas capitâneas do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Maranhão. Alguns deles, meses antes do Aviso de agosto de 1821. A imprensa ganhava grande impulso. Eram jornais publicistas, bastante combativos, que influenciavam bastante a política deste período.

Esse fenômeno não ocorreu nas Minas. Só em 13 de outubro de 1823 a Província ganharia o *Compilador Mineiro*. Considerando que a imprensa brasileira só ganhou impulso em 1821 pode parecer que as Gerais não foram tão tardias.

No entanto, 1821 a 1823 foram anos muito movimentados na imprensa brasileira. Foram criadas dezenas de publicações, algumas muito importantes. O País havia-se tornado independente, e os jornais tinham contribuído bastante para isto, como dizem historiadores como Sodré (1999) e Lustosa (2000).

Quando as Minas ganharam sua primeira publicação, em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro já havia uma imprensa influente. O pior era que os jornais começavam com pouca força nas Gerais. Demorariam alguns anos para que a imprensa mineira ganhasse importância, e existisse uma variedade de periódicos circulando.

Para compreender o atraso da imprensa mineira é preciso observar a trajetória dos jornais brasileiros até 1823. As Minas foram a sexta província a possuírem periódicos, ficando atrás do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará.

TABELA 6 – OS PRIMEIROS JORNAIS DAS CAPITANIAS (OU PROVÍNCIAS) BRASILEIRAS, EM ORDEM CRONOLÓGICA

CAPITANIA (OU PROVÍNCIA)	DATA DO SURGIMENTO DO 1º JORNAL	NOME DO 1º PERIÓDICO
1º) Rio de Janeiro	10 de setembro de 1808	<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>
2º) Bahia	14 de maio de 1811	<i>Idade d'Ouro do Brazil</i>
3º) Pernambuco	21 de março de 1821	<i>Aurora Pernambucana</i>
4º) Maranhão	10 de Novembro de 1821	<i>O Conciliador do Maranhão</i>
5º) Pará	1º de abril de 1822	<i>O Paraense</i>
6º) Minas Gerais	13 de outubro de 1823	<i>Compilador Mineiro</i>

FONTES: PASSOS (1955); SODRÉ (1999)

Os mineiros além de ficarem em sexto lugar, só tiveram seu primeiro jornal um ano e meio após o Pará, o quinto. Com relação às três principais províncias a diferença foi razoável: 15 anos após o Rio de Janeiro, 12 anos depois da Bahia, e 2 anos e 7 meses atrás de Pernambuco.

No entanto, as primeiras experiências de periódicos na Bahia e no Rio de Janeiro foram muito restritas. Foi em 1821, que o Brasil viu inúmeras publicações surgindo nas principais capitanias (depois províncias). Por isso, maior consideração merece o período de 1821-1823.

Para entender essa questão deve-se considerar não só o tempo de atraso do nascimento do primeiro jornal mineiro. Mais importante é o contraste entre a realidade da imprensa mineira e a das principais províncias. Enquanto os jornais nasciam e morriam, e

influíam na sociedade, nas Gerais nada acontecia. O quadro do início da imprensa mineira era bem diferente do vivido, no período, nas principais províncias.

TABELA 7 – PERIÓDICOS BRASILEIROS SURGIDOS ATÉ 1822

CAPITANIA (DEPOIS PROVÍNCIA)	Nº DE PERIÓDICOS	NOMES
Rio de Janeiro	24	<i>Gazeta do Rio de Janeiro, O Patriota, O Espelho, Jornal de Anúncios, O Amigo do Rei e da Nação, O Bem da Ordem, O Alfaiate Constitucional, O Conciliador do Reino Unido, Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum, Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense, Heroicidade Brasileira, Reclamação do Brasil, Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura, O Despertador Brasiliense, Diário do Rio de Janeiro, Revérbero Constitucional Fluminense, O Regulador Brasileiro-Luso, A Verdade Constitucional, O Brazil, O Constitucional, O Macaco Brasileiro, O Papagaio, Valentim e o Astréia.</i>

Bahia	12	<i>Idade d'Ouro do Brasil, As Variedades, Semanário Cívico, Minerva Bahiense, Diário Constitucional, Sentinela Bahiense, Analisador Constitucional, Baluarte Constitucional, Espectador Constitucional, Idade de Ferro, Despertador dos Verdadeiros Constitucionais e A Abelha.</i>
Pernambuco	12	<i>Aurora Pernambucana, O Cegarrega, Relator Verdadeiro, Gazeta Extraordinária do Governo, O Conciliador Nacional, O Carapuceiro, O Marimbondo, Gazeta do Governo Temporário, Gazeta do Governo Provisório, Diário da Junta do Governo, Diário do Governo e Registro Oficial do Governo de Pernambuco.</i>
Maranhão	3	<i>Conciliador do Maranhão, Folha Medicinal e Palmatória Semanal.</i>
Pará	1	<i>O Paraense.</i>

FONTES: SODRÉ (1999); PASSOS (1955); CUNHA (1901)

Até o final de 1822 já havia sido criados pelo menos 52 jornais no Brasil, mas as Minas ainda estavam a quase um ano de ter sua primeira publicação. Sendo que até o surgimento do primeiro jornal mineiro, em outubro de 1823, apareceram muito mais publicações em todo Brasil. E, mesmo depois de criado o primeiro jornal, ainda demoraram

alguns anos para que o jornalismo se fortalecesse nas Gerais. Para alcançar o patamar que o Rio de Janeiro estava em 1822, por exemplo, as Minas tiveram que esperar cerca de uma década. Sem falar que, de acordo com Ipanema (1975), o número de periódicos surgidos no Rio de Janeiro no período foi bem maior do que o apresentado no quadro acima. Mas ele explica que suas estatísticas se referem a quatro tipos de periódicos: jornais, revistas, boletins e almanaques. Segundo ele, em 1821, havia 23 periódicos na Província, e, em 1822, 40. Godin (1941) também aponta algumas outras publicações no Rio de Janeiro. Ele cita, por exemplo, as *Listas* dos navios que tem entrado e saído no Rio de Janeiro, de 1809, e *O Verdadeiro Patriota*, de 1820. Se considerarmos a relação de periódicos de Godin (1941) seria necessário rever a idéia de que até a Revolução do Porto só tinham sido criados no Brasil dois jornais e duas revistas literárias.

Para entender melhor como as Minas se situam no processo de nascimento dos jornais brasileiros, apresento como isso ocorreu nas capitanias que tiveram publicações antes dos mineiros (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará).

2.2.2 Os primeiros jornais brasileiros

Com a vinda da família Real para o Brasil, no Rio de Janeiro começou a circular, em 10 de setembro de 1808, o primeiro jornal produzido no País, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Alguns meses antes, em 1º de junho de 1808, saiu a primeira edição do *Correio Braziliense*, mas este era impresso em Londres. Costa Filho (1955) lembra que “o primeiro

jornal brasileiro nasceu, viveu e morreu longe de nossas fronteiras” (COSTA FILHO, 1955, p. 4).

Na Bahia, em 14 de maio de 1811 surgiu o segundo jornal impresso no Brasil: o *Idade d’Ouro do Brazil*. Também foi baiana a primeira revista literária do País *As Variedades* (ou *Ensaio de Literatura*), um semanário criado em 1812. Em 1813, no Rio de Janeiro, começou a circular *O Patriota*, uma publicação literária e mercantil, feita na *Imprensa Régia*.

Essas foram as quatro primeiras publicações impressas no País. Foram as únicas autorizadas pela Corte. A *Gazeta do Rio de Janeiro* era o jornal do governo, mas que insistia em dizer que não era uma publicação oficial. Um aviso no jornal dizia:

N. B. Esta *Gazeta* ainda que pertença por privilégio aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é contudo oficial; e o Governo somente responde por aqueles papéis que nela manda imprimir em seu nome (apud PASSOS, 1955, p. 29)

O *Idade d’Ouro* também era uma publicação que apoiava explicitamente o governo português, como diz SODRÉ (1999):

(...) deveria ser imparcialmente a favor do absolutismo e constituir-se em órgão de sua louvação.(...) Esse órgão do pior oficialismo durou até 24 de junho de 1823, naufragando com a derrota do general Madeira e a expulsão das forças portuguesas da Bahia.(...) Chegou a ser tão odiado por isso que o livreiro Paul Martin, seu agente no Rio, desistiu de vendê-lo (SODRÉ, 1999, p. 29-30)

Nos primórdios da imprensa brasileira podia-se encontrar dois jornais e duas revistas literárias produzidas no Brasil, além do *Correio Braziliense*, impresso em Londres. Talvez possa ser incluído outro jornal também produzido em Londres, o *Investigador Português*, criado em 1811, e, de acordo com Bahia (1972), financiado pelo governo português com o objetivo de combater o *Correio Braziliense*, e defender os interesses da Corte. Sodré (1999) recusa a aceitar o *Investigador Português* como uma publicação brasileira. O interessante foi que de subsidiado o jornal passaria a ser perseguido, por ir contra interesses da Coroa, criticando, por exemplo, a permanência da família real no Brasil.

Como mostra Sodré (1999), houve vários outros periódicos impressos por portugueses em Londres, que circularam no Brasil, mas estes não podem ser considerados como parte de nosso jornalismo, pois eram mais voltados para Portugal.

2.1.1.2 Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro, em 1808, já tinha a *Gazeta do Rio de Janeiro*; e, em 1813, ganhou *O Patriota*. Como foi mencionado anteriormente, de acordo com Godin⁸ (1941), em 1809, começou a circular as *Listas* dos navios que entravam e saíam do porto do Rio de Janeiro; e, em 1820, surgiu *O Verdadeiro Patriota*. Em 1821, a Província viu o nascimento

⁸ Como os principais historiadores da imprensa, como Sodré (1999) e Bahia (1972), não fazem nenhuma menção a estas duas publicações, preferiu-se não considerá-las neste estudo.

de várias publicações. O mesmo redator de *O Patriota*, em 1821, dirigiu e escreveu também *O Espelho*, que durou até 1823. Em maio, a *Tipografia Real* lançou o *Jornal de Anúncios*, que saiu apenas sete vezes. Quase simultaneamente apareceu *O Amigo do Rei e da Nação*, que teve apenas três edições, seguido de *O Conciliador do Reino Unido*, que fechou em 1822. De vida curtíssima também foi *O Despertador Brasiliense*, com apenas uma edição.

A 1º de junho de 1821 surgiu o *Diário do Rio de Janeiro*, muito elogiado por Passos (1952) que o considerou como um dos melhores diários da América no Sul na época. Sodré (1999), que é bem severo em sua análise da história da imprensa, fala bem do *Diário*, que sobreviveu até 1878. Ele foi o primeiro diário brasileiro, e também o nosso primeiro periódico informativo.

(...) ocupava-se quase tão somente das questões locais, procurando fornecer aos leitores o máximo de informação. Inseria informações particulares e anúncios: aquelas tratavam de furtos, assassinios, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios... (SODRÉ, 1999, p. 50)

Em 15 de novembro de 1821, começou a circular o jornal apontado por Sodré (1999) e Lustosa (2000) como o mais importante na luta pela independência, o *Revérbero Constitucional Fluminense*. Em dezembro de 1821, também foi lançado um jornal de grande importância na história do País, que o próprio nome deixa claro sua forma de atuar: *A Malagueta*.

Em 1822, surgiram várias publicações no Rio de Janeiro, como: *O Regulador Brasileiro-Luso*, *A Verdade Constitucional*, *O Brasil*, *O Constitucional*, *O Macaco Brasileiro*, *O Papagaio*, *Valentim* e *Astréia*.

Lustosa (2000) destaca a importância e o estilo pitoresco de *O Macaco Brasileiro*:

Seu personagem símbolo, malandro, esperto, ladino, a clássica representação do macaco, aparece em cada um dos números como protagonista em aventuras narradas pelo próprio, com um bem-humorado sentido crítico da realidade (LUSTOSA, 2000, p. 37).

Para combater *O Macaco*, que era de oposição, o grupo Bonifacista criou *O Papagaio*, também irreverente, tanto que um de seus correspondentes assinava como *Jumento*.

2.1.1.3 Bahia

A Bahia teve seu primeiro jornal (*Idade d'Ouro*) em 1811, e, em 1812, a primeira revista literária do País, *As Variedades*. A partir de 1821, também viu aparecerem várias publicações. Em 1º de março de 1821, surgiu o *Semanário Cívico*, que durou até junho de 1823. Em 7 de abril de 1821, começou a circular a *Minerva Bahiense*; e, em 4 de agosto, o *Diário Constitucional*.

O *Semanário Cívico* apoiava a Corte, por isso era popularmente chamado de “*Semanário Cívico*”. O grande destaque na imprensa baiana foi o *Diário Constitucional* (que passaria a se chamar *Constitucional*, por deixar de ser diário em 10 de maio de 1822). Era um jornal muito combativo, segundo Sodré (1999, p. 51), “o primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros”.

O jornal e seus redatores sofreram forte pressão. O mais interessante é que, em 1822, surgiram sete publicações para combater o *Constitucional*. Como diz Sodré (1999):

(...) contra ele, tudo fez a prepotência dominante, acobertada pela tropa metropolitana do general Madeira. Não satisfeita em combatê-lo pelos seus órgãos áulicos tradicionais, fomentou o aparecimento de numerosos periódicos de vida circunstancial (SODRÉ, 1999, p.52)

Por isso, em 1822, surgiram vários periódicos na Bahia, todos para combater o *Constitucional*, foram: *Sentinela Bahiense*, *Analizador Constitucional*, *Baluarto Constitucional*, *Espectador Constitucional*, *Idade de Ferro*, *Despertador das Variedades Constitucionais* e *A Abelha*.

2.1.1.4 Pernambuco

A Capitania teve três jornais em 1821: *Aurora Pernambucana*, *O Segarrega* e *Relator Verdadeiro*. A pioneira *Aurora Pernambucana* tinha a direção do português

Rodrigo da Fonseca Magalhães, que era genro e secretário do governador Luís do Rego. Desta forma não era surpresa que o jornal tivesse como objetivo “conter os pernambucanos em seus ideais de independência, defendendo a causa do rei português” (SEMERARO, 1979, p. 13).

Em 1822, houve uma avalanche de novas publicações: *Gazeta Extraordinária do Governo*, *O Conciliador Nacional*, *O Carapuceiro*, *O Marimbondo*, *Gazeta do Governo Temporário*, *Gazeta do Governo Provisório*, *Diário da Junta do Governo*, *Diário do Governo* e *Registro Oficial do Governo de Pernambuco*.

Em 1823, surgiram várias publicações relevantes. Um dos jornais mais importantes, não só de Pernambuco como do País, no século XIX, foi a *Sentinela da Liberdade*, criada pelo combativo Cipriano Barata, em 9 de abril de 1823. O jornal variava seu nome de acordo com o local das prisões em que Barata se encontrava. O periódico assumiu 11 nomes diferentes como: *Sentinela da Liberdade da Guarita de Pernambuco* (antes das prisões, saíram 66 edições), *Sentinela da Liberdade da Guarita de Pernambuco Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida*, *Sentinela da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*, *Sentinela da Liberdade Hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá na Bahia de Todos os Santos*.

Em 25 de dezembro 1823, surgiu o destemido *Typhis Pernambucano*, de frei Caneca, um dos grandes mártires da imprensa brasileira. E, em 1825, o *Diário de Pernambuco*, que circula até hoje, sendo o periódico vivo mais antigo da América Latina.

2.1.1.5 Maranhão e Pará

Em 15 de abril de 1821, começou a circular manuscrito o *Conciliador do Maranhão*. Com a importação de um prelo da Inglaterra⁹, pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, a partir de 10 de novembro, o jornal passou a ser impresso. Era uma publicação de orientação áulica, que de acordo com Sodré (1999, p. 58), “servia com fúria aos interesses portugueses”. Seu redator era o oficial da Secretaria de Governo Antônio Marques da Costa Soares. Em fevereiro de 1822, o jornal foi substituído pela *Gazeta Extraordinária do Governo Provisório*.

De acordo com Cunha (1901) surgiram dois jornais no Maranhão, em 1822. Em 11 de março, apareceu a *Folha Medicina*, e a 18 de março, a *Palmatória Semanal*, que segundo Cunha (1901, p. 259), “surgiu para castigar os que incorriam no seu desagrado, escrito pelo padre José Antônio Ferreira da Cruz Tezinho, homem hábil, porém, satírico e rixoso”.

Laurence (2005) afirma que o Maranhão foi uma Província que se destacou, em boa parte do século XIX, na atividade editorial. No entanto, a medida que foi perdendo importância econômica, viu sua imprensa entrar em crise.

No Pará, em 1º de abril de 1822, surgiu o *Paraense*, um jornal que incomodaria muito aos portugueses. A publicação não defendia a Independência, mas era uma forte defensora da liberdade. Por isso, seu proprietário Felipe Alberto Patroni foi perseguido.

⁹ Segundo Semeraro (1979), o prelo chegou no Maranhão no final de outubro de 1821. A autora ressalta que nesse prelo foram impressas muitas obras. “Apesar das falhas de impressão decorrentes da inexistência de determinadas letras e sinais no tipos ingleses adquiridos, parece que a produção dessa primeira tipografia maranhense foi notável” (SEMERARO, 1979, p. 16).

Para fugir da repressão ele imprimia o jornal em um esconderijo, à noite. Em 25 de maio, menos de dois meses depois de criar o periódico, Patroni foi preso e embarcado para Portugal.

No entanto, o jornal prosseguiu com o cônego João Batista Gonçalves Campos, que passou a tratar da questão da Independência. Ele foi alvo de um atentado e preso por duas vezes, por ter publicado um manifesto de D. Pedro I, datado de 1º de agosto.

2.2.3 O jornal nas Minas Gerais

Como já foi mencionado anteriormente, as Minas não possuíram jornais antes da Independência. Só em outubro de 1823 surgiu a sua primeira publicação. A partir daí os jornais mineiros foram lentamente se consolidando.

As Gerais poderiam ter tido seu primeiro jornal, em 1822, caso o plano do major Luiz Maria da Silva Pinheiro tivesse sido realizado. Ele, que era responsável pela tipografia provincial (denominada *Nacional*), em um ofício, de 8 de março de 1822, pedia recursos a fazenda pública e apresentava um *Plano para a administração da Typografia Provincial* (que na verdade era um orçamento) em que estava previsto a edição de “200 exemplares de uma folha diária, em 4 ou 3 dias por semana, em meia folha, na qual se incluam artigos oficiais do exmo. Governo, de interesse nacional, particular do Brasil e Província, notícias gerais e variedades” (apud VEIGA, 1898, p.185).

No entanto, não se realizou o projeto de criação dessa publicação oficial, por falta de recursos financeiros, na opinião de Xavier da Veiga (1898). Carrato (1968) confirma que

o governo das Minas, no final do século XVIII e no início do século XIX, sofria muito com a carência de recursos. E, apesar da crise, “continuavam a ser enviados para a Corte os melhores bocados desse agora pouco recheado bolo fiscal” (CARRATO, 1968, p. 277).

A imprensa na Província começou timidamente e mostrava fragilidade. Até 1825, as Minas não tiveram mais de um jornal circulando simultaneamente. O *Compilador Mineiro*, durou menos de três meses, de 13 de outubro de 1823 a 9 de janeiro de 1824. Era publicado três vezes por semana (segundas, quartas e sextas), e, em sua curta vida, produziu 29 edições. O jornal foi muito bem recebido pela população. O primeiro número esgotou-se rapidamente, e teve que ser reimpresso.

Na primeira edição, o *Compilador* se colocava com um porta-voz da população.

Oferecemos este nosso periódico aos Senhores que quiserem fazer públicas suas idéias, ou denunciarem à opinião pública os maus empregados bem como a estes para se defenderem vindo quando respeitar o não cumprimento de deveres, munidos de documentos, salvo os casos em que se não puderem reproduzir. Os nomes dos senhores correspondentes devem ser reconhecidos e os que não quiserem que seus nomes se façam publicar mande reconhecê-los em papel separado e se guardará segredo, exceto havendo ordem de Justiça para se descobrirem por acusação que haja ou se intente. Escusamos de advertir que tendo só em vista o bom público, nunca neste periódico terão lugar odiosas personalidades. (apud CAMPOS, 1922, p. 3)

Campos (1922) cita um exemplo de denúncias de leitores publicadas: “avisa o filantropo ao público que indo hoje o Capitão Mor ao hospital da cidade ainda não se tinha dado remédio aos doentes até às 8 horas da manhã e nem havia água” (CAMPOS, 1922, p.3).

De acordo com Carvalho; Barbosa (1994), o jornal trazia notas oficiais, textos copiados de periódicos do Rio de Janeiro e reclamações, que eram publicadas em forma de avisos. O *Compilador Mineiro* era nacionalista, e se mostrava indignado com os portugueses e a administração colonial, segundo Carvalho; Barbosa (1994). O jornal também se mostrava um defensor da criação de uma universidade na Província. Tendo em vista que seu diretor era o culto padre Viegas, pode-se entender o por quê dessa reivindicação.

Campos (1922) apresenta alguns exemplos da atuação do primeiro jornal das Gerais. Um editorial protestava do valor pago a uma oitava de ouro na Província, 16 vezes menor do que o preço no mercado internacional. A edição nº 13 criticava os altos custos da administração do Tijuco, dizendo que, com a importância gasta, podia-se criar uma universidade. O nº 14 defendia o Projeto Gomide (do deputado Antônio Gonçalves Gomide) que previa a criação de uma universidade em Vila Nova da Rainha (hoje cidade de Caeté).

Na edição nº 21, o jornal dizia que era necessário criar um canal de comunicação com o Espírito Santo através do Rio Doce. Nos números 22 e 24, a publicação trata da dissolução da Assembléia Constituinte.

O *Compilador* fez algumas denúncias e protestos, mas seguiu uma linha moderada, de acordo com Costa Filho (1955). Fez elogios a D. Pedro I, como no artigo do padre Viegas, publicado na edição nº 5, de 22 de outubro de 1823, que trata o chefe de governo como “Imperador Constitucional identificado com a Nação”.

Como era comum na imprensa da época, o *Compilador* não identificava quem era seu diretor e redator, e costumava publicar artigos e correspondências anônimas, assinadas com expressões como “Bom Mineiro”, “O Anti-Constitucional” e “Puro Brasileiro”.

É interessante observar, que, em sua 12ª edição, o jornal utilizou uma linguagem enérgica para protestar contra uma suposta expedição que estaria sendo feita por Portugal para retomar o Brasil. Esse boato apareceria outras vezes na imprensa mineira, sempre tratado com muita seriedade. Em 12 de março de 1825, o jornal *Abelha do Itaculomy*, falava de uma poderosa armada que estaria vindo recolonizar o País, e dizia: “Independência ou morte! Atrás nem um passo” (apud COSTA FILHO, 1955, p. 12).

Na última edição, o *Compilador* se despede elegantemente:

O presente estado de nossa saúde e outras circunstâncias nos impossibilitam a continuação da redação desta Folha; o que nos é muito sensível pelo bom acolhimento que temos merecido do ilustre público desta Província; penas muito mais hábeis se encarregarão desta interessante tarefa (apud CAMPOS, 1922, p. 4)

Com o fechamento do jornal, os assinantes foram reembolsados pelas edições que tinham pagado antecipadamente.

Até o início do século XIX, considerava-se que o primeiro jornal da Província era o *Abelha do Itaculomy*. No entanto, em 1908, José Carlos Rodrigues, que era diretor do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, publicou neste diário “curiosas e interessantes notas referentes ao *Compilador Mineiro*” (CAMPOS, 1922, p. 1). José Carlos Rodrigues possuía uma coleção quase completa do jornal (então desconhecido), tendo 25 das 29 edições do *Compilador*.

Em 14 de janeiro de 1824, cinco dias após o fechamento do *Compilador*, foi lançado o *Abelha do Itaculomy*. Ele também saía três vezes por semana (nas segundas,

quartas e sextas), possuía quatro páginas, no formato 16 X 25 cm. Os primeiros jornais mineiros seguiram o mesmo padrão.

Carvalho; Barbosa (1994) destaca duas edições do *Abelha*, uma que publica, na íntegra, o projeto de Constituição do Império; e outra, que traz uma descrição geográfica da Província.

O *Abelha* parece ter tido uma atuação mais discreta e moderada que o *Compilador*. Em sua 2ª edição, o *Abelha* apresentou sua proposta de atuação:

Conterá – 1º - objetos concernentes à legislação; 2º - Ditos ministeriais de imediatos interesses à Província; 3º - ofícios e documentos transmitidos pelo governo e mais autoridades da Província; 4º - correspondências e mais escritos tendentes à instrução pública; 5º - os artigos noticiosos, principalmente os que respeitarem à Província (apud CAMPOS, 1922, p. 4-5)

Ao contrário do *Compilador*, o *Abelha* defendia o fim da rivalidade entre “brasileiros europeus e americanos”. Um exemplo disso é um dos colaboradores anônimos do jornal que assinava “português brasileiro”. No entanto, apesar de defender os portugueses residentes no País, o jornal se mostrou patriota diante do boato de uma invasão com o objetivo de recolonizar o Brasil. “Motivo bastante para o Brasil se ataviar de baionetas e canhões, e apresentar-se em atitude guerreira” (apud COSTA FILHO, 1955, p.11). No *Abelha* saíram muitos boatos sobre invasões portuguesas, e movimentações de tropas mineiras para defender a independência.

As posturas do periódico eram, em sua maioria, conservadoras. Em 17 de março de 1825, o *Abelha* censurou o jornal *Liberal*, da Bahia, por defender “descaradamente as

doutrinas mais sediciosas e mais jacobínicas” (apud COSTA FILHO, 1955, p. 12). Na próxima edição, falou dos conflitos existentes em outras províncias, que segundo o jornal, contrastava com o clima de paz existente nas Minas.

O *Abelha* lamentou por os republicanos e federalistas não estarem totalmente destruídos na Bahia. Também apoiou a dissolução da Assembléia Constituinte. Mas a publicação fez muitas críticas ao comércio do Brasil com a Inglaterra, em que os bretões tinham inúmeras vantagens alfandegárias.

Em 11 de julho de 1825, quando chegou à edição nº 82, o *Abelha* parou de circular, apresentando como motivo a venda da tipografia em que era impresso. Apesar do *Abelha* ser um jornal moderado, os conservadores criaram o *Companheiro do Conselho* para combatê-lo, como conta Frieiro (1962).

Em 18 de julho de 1825, uma semana depois do fim do *Abelha*, foi lançado *O Universal*, que teve como seu principal redator o polêmico político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos. Esse foi o primeiro jornal mineiro com expressão, principalmente pelo seu redator maior. Também se mostrou bem mais crítico. Costa Filho (1955) diz que o periódico foi “citado pelo Barão de Inhomirim, da intimidade de D. Pedro I, ao lado da *Astréia*, da *Malagueta*, da *Aurora Fluminense* e do *Farol Paulistano*, entre os jornais dos famintos, o que equivaleria dizer hoje jornais dos marmiteiros, jornais benquistos pelo povo” (COSTA FILHO, 1955, p. 17).

A publicação durou 17 anos, sendo que até 1833 teve a direção de Bernardo Vasconcelos. A partir daí, sob a direção de José Pedro Dias de Carvalho, fez oposição a Vasconcelos e aos conservadores. O novo proprietário tinha apenas 25 anos, e, talvez por sua juventude, tornou o jornal mais combativo. Dias de Carvalho foi um dos líderes do

Partido Liberal. Foi presidente da Província, em 1848, e também foi eleito deputado seis vezes, senador uma, e atuou como ministro da Fazenda em quatro ocasiões.

O *Universal* era bem mais combativo que os dois primeiros jornais mineiros, mas fazia isto com cautela e moderação. Teve redatores polêmicos, como Bernardo Vasconcelos, que era considerado um liberal exaltado, mas depois tornou-se conservador; e Dias de Carvalho, do qual já se falou anteriormente. Costa Filho (1955) também classifica esse jornal como moderado: “(...) fiel ao seu liberalismo moderado, discordava dos pernambucanos, entendendo que mais liberdade que tínhamos seria anarquia. Não deixava, porém, de ajuntar que menos seria despotismo” (COSTA FILHO, 1955, p. 18).

O jornal mostrava apoiar o imperador. Como diz Costa Filho (1955, p.18), “fazia vista grossa à realidade da ação despótica de Pedro I”. Ele elogiou o chefe da nação por ter censurado o presidente interino do Maranhão, que embarcou para Lisboa, a força, o redator de *O Censor*, João Antônio Garcia de Abranches. O *Universal* dizia que esse era um exemplo de como o governo imperial defendia a liberdade de imprensa. No entanto, sabia-se das perseguições a jornais e jornalistas realizadas por D. Pedro I.

Como mostra Furst (1918) o *Universal* algumas vezes chegava a bajular o imperador. Talvez esse fosse um artifício para a publicação escapar da perseguição que D. Pedro I fazia aos jornalistas que o criticavam.

A um verdadeiro hino de glória a S.M., exigido para mais segurança da vida do jornal, sempre seguia-se um período em que se falava da imortalidade imperial, e, não raramente, nesse sentido: ‘os corações dos brasileiros hão de escorar Teu Trono e nos faustos da imortalidade Tu serás mais célebre pela felicidade do Teu Povo, do que por seres fundador d’um Império Florescente (FURST, 1918, p. 16)

A dissolução da Assembléia Constituinte também foi aplaudida pelo jornal. “(...) dizendo em suma, que os mineiros mantinham o seu respeito, fidelidade e adesão a Pedro I, ídolo dos brasileiros. Artigo bombástico, excessivamente laudatório e que, hoje, aos nossos olhos, parece subserviente” (COSTA FILHO, 1955, p. 24).

Em 1825, surgiram outros dois jornais, de menor importância, em Ouro Preto: *O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas* e *O Patriota Mineiro*. Costa Filho (1955) mostra que o *Diário do Conselho* também protestou muito contra as concessões feitas para estrangeiros, não só na mineração, como na indústria e na navegação. O jornal dizia:

(...) ao trono imperial com os gemidos de um povo agrícola, e mineiro, que imploram a clemência soberana. Sobrecarregado o povo de antigos impostos, e subsídios duplicados modernamente não receia poder subsistir, e que sua particular indústria, e propriedade sejam enormemente lesadas com tantas Companhias Estrangeiras, que começam a entrar nas Minas e pretendem apossar-se das chaves, e navegação do Rio Doce com o monopólio, e extração diamantina nesta, e províncias anexas, e aonde quer que forem denunciados... (apud COSTA FILHO, 1995, p. 32 e 33)

A moderação prevaleceu na imprensa mineira oitocentista. Isso é descrito por Campos (1922), em *Imprensa mineira*, uma obra que resgatou a memória do jornalismo nas Gerais, no período de 1822 a 1922. Para Campos (1922) a imprensa das Minas se destacou com relação ao resto do País por sua prudência.

O que não deve se deixar de lado, entretanto, é a ética da imprensa mineira, admirável de prudência e de bom senso, benéfica na sua moderada e esclarecida doutrinação, mesmo nas situações de maior melindre, ao embate violento das crises, em que ela sempre se manteve firme no propósito de bem orientar o espírito popular, nos transes amargos dos infortúnios nacionais (CAMPOS, 1922, p. IV)

Costa Filho (1995) também diz, sobre os jornais, que “em Minas, a predominância cabia aos moderados” (COSTA FILHO, 1955, p.9). O autor ressalta que os primeiros jornais da Província mantiveram essa postura conciliatória.

É interessante observar alguns comentários dos historiadores com relação aos primeiros periódicos mineiros. Sobre o pioneiro *Compilador Mineiro*, Frieiro (1962) diz que “é um periódico de índole moderada”. Costa Filho (1955) mostra que o segundo jornal da Província, o *Abelha do Itaculmy*, dizia ser contra o “liberalismo exaltado”, a favor da “ordem e prosperidade pública” e defendia que “o germe da anarquia não vinga no solo de Minas Gerais”. Descrevendo uma das edições, Costa Filho (1955) deixa claro o perfil do jornal:

(...) condena a vertigem revolucionária e a imprensa, que já se desmandava numa linguagem que não tardaria muito a atingir o paroxismo das diatribes e agressões pessoais. May¹⁰ é apontado de louco, enquanto se aconselha o povo a ser fiel e submisso ao Imperador (COSTA FILHO, 1955, p. 13).

¹⁰ Luís Augusto May foi o redator de *A Malagueta*, uma publicação que como o próprio nome deixa claro, era bastante agressiva. Por causa dessa postura crítica, May vai ser espancado duas vezes, além de ser alvo de ataques do próprio imperador D. Pedro I, que através de *O Espelho* o ofendia de todas as formas, inclusive o chamando de homossexual.

Isso não quer dizer que os periódicos mineiros deixassem de fazer denúncias ou de participar das lutas políticas. A diferença dos jornais das Gerais é que esses não se posicionavam de forma tão agressiva como em outras regiões do País.

Um exemplo disso é o jornal *O Fiscal*, que começou a circular em 2 de dezembro de 1859, apresentando-se como uma publicação combativa, porém moderada.

Este pequeno periódico, auxiliador da prosperidade e tranqüilidade pública, tem como um de seus encargos de prestar-se a discussões quando tiver de acusar ou defender alguém; e com quanto prometa não ser fraco nesses combates. Previne ao leitor que sempre se haverá com comedimento.¹¹

2.2.3.1 *O momento do nascimento do primeiro jornal da Província*

Em outubro de 1823, quando surgiu o primeiro jornal das Gerais, a situação não era nada tranqüila para a imprensa brasileira. Jornalistas tinham sido perseguidos, jornais fechados.

De outubro de 1822 a julho de 1823, ocorreu a chamada “Bonifácia”, quando os jornalistas adversários do ministro José Bonifácio de Andrada foram fortemente perseguidos. O ministro tinha pedido renúncia de seu cargo em outubro de 1822, por D. Pedro I não ter aceitado o fechamento do *Correio do Rio de Janeiro*, e a deportação do dono do jornal, João Soares Lisboa.

No entanto, três dias após a renúncia, José Bonifácio reassumiu o ministério, mas agora com poderes ditatoriais, que ele usaria para perseguir seus inimigos, os defensores da Monarquia Constitucional, como diz Lustosa (2003). “A coroação de D. Pedro I, em dezembro de 1822, deu-se em meio a esse clima de perseguições” (LUSTOSA, 2003, p.36). Foram fechados os jornais *Correio do Rio de Janeiro* e *Revérbero Constitucional Fluminense*, e os proprietários destes periódicos fugiram para Buenos Aires.

Luís Augusto May, que estava frustrado por não ter sido nomeado para o cargo de oficial-maior da secretaria de Negócios Estrangeiros em Washington, e indignado com as perseguições da Bonifácia, ameaçou reativar o *Malagueta* para denunciar o autoritarismo governamental. Por isso, ele foi alvo de um maledicente artigo, em 9 de janeiro de 1823, no *Espelho*, com o título “Calmante no ou da *Malagueta*”:

Nesse artigo extraordinário tudo, desde a descrição física do personagem, passando pelas considerações sobre o seu caráter e pelo relato dos fatos que acabamos de contar, foi escrito unicamente com a intenção de ofender. Insinuava-se ali, entre outras coisas, que May devia sua trajetória nos cargos públicos que ocupara no Rio ao relacionamento amoroso que teria mantido com o conde de Galveias, cujo nome é citado inúmeras vezes (LUSTOSA, 2003, p. 37).

No dia 5 de junho, através do *Malagueta Extraordinária n.2*, May faz acusações duras contra o gabinete Andrada. Por isso, na noite seguinte sua casa foi invadida e ele foi espancado.

Isso causou uma grande reação contra o governo. “Na Assembléia, May foi imediatamente elevado a mártir da imprensa amordaçada pelo repressivo governo dos

¹¹ Jornal *O Fiscal*, de Ouro Preto, de 2 de dezembro de 1859.

Andradas” (LUSTOSA, 2003, p. 42). Essa foi uma das principais causas da renúncia de José Bonifácio, em 16 de julho de 1823.

Depois disso os Andradas foram para a oposição, e criaram o jornal *Tamoio*, que, de acordo com Lustosa (2003), “valia-se de recursos retóricos da mais deslavada demagogia para atacar os portugueses e o imperador” (LUSTOSA, 2003, p. 50).

Segundo Lustosa (2003) os violentos artigos do *Tamoio* e da *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*¹² tiveram grande influência para que D. Pedro dissolvesse a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, em novembro de 1823.

Com o fechamento da Constituinte iniciou-se outra perseguição a jornalistas. Os Andradas foram expulsos para a Europa. João Soares Lisboa (dono do *Correio do Rio de Janeiro*) também foi banido para o Velho Mundo. No entanto, como o navio que o transportava parou em Recife, este acabou desembarcando e aderindo ao movimento da Confederação do Equador, que ocorria então. Morreu em combate. Grondona (dono do *Sentinela*) fugiu e de Buenos Aires, em 1824, lançou uma edição extraordinária de seu jornal.

Como o primeiro jornal mineiro surgiu em 13 de outubro de 1823, a imprensa da Província nascia um mês antes da segunda devassa aos jornais brasileiros. Apesar do País ter pouco mais de um ano de independência, os seus jornalistas já sabiam bem o que era a repressão do Estado. Por isso, pode-se dizer que a imprensa das Gerais nasceu num momento de muito conflito. No entanto, como os primeiros jornais da Província são moderados eles não vão ser alvo de grandes perseguições.

¹² Este *Sentinela* não tem relação com o jornal de Cipriano Barata. Seu proprietário José Estevão Grondona, de acordo com Lustosa (2003), era claramente um carbonário, sendo que o texto de seu jornal está cheio de ofensas contra as monarquias européias e a Santa Aliança. Acreditava-se que seus padrinhos eram os Andradas.

2.2.3.2 *As fases da imprensa mineira oitocentista*

Ipanema (1975) mostrou algo muito importante em sua análise da imprensa carioca no período regencial, que ajuda a compreender a história dos jornais do País no século XIX. Ele apresentou dados estatísticos que comprovam que os jornais mais exaltados tiveram vida muito curta, a maioria durando poucos meses. Os moderados também não duraram muito, mas um pouco mais que os exaltados. As publicações de vida longa foram os jornais informativos. Exemplos disso, são o *Diário de Pernambuco* (1825) e o *Jornal do Comércio* (1827), que ainda sobrevivem até os dias de hoje.

Com isso, pode-se entender a grande contribuição dos jornais informativos. Primeiro, por virem trazer jornalismo e não apenas publicismo; e também por sua importância na consolidação da imprensa por causa da vida longa destes periódicos. Logo, para entender o processo de consolidação da imprensa mineira, é necessário observar quando surgiram as publicações informativas. Infelizmente, elas foram raras na região, no período oitocentista.

Nas Minas, predominaram os jornais moderados, um reflexo da forma de fazer política na Província. Isso, como será demonstrado mais a frente, foi um dos motivos do atraso no aparecimento dos jornais mineiros. Mas, por outro, a moderação permitia às

publicações uma vida um pouco mais longa, já que a perseguição que seus proprietários sofriam eram menores.

Sodré (1999), como foi mostrado na introdução, dividiu a imprensa brasileira do século XIX em quatro fases: a imprensa colonial (1808-1822), a imprensa publicista (1822-1840), a imprensa informativa e literária (1840-1889) e a grande imprensa (a partir de 1889). No entanto, a imprensa mineira e da maioria das províncias atingiu cada uma das quatro fases bem depois do período apresentado na classificação de Sodré (1999).

As Minas não viveram a primeira fase (a imprensa colonial), tiveram seu primeiro jornal somente em outubro de 1823. A segunda fase (a imprensa publicista) teve, na Província, uma duração bem maior do que na classificação de Sodré (1999). Somente a partir 1885, com o surgimento de importantes diários em Juiz de Fora, as Gerais ultrapassaram o publicismo, e consolidaram seus jornais informativos. A quarta fase (a grande imprensa) só chegou a imprensa mineira, em 1827, com a fundação do *Diário da Manhã*.

Isso mostra que as Minas oitocentistas viveram somente duas das quatro fases propostas por Sodré (1999) para a imprensa brasileira no século XIX. A primeira fase, não chegou a vivenciar por ter tido sua primeira publicação tardiamente. E, a quarta fase, só teve início em 1927. Por isso, pode-se dizer que a imprensa mineira só se consolidou no final da segunda década do século XX.

TABELA 8 – AS QUATRO FASES DA IMPRENSA MINEIRA

FASES DA IMPRENSA MINEIRA	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAL CIDADE
IMPRENSA COLONIAL	1808 – 1822	As Minas não viveram esta fase.	-
IMPRENSA PUBLICISTA	1823 – 1885	Interiorização da imprensa e fortalecimento do publicismo.	Ouro Preto
IMPRENSA INFORMATIVA E LITERÁRIA	1885 – 1927	Surgimento de uma imprensa informativa consistente. Na década de 1880, destaca-se o publicismo republicano.	Juiz de Fora
GRANDE IMPRENSA	A partir de 1927	Surgimento, em Belo Horizonte, do <i>Diário da Manhã</i> , considerado a primeira grande	Belo Horizonte

		empresa jornalística do Estado.
--	--	---------------------------------

Dentro destas fases pode-se apontar alguns marcos importantes da história dos jornais na Província. A primeira questão foi a interiorização da imprensa. Os jornais surgiram em Ouro Preto, e só em 1827 foi criada uma publicação no interior, em São João Del Rei. Foi, a partir de 1830, que eles realmente interiorizaram-se, chegando a outras regiões da Província. Por isso, a década de 1830 foi muito importante na história dos jornais mineiros, nela os periódicos chegaram a várias regiões e o publicismo se fortaleceu.

Surgiram publicações em várias localidades, como: Ouro Preto, São João Del Rei, Diamantina, Mariana, Sabará, Serro e Pouso Alegre. Havia importantes jornais liberais (*Universal*, *O Novo Argos*, *O Astro de Minas*, *Sentinela do Serro*) e conservadores (*O Telegrapho* e *O Amigo da Verdade*). As publicações liberais e conservadoras se debatiam na defesa de seus projetos.

Em 1866, a Província ganhou seu primeiro diário informativo, o *Diário de Minas*. O jornal fazia de forma precária sua tarefa de informar o leitor, mas, mesmo assim, ocupou um lugar muito importante na história dos periódicos da região, por ter sido o pioneiro. Além disso, ele também foi o primeiro jornal empresa das Gerais, e o primeiro em formato standart. O jornal circulou até 23 de abril de 1878, e fechou por ter sido revogado o contrato com o governo da Província para as publicações oficiais. Como tinha dependência econômica do poder público foi obrigado a fechar as portas.

Também em 1866, surgiu *O Pharol*, um jornal que, em 1885, tornou-se diário e pode ser considerado como o consolidador do jornalismo informativo nas Gerais. O ano em

que o *Pharol* tornou-se diário é o momento que melhor caracteriza o início da fase informativa na imprensa mineira. Nesta fase, o centro da imprensa da Província foi a cidade de Juiz de Fora, que manteve esta situação até o final da década de 1920, quando Belo Horizonte tomou seu lugar, com diz Frieiro (1962).

De 1823 a 1885, a imprensa se concentrou na região mineradora (ou em localidades que davam apoio a esta atividade): Ouro Preto, São João Del Rei, Diamantina, Mariana, Serro, Pouso Alegre, Campanha, Sabará, Caeté, Barbacena e Tiradentes. Nesse período, a imprensa tinha como seu centro Ouro Preto, que era a capital da Província.

De 1885-1927, a imprensa ganhou importância em outras regiões da Província (depois Estado), como a Zona da Mata, o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas, destacando-se cidades como: Juiz de Fora e Uberaba. Ouro Preto continuou tendo importância nesse período (até por que era a capital). No entanto, o principal centro da imprensa mineira, como diz Frieiro (1962), deslocou-se para Juiz de Fora.

Em 12 de dezembro de 1897, com a fundação da nova capital Belo Horizonte (que inicialmente chamava-se Cidade de Minas), a imprensa começou a deslocar-se gradualmente para lá. Inicialmente foram criadas várias publicações, além de outras que transferiram sua sede da antiga capital para Belo Horizonte. Surgiam sinais do nascimento do novo centro da imprensa das Gerais, que chegaria a esta situação somente no final da década de 1920.

O quadro abaixo ajuda a compreender esse deslocamento da imprensa da região mineradora para outras partes da Província (depois Estado).

TABELA 9 - OS PRIMEIROS PERIÓDICOS DAS CIDADES MINEIRAS, EM ORDEM CRONOLÓGICA

Cidade	Nº de periódicos (até 1897)	Ano do surgimento do 1º jornal	Primeiro periódico
1ª) Ouro Preto	164	1823	Compilador Mineiro
2ª) São João Del Rei	41	1827	O Astro de Minas
3ª) Diamantina	45	1828	Echo do Serro
4ª) Mariana	10	1830	Estrella Mariannense
5ª) Serro	10	1830	Sentinella do Serro
6ª) Pouso Alegre	14	1830	O Pregoeiro Constitucional
7ª) Campanha	33	1832	Opinião Campanhense
8ª) Sabará	18	1832	O Athleta Sabarense
9ª) Caeté	3	1832	Cidadão Livre
10ª) Barbacena	12	1836	O Paraybuna

11ª) Tiradentes	4	1840	O Popular
12ª) Três Pontas	6	1862	Estrela Mineira
13ª) Juiz de Fora	55	1866	Pharol ¹³
14ª) Santa Bárbara	1	1872	Recompilador Mineiro
15ª) Itajubá	10	1872	O Itajubá
16ª) São José do Paraíso	19	1873	O Paraizo
17ª) Uberaba	57	1874	O Paranyha
18ª) Caldas	8	1875	O Caldense
19ª) Passos	7	1875	A Voz de Passos
20ª) Baependi	12	1876	Amor ao Progresso
21ª) Além Paraíba	25	1877	O Operário

FONTE: XAVIER DA VEIGA (1898)

A tabela ajuda a entender que foi na década de 1830 que o jornal publicista se consolida nas Minas Gerais. Com o surgimento de mais publicações, e com a interiorização da imprensa esta passou a ganhar importância na Província. Como lembra Frieiro (1962), no período anterior a abdicação de D. Pedro I (que ocorreu em 1831) a imprensa floresceu em boa parte do País, inclusive nas Minas. A imprensa informativa se consolidou só nas

¹³ O estudo de Xavier da Veiga (1898) comete o equívoco de apontar como o primeiro jornal de Juiz de Fora *O Imparcial* (1870). Oliveira (1981) também erra ao dizer que o *Pharol* começou a circular em abril de 1871. O *Pharol* começou a circular, em Paraíba do Sul, próximo a Juiz de Fora, e depois se transferiu para esta cidade.

duas últimas décadas do século XIX, com o surgimento de importantes diários em Juiz de Fora. A chamada grande imprensa só surgiu em 1927, com o *Diário da Manhã*.

No entanto, em várias províncias os jornais surgiram com força assim que se tornou livre a criação de publicações, em 1821. Mesmo antes disso, houve a implantação de alguns jornais em capitânicas do Brasil. A grande questão foi entender por que uma Capitania tão importante como as Minas, não se integrou nesse movimento de florescimento dos jornais, ocorrido em 1821.

De 1830 até 1897 (último ano inventariado por Xavier da Veiga) foram criadas centenas de publicações, em 87 cidades mineiras. A imprensa das Gerais, no século XIX, teve dois grandes centros: Ouro Preto (até 1885) e Juiz de Fora (a partir de 1885). Após 1897, com a fundação da Cidade de Minas (que depois mudaria seu nome para Belo Horizonte), começou a despontar o novo centro da imprensa do Estado.

A cidade com mais jornais no período oitocentista é Ouro Preto. Lá surgiram 163 periódicos. Depois aparece Uberaba, com 57 publicações, e Juiz de Fora, com 55. O interessante é que estas duas cidades são mais recentes, e não faziam parte do circuito do ouro. Por isso, a imprensa apareceu nesses locais nas últimas décadas do século XIX, e, consolidou-se rapidamente. Em Juiz de Fora, o primeiro jornal foi *O Pharol*, criado em 1866; e, em Uberaba, o precursor foi *O Paranahyba*, de 1874.

Isso mostra que a imprensa vai acompanhando o movimento da população mineira, que migrou da região mineradora para outros locais. Os jornais que, na primeira metade do século XIX, se concentraram em cidades como Ouro Preto, São João Del Rei, Sabará, Mariana, Serro e Diamantina, no final do século XIX, passaram a se concentrar em regiões como o Triângulo Mineiro, a Zona da Mata e, na nova capital, Belo Horizonte (que foi criada, em 12 de dezembro de 1897, com o nome Cidade de Minas).

São João Del Rei e Diamantina tiveram grande importância no jornalismo oitocentista: a primeira cidade com 41 publicações (até 1897) e a segunda com 45. Além disso, surgiram muitos jornais em cidades próximas a elas, como: Serro (10 periódicos), perto de Diamantina; e Tiradentes (4 periódicos), a pouco quilômetros de São João Del Rei.

A importância que São João Del Rei e Diamantina tiveram na imprensa oitocentista pode ser explicado não só por terem sido áreas de destaque na mineração, mas também por não sofrerem tanto pelas mudanças econômicas que as Minas viveram no século XIX. Isso ocorreu, principalmente, em São João Del Rei, que conseguiu desenvolver a agropecuária e ter excedentes que exportava ao Rio de Janeiro. Ouro Preto foi a localidade que mais foi atingida pela crise, mas mesmo assim foi o grande centro da imprensa mineira e em boa parte do século XIX por ser a capital mineira.

No Sul das Minas, destacou-se a cidade de Campanha, que teve 33 periódicos (até 1897), a grande maioria na segunda metade do século XIX. Mas a imprensa se alastrou por todas as regiões da Província (depois Estado). De acordo com o inventário de Xavier da Veiga (1898), foram criados 867 periódicos nas Gerais, de 1823 a 1897, o que corresponde a uma média de 11, 77 novas publicações por ano.

TABELA 10 - CIDADES COM MAIOR NÚMERO DE JORNAIS (1823-1897), EM ORDEM DECRESCENTE

CIDADE	Nº DE PUBLICAÇÕES (1823-1897)
1º) Ouro Preto	163
2º) Uberaba	57
3º) Juiz de Fora	55
4º) S. João Del Rei	41
5º) Campanha	33
6º) Além Paraíba	25
7º) S. José do Paraíso	19
8º) Sabará	18
9º) Pitangui	17
10º) Lavras	16

FONTE: XAVIER DA VEIGA (1898)

2.2.3.3 *O Publicismo*

Um marco que define o fortalecimento do publicismo foi o surgimento do primeiro jornal fora de Ouro Preto. Era sinal de que estavam surgindo novos interlocutores, e a

possibilidade de que o debate publicista ganhasse destaque. Em São João Del Rei, surgia mais um jornal liberal moderado (*O Astro de Minas*) que iria unir forças com o *Universal*. Depois disso, a imprensa publicista cresceu bastante na Província, tanto com publicações liberais como com moderadas.

São João Del Rei iria se tornar outro pólo importante da imprensa mineira. Ouro Preto, apesar de ser a capital, via sua população decrescer, e passava por dificuldades financeiras. A cidade possuía uma localização e uma topografia muito desfavorável para as atividades agropecuárias. Já São João Del Rei ficava em uma região de relevo mais plano, e via a atividade agropecuária crescer trazendo prosperidade à vila. Por isso, no início do século XIX, era a região mais populosa da Província.

Em 20 de novembro de 1827, em São João Del Rei, começou a circular o *Astro de Minas*, considerado “brilhante”, pelo jornalista e historiador Xavier da Veiga (1898). Foi a primeira publicação criada fora de Ouro Preto. Ela era impressa em uma oficina própria e tinha formato e diagramação semelhantes aos seus antecessores. Quando ele surgiu circulava apenas um jornal nas Minas, o *Universal*.

O *Astro de Minas* seguia a mesma linha do *Universal*, ou seja, era liberal moderado. Ele tratava Bernardo Vasconcelos, o principal redator do *Universal*, como o “ídolo dos mineiros”, que era uma forma usual de chamar este líder político pelos seus partidários.

Apesar de liberal, o *Astro* era defensor da escravidão. Por isso, fez fortes críticas à *Gazeta do Brasil*, que era abolicionista. O jornal mineiro disse: “Não quer, a gazeta, o comércio de escravos da costa da África, mas quer o cativo dos brasileiros” (apud COSTA FILHO, 1955, p. 40).

Mas o *Astro* criticou muitos políticos, inclusive aos Andradas, acusando-os de cometer excessos no poder. Também foi defensor da monarquia constitucional e de outras

idéias liberais. O jornal fazia muitos ataques ao conservador *Gazeta do Brazil*, do Rio de Janeiro. Furst (1918) mostra um momento que ilustra bem o conflito:

Em 9 de janeiro de 1827, *O Astro* triunfava publicando o ‘necrológio’ do jornal de João Maria da Costa (*Gazeta do Brazil*), fazendo votos que a terra se convertesse em chumbo e lhe fosse eternamente pesada (FURST, 1918, p.21-22)

O Arraial do Tijuco (hoje cidade de Diamantina) foi o terceiro lugar a ter jornais na Província: o *Echo do Serro*, em 1828. No mesmo ano, foram criadas três publicações em Ouro Preto: *Actas das Sessões do Conselho do Governo da Província de Minas-Geraes*, *O Precursor das Eleições* e *O Telegrapho*.

A região do Serro Frio, onde ficava o Arraial do Tijuco também estava em situação econômica bem melhor que Ouro Preto, e viria ter bastante importância na imprensa oitocentista. A imprensa dessa região se diferenciava do resto da Província pela combatividade. Os jornais do Serro Frio não eram tão moderados quanto os de Ouro Preto ou São João Del Rei.

Dos jornais criados na Província, em 1828, três destacaram-se. O *Echo*, que também seguia a linha liberal, e era crítico ao imperador. O *Telégrafo* (1828-1839) que, como já se falou anteriormente, era conservador, e iria polemizar com os jornais liberais. E surgia o primeiro jornal apartidário da Província: *O Precursor das Eleições*. Esse se limitava a recomendar candidatos para a Assembléia Geral Legislativa e para o Conselho Geral da Província. Foi criticado pelo *Universal*. No entanto, paradoxalmente, em sua 2ª edição, o *Precursor das Eleições* apontou como o primeiro nome da lista de candidatos sugeridos, o de Bernardo Vasconcelos, o principal redator do *Universal*. Circularam apenas três edições

do *Precursor*, que é considerado por Vianna (1945) como o primeiro jornal político do Brasil.

Em 1829, em Ouro Preto apareceu *O Novo Argos*; e, em São João Del Rei, *O Amigo Verdade*. Essas duas publicações tiveram muita importância. O *Novo Argos* (1829-1834), de postura liberal, vinha se juntar ao *Universal* na crítica ao governo vigente. Já *O Amigo da Verdade* (1829-1830) surgia para combater o *Astro de Minas*, em São João Del Rei. Ele apresentava como lema: “a verdade, a lisura e a moderação”. A publicação unia forças com o *Telegrapho*, na defesa dos conservadores.

O *Novo Argos* é muito elogiado por Costa Filho (1855). Seu diretor era o culto e combativo padre Antônio José Ribeiro Bhering, “uma das pessoas mais interessantes daquela época, em Minas (...) um dos mais pugnazes da hora” (COSTA FILHO, 1855, p. 43-44). O jornal foi o primeiro das Gerais a trazer impresso o nome de seu proprietário e redator. Como era característica dos periódicos mineiros, era polido e sabia fazer críticas fortes de forma prudente. A figura do líder liberal Bernardo Vasconcelos era exaltada pelo periódico, que o chamava de “defensor da liberdade brasílica”. É interessante observar que nas Minas eram os jornais conservadores, chamados de “corcundas”, os acusados de utilizarem uma linguagem inconveniente e muito agressiva.

A partir de 1830, a imprensa se espalhou por outras regiões. Em Mariana foi criado o *Estrella Mariannense*, no Serro, o *Sentinela do Serro* (este tendo como redator o liberal Teófilo Otoni); em Pouso Alegre, *O Pregoeiro Constitucional*. Ouro Preto ganhou duas publicações: o *Semanário Mercantil* e o *Mentor dos Brasileiros*. Em São João Del Rei, foi criado o *Constitucional em Triumpho*, considerado um campeão do jornalismo liberal, por Costa Filho (1955). Em 1830, de acordo com Costa Filho (1955), as Minas tinham oito jornais, sendo seis liberais, e dois conservadores.

Em 1832, Campanha, Caeté e Sabará também ganharam jornais. O *Novo Argos* já havia questionado por que ainda não tinham sido criados jornais em Sabará, dizia “gemem os povos de Sabará (...) Quando virá a tão esperada tipografia” (apud COSTA FILHO, 1955, p. 44). Em 1836, Barbacena teve sua primeira publicação (*O Parahybuna*); e em 1840, Tiradentes (*O Popular*).

Além desses jornais, continuava a circular e ser o principal jornal da Província o *Universal*. Era a publicação com maior influência política nas Gerais. O jornal participou de importantes lutas. As páginas do *Universal* foram utilizadas para denunciar a concessão da exploração de metais preciosos pelos ingleses. O jornal mineiro se engajou nessa luta, mostrando ser nacionalista. No entanto, um mineiro residente no Rio de Janeiro, que assinava como *O Paraopebano*, através do jornal *O Fluminense* respondia aos protestos do *Universal*, criando uma prolongada polêmica. Outros jornais das Gerais, como o *Companheiro do Conselho* e o *Patriota Mineiro*, ficaram ao lado do *Universal* na defesa das riquezas minerais da Província.

O *Universal*, que dizia ter recebido mais de 50 cartas de pessoas indignadas com a concessão feita aos ingleses, usou de uma parábola sobre um homem que vivia do arrendamento de suas terras. Ao fim do arrendamento, esse homem recebeu de volta sua propriedade totalmente estéril, e não teve mais como se manter. Enquanto isso, *O Paraopebano* defendia que o valor pago pelos ingleses era compensador ao País.

O surgimento de jornais que defendiam o absolutismo também foi criticado pelo *Universal*. Essas novas publicações eram acusadas de “revolucionárias” (palavra utilizada com o sentido de reacionárias).

O *Universal*, que em seus primeiros anos elogiou o imperador, mudou de posição e deu uma importante contribuição para a abdicação de D. Pedro I, de acordo com Costa

Filho (1955). No entanto, até o final do primeiro reinado, a publicação concentrava suas críticas aos ministros e aliados do imperador, buscando sempre isentar de culpa D. Pedro I. Jornais de situação, nas Gerais, como *O Telegrapho* (circulou de 1828 a 1831), respondiam a suas críticas. Por causa dessa disputa, “telegráfico” passou a ser uma expressão utilizada pelo *Universal* como sinônimo de absolutista.

Mas, nesse período, apesar de ficar do lado dos liberais, o periódico mostrou posturas conservadoras. Em 3 de junho de 1829, ele elogia o *Conselho Geral da Província* por ter pedido a prorrogação do tráfico negreiro por mais seis meses.

Em 11 de fevereiro, na edição nº 556, pouco menos de dois meses da abdicação, o jornal trouxe ataques bem mais violentos.

(...) acusa os absolutistas ou telegráficos de falar em cortar cabeças. Empregando uma linguagem talvez jamais empregada em seus artigos, notícias ou notas, o redator acusou os telegráficos de cativos, hipócritas, intrigantes, mentirosos, ladrões, ignorantes, egoístas e matadores (COSTA FILHO, 1955, p. 38).

Quando da visita do imperador, pouco antes de sua abdicação, o periódico teve uma postura de muito respeito a ele. No entanto, em 22 de abril (15 dias após a abdicação), o jornal critica D. Pedro I, chamando-o de ingrato, e acusando-o de trazer a escravidão e a tirania. Com relação à abdicação, o *Universal* diz ser a revolução “mais importante e gloriosa de quantas se tem feito no mundo” (apud COSTA FILHO, 1955, p. 39).

A publicação foi combativa, mas tinha uma forma calma e cuidadosa de fazer suas críticas, como lembra Furst (1918). O jornal se dizia defensor da liberdade de imprensa,

mas com ressalvas. “A liberdade de imprensa, por ele interpretada, não compreendia a ‘plena licença de fazer tudo quanto nos ditam nossos caprichos, orgulhos, paixões desordenadas’” (FURST, 1918, p. 31).

O jornal circulou até a véspera da Revolução de 1842, quando seu proprietário fechou o periódico e usou seus tipos para serem derretidos e transformados em munição para os rebeldes. Esse é um dos fatos mais radicais do jornalismo brasileiro, o que contrasta bastante com a moderação da imprensa mineira.

2.2.3.4 A imprensa informativa

O primeiro exemplo de imprensa informativa mineira foi o *Diário de Minas*, em 1866, em Ouro Preto. No entanto, só em 1885, quando o *Pharol*, de Juiz de Fora, tornou-se diário pode-se considerar que tenha iniciado a fase da imprensa informativa.

O *Diário de Minas* era um jornal que fugia do publicismo, ou seja, trazia as características do jornalismo informativo. Ele também tinha caráter empresarial, sendo a fonte de renda de seu proprietário J. F. Paula de Castro.

Como a própria publicação conta em um editorial de 28 de março de 1878, o proprietário do *Diário de Minas* teve a ajuda do governo provincial, que então era ligado ao Partido Liberal, para comprar uma boa tipografia no Rio de Janeiro, em 1866. Segundo o diário, nas Gerais só havia dois prelos velhos e em péssimas condições, e tendo em vista a necessidade de se fazer as publicações oficiais, o governo provincial apoiou o empreendimento.

Com os novos equipamentos foi possível fazer um jornal em um formato bem maior dos que circulavam na Província. Assim começou a circular o *Diário de Minas*, com quatro páginas standart diárias, que continham as seguintes sessões: a *Parte Oficial* (que era paga), *Diário de Minas* (o editorial), *Exterior* (notícias internacionais, que eram tiradas de jornais do Rio de Janeiro, principalmente o *Jornal do Commercio*), *Interior* (notícias locais), *Noticiário* (notas e informações variadas), *Publicações a Pedido* (textos literários, cartas etc), *Editais e Folhetim*¹⁴. Era comum algumas sessões ficarem de fora nas edições, assim como serem criadas outras. Também havia muitos anúncios, alguns bem trabalhados graficamente e com textos bem apelativos. Eles ocupavam de uma a duas páginas, ou seja, grande parte do jornal, e eram em sua grande maioria de produtos farmacêuticos. Exemplos: “escova elétrica magnética” (que prometia curar várias enfermidades), “pílulas catárticas”, “o peitoral de cereja”, “salsaparrilha parisiense”, “xarope depurativo e anti-syphilitico de caroba”, “injection brou”, “ungento de Holloway”, “verdadeiro Le Roy de Signoret, doctor-médicin”, “confeitos depurativos”, “o mata-dolor vegetal”.

Com o decorrer do tempo ganhariam mais espaço os anúncios de compra e venda, além dos de escravos fugidos. Também surgiam esporadicamente anúncios de peças teatrais, perfumes (“o perfume da moda: água florida”), cosméticos (“o tônico oriental de kemp para cabelos”).

A primeira edição do jornal dedicou dois terços da 1ª e 2ª páginas para falar de seu compromisso liberal.

¹⁴ O folhetim inicialmente era publicado quase que diariamente, mas a partir das primeiras semanas começou a sair de forma esporádica, e acabou em poucos meses. O primeiro folhetim se chamava *Madame Nailhac: Uma esfinge da vida mundana*, e não era assinado.

Órgão da idéia liberal, cuja bandeira se ergue no topo de seu prelo, esforçado lidador pela causa do progresso de seu País, entrega as auras da publicidade, o seu primeiro número, o *Diário de Minas* (...) A tarefa é atualmente difícil, digam os atuais timoneiros do Estado, que por desgraça nossa são cobertos de baldões nessa viagem penosa que fazem a luz sinistra dos relâmpagos de uma próxima tormenta. Para devoção como essa o *Diário* terá sempre uma frase de animação...

No entanto, o jornal sempre se restringiu a trazer informações, além das publicações oficiais. O único espaço em que se posicionava era no editorial, que vinha na sessão *Diário de Minas*, mas que não saía em todas as edições, e geralmente era bem curto.

O jornal, que dependia da receita das publicações oficiais, sempre seguiu a linha de quem estava no poder. Provavelmente por isso, em sua parte informativa, as notícias internacionais tinham muito mais espaço e destaque que as locais e nacionais.

Com a mudança do governo provincial, em 1868, que passou a ter a frente o Partido Conservador, o jornal mudou sua linha política para continuar recebendo pelas publicações oficiais. No entanto, com a subida ao poder dos Liberais, em 1878, o jornal se viu em situação difícil. O governo provincial rescindiu o contrato com relação às publicações oficiais, um golpe de morte ao *Diário de Minas*.

Na edição de 16 de março de 1878 o jornal veio com inscrição *Órgão do Partido Conservador*, e um editorial em que contava sobre a rescisão do contrato.

Por ato da vice-presidência desta Província, datado de ontem, foi rescindido o contrato que tínhamos para a publicação dos atos oficiais, dando-se como fundamento 'o não convir a publicação do mesmo, por não ter sido cumpridas fielmente algumas de suas cláusulas, como sejam a 2ª e a 7ª'. Torna-se porém notável que, tão sutil descoberta ou escavação só tivesse lugar depois que a esta capital chegou um prelo e mais pertencas mandado vir da Corte por quatro liberais que tomaram a peito a economia dos cofres públicos.

Depois disso o jornal não conseguiu mais manter sua periodicidade diária, apesar de continuar com a inscrição, no cabeçalho, “Condições: Publica-se diariamente, menos nos dias santificados ou festa nacional”. Os anúncios que já eram em número bem inferior de quando o jornal surgiu, agora se tornaram raros, aparecendo somente pequenos avisos. Na última edição, em 23 de abril de 1878, o jornal trazia apenas um anúncio oferecendo uma ama de leite: “aluga-se uma perfeita ama de leite, crioula, sadia, vigorosa com uma cria de quatro meses”.

Um editorial na edição de 28 de março de 1878 tenta justificar o motivo que o *Diário de Minas* apoiou os conservadores. Ele falava que o proprietário do jornal não era político e sim um industrial, e que precisava fazer aquilo para cuidar de sua família. Foi quase um pedido de desculpa aos liberais.

A tipografia do *Diário de Minas* foi vendida e os novos proprietários (entre eles o grande intelectual e jornalista José Pedro Xavier da Veiga) criaram *A Província de Minas*, que circulou de 1879 e 1889. O novo jornal tinha o mesmo tamanho do seu antecessor, mas era de qualidade muito superior, e trazia bem mais informações.

Na segunda metade do século XIX, o publicismo também teve importância, principalmente na luta republicana. A participação dos mineiros no movimento foi importante, e isso contribuiu para o florescimento dos jornais na região.

A análise feita por Guerra Andrade; Hanriot (1990) sobre os jornais republicanos nas Gerais, no período de 1869-1889, mostra que boa parte da imprensa da Província apoiou o movimento anti-monarquia. Dos 75 jornais que circularam no período estudado, 40 eram politicamente neutros, 12 liberais, 11 conservadores e 12 republicanos.

As autoras ressaltam que uma característica dos jornais republicanos era comemorar o 21 de abril (Inconfidência Mineira), enquanto os conservadores preferiam

valorizar o 7 de setembro (Independência). Por isso, um jornal conservador adotou o nome *7 de setembro*, apontando D. Pedro I como herói da Independência. Em resposta, os republicanos criaram uma publicação chamada *7 de Abril*, em referência a abdicação do imperador.

Entre as 12 publicações republicanas, três se destacavam: *O Jequitinhonha* (Diamantina, região Norte), *Colombo* (Campanha, localizada no Sul) e *Movimento* (Ouro Preto, no centro da Província).

O Jequitinhonha, que circulou de 1860 a 1873, em seus dez primeiros anos de vida seguia a linha política liberal. Somente após 1871, um mês depois do Manifesto Republicano, no Rio de Janeiro, o jornal passou a defender a república. Seus diretores são Joaquim Felício dos Santos (que também se destacou nas Minas como jurista e historiador) e seu sobrinho Antônio Felício dos Santos.

O jornal tem tom polêmico e sarcástico. Na publicação, destaca-se a coluna *Páginas da história do Brasil, escritas no ano de 2.000*. Nela, Joaquim Felício fazia críticas a monarquia através de um diálogo fictício entre um visconde e o imperador, que se passava no fim do segundo milênio. A coluna era semanal e terminou pouco antes do fechamento do *Jequitinhonha*.

O *Colombo*, que foi publicado de 1873 a 1875, em Campanha, no Sul das Minas, também ocupou uma posição de destaque na luta republicana. A figura de maior destaque no jornal era o poeta e jornalista Lúcio Menezes Furtado de Mendonça, que, apesar de fluminense, morava na cidade mineira. Ele era uma personalidade muito respeitada no País, tendo sido um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. No *Colombo*, ele escreve artigos críticos a monarquia, e também publica poemas, muitos com temas sociais, como: “Para as vítimas da seca do Nordeste” e “A revolução”.

O Partido Republicano do Sul das Minas era representado pelo periódico, que não fazia acordo com os liberais. É interessante e louvável o fato do jornal não aceitar a publicação de anúncios sobre escravos, sendo coerente com suas idéias abolicionistas.

Ele parou de circular, entre 1875 e 1877, por dificuldades financeiras. Mas, em 1878, voltou em um formato maior, e com uma forte ligação com o jornal *A República*, do Rio de Janeiro.

O primeiro órgão oficial do Partido Republicano Mineiro, *O Movimento*, surgiu em 23 de janeiro de 1889, em Ouro Preto, pouco mais de seis meses após a criação do partido (que ocorreu em 4 de junho de 1888). Seu redator-chefe foi João Pinheiro da Silva, advogado e industrial, e a principal liderança republicana das Gerais.

O jornal foi muito bem recebido, e já nos seus primeiros anos de vida chegou a uma tiragem de 5 mil exemplares. O periódico teve muita ligação com os republicanos cariocas, e seu principal correspondente no Rio de Janeiro foi Aristides de Araújo Maia.

A valorização dos operários era um diferencial importante do *Movimento*:

(...) a idéia social republicana é a idéia de emancipação dos proletários, tanto pelos acorrentados pelas algemas da ignorância, quanto das vítimas das desigualdades sociais e políticas. Difundir o ensino sob os auspícios da mais absoluta liberdade tanto científica quanto administrativa, desenvolver pela aprendizagem o nível igualitário dos cidadãos, são exemplos dos fins do regime republicano (apud MOURA et al, 1990, p. 144).

2.2.3.5 A consolidação dos jornais informativos

Em 1885, Juiz de Fora se consolidava como o grande centro da imprensa mineira. Neste ano começava a circular como diário, o melhor jornal das Gerais do século XIX, o *Pharol*. Segundo Goodwin Júnior (1997), “nenhuma publicação exerceu tanta influência sobre a mentalidade dos habitantes juizforanos” (GOODWIN JÚNIOR, 1997, p. 196). No entanto, outras publicações de qualidade também surgiram competindo com o *Pharol*, e trazendo dinamismo ao jornalismo mineiro.

Com a influência do café e da industrialização, Juiz de Fora ganhou grande importância no final do século XIX, e conseguiu tomar o lugar de Ouro Preto como centro econômico e da imprensa da Província.

Durante longo período da história mineira, Juiz de Fora foi o centro de convergência dos interesses econômicos da Província e do Estado, e teve nítida ascendência política e cultural sobre as demais cidades das Gerais, incluindo-se Ouro Preto e, até 1930, Belo Horizonte (OLIVEIRA, 1981, p.18)

Isso possibilitou que a cidade se tornasse, durante algumas décadas, o grande centro do jornalismo mineiro. Mesmo depois da mudança da capital para Belo Horizonte, Juiz de Fora continuou até 1928 como o principal centro da imprensa mineira.

O *Pharol* começou a circular em 11 de setembro de 1866, em Paraíba do Sul. Sabe-se que em 1870 ele já tinha Juiz de Fora como sua sede. Também em 1870, começou a circular *O Imparcial*, mas este durou apenas até o final do ano.

Até 1874, o *Pharol* foi semanal. De 1874 a 1882, bissemanal. De 1882 a 1884, trissemanal. Só a partir de 1885 tornou-se diário. O jornal também constantemente sofria mudanças de orientação política.

De liberal, sob a orientação de Charles Dupin, passou a conservador em 1885, quando foi adquirido por Lindolfo de Assis, que o manteve até o fim de 1888. Em janeiro de 1889, passou a pertencer a José Braga, que lhe assumiu a chefia da redação e lhe imprimiu orientação imparcial. Durou pouco essa imparcialidade. Em junho de 1891, foi adquirido por uma sociedade anônima (...) que lhe deu orientação monarquista. E, sob a direção de Diogo Pereira de Vasconcelos e Bernardo José de Paula Aroueira, entrou a defender abertamente, a partir de 1895, a restauração da monarquia (OLIVEIRA, 1981, p. 17).

Para marcar a consolidação da imprensa mineira, tomo como referência o momento em que o *Pharol* tornou-se diário, tendo em vista a qualidade e a grande importância do periódico.

No século XIX, surgiram outros importantes diários em Juiz de Fora. Em junho de 1888, começou a circular o *Diário de Minas*¹⁵, que contava com colunistas respeitados nacionalmente, como Raul Pompéia, Augusto de Lima, Raimundo Corrêa e Lúcio Mendonça. Goodwin Júnior (1997) considera que essa publicação marca o início do movimento literário na cidade. No entanto, o jornal teve vida curta. Em 1889, foi incorporado ao *Pharol*.

Em abril de 1889, surgiu a *Gazeta da Tarde*¹⁶ que gozou de grande popularidade na cidade e no Estado. Ela circulou até fevereiro de 1897.

¹⁵ Este jornal não tem nenhuma relação com o *Diário de Minas* que circulou em Ouro Preto de 1866 a 1878.

¹⁶ De acordo com Oliveira (1981), o jornal foi o quarto diário e o segundo vespertino de Juiz de Fora.

Em maio de 1894, foi fundado o *Correio de Minas*. Ele foi criado por um republicano apaixonado, Estevam de Oliveira. O jornal começou trissemanário, mas já em 1895 tornou-se diário. Teve vida longa, circulou até 1949.

Outro jornal de grande importância em Juiz de Fora, certamente o principal concorrente do *Pharol*, foi o *Jornal do Comércio*¹⁷. Era um jornal de qualidade, e na sua primeira página trazia a inscrição de que era o jornal de maior circulação no Estado. Oliveira (1981) diz que o jornal tinha “larga influência e passou pelas mãos de políticos importantes, como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que liderou a política mineira muitos anos” (OLIVEIRA, 1981, p. 28).

2.2.3.6 Belo Horizonte: A nova capital

A nova capital mineira nasceu cercada de críticas e com pequena estrutura, mas já dava sinais que seria o grande centro do jornalismo do Estado. Antes mesmo de ser inaugurada, em 12 de dezembro de 1897, cinco publicações já haviam sido criadas no local: *Bello Horizonte* (7 de setembro de 1895), *A Capital* (28 de janeiro de 1896), *Aurora* (15 de novembro de 1896), *Tiradentes* (21 de abril de 1897) e *Bohemio* (4 de julho de 1897).

Linhares (1903) mostra que em 1902, apenas quatro anos após a fundação da capital, já havia surgido na cidade 41 jornais e 8 revistas. Em 1900, circulou 14 jornais e três revistas. Alguns periódicos, como o *Minas Gerais* (órgão oficial do Estado, que circula

¹⁷ De acordo com Oliveira (1981) o *Jornal do Comércio* foi o décimo diário da cidade.

até hoje), já existiam, só mudaram sua sede da antiga capital Ouro Preto, para Belo Horizonte.

No entanto, eram publicações de vida muito efêmera. Ironicamente, Linhares (1995) diz que elas nasciam com um “mal de umbigo” e que havia uma “caveira de burro” enterrada no terreno da imprensa que não permitia que ultrapassassem o terceiro número.

Belo Horizonte só se tornaria o centro da imprensa mineira três décadas após sua fundação. A causa disso está no lento processo de povoamento e desenvolvimento da cidade. Diogo Vasconcelos, um dos críticos da construção da capital, chamava-a de “poeirópolis”.

Uma trova publicada no *Diário de Minas*, em 19 de abril de 1899, mostra esta realidade: “Entre o pó e a lama/ vive sempre a capital.../ bem Zé povo grita e clama:/ entre o pó e a lama/ nada arranja quem reclama:/ calçamento? quando? qual!/ Entre o pó e a lama,/ vive sempre a capital...” (apud CASTRO, 1997, p. 40)

Belo Horizonte não se tornou a principal cidade do Estado do dia para a noite. Foi um processo lento, e isto trouxe consequências para a imprensa mineira. Fez com que a grande imprensa demorasse a surgir nas Gerais.

No entanto, apesar de sua pouca estrutura e da monotonia da vida cultura da capital, ela surgia trazendo a esperança da chegada da modernidade no Estado.

A capital já nasce com uma missão: promover o progresso econômico e intelectual de Minas, projetando-a como a maior força política no cenário nacional. Construindo-se sobre os escombros do mundo rural arcaico, ela deve introduzir o Estado no moderno universo urbano e industrial.(...) a ela cabe tornar possível o ideal da perfectibilidade dos povos; a ela cabe provar que o domínio da técnica conduzirá o homem a uma sociedade livre de mazelas e, sobretudo, desordens. (SIQUEIRA, 1997, p. 81)

O primeiro jornal (*Bello Horizonte*) era católico, e foi fundado pelo padre Francisco Martins Dias, em 7 de Setembro de 1895. Essa publicação, a partir de 30 de setembro de 1898, mudou de redator e de linha editorial, deixando sua ligação eclesial. O jornal circulou semanalmente por 3 anos e meio, e, diariamente, por 6 meses. Sua tiragem, nos primeiros anos era de 600 a 700 exemplares, que depois foi ampliada para 1.000.

Castro (1997, p. 19-20) diz como foi o lançamento do *Bello Horizonte*:

Tratava-se da inauguração do ramal férreo que, ligando o arraial de Belo Horizonte ao distrito de Sabará, iria possibilitar o meio de transporte necessário a construção da capital. (...) cansados mais curiosos encontravam autoridades de Minas Gerais (...) O primeiro exemplar saído da máquina, e impresso em cetim, foi oferecido ao presidente Bias Fortes.

Castro (1997) conta que outros exemplares foram entregues a autoridade que viajavam no vagão, e depois, com muito entusiasmo, o jornal foi distribuído entre a população.

O segundo jornal de Belo Horizonte foi *A Capital* (28 de janeiro de 1896 a 4 de agosto de 1898), que circulava duas vezes por semana, com tiragem de mil exemplares. Depois surgiu o *Aurora* (15 de novembro de 1896 a 1º de agosto 1897), um jornal literário, quinzenal, com tiragem de 300 exemplares. O quarto periódico chamava *Tiradentes*, por causa da data de sua fundação (21 de abril de 1897), mas foram feitas apenas três edições do jornal. A quinta publicação da capital foi o *Bohemio* (4 de julho de 1897 a 22 de agosto de 1897), um jornal humorístico. Todos esses periódicos surgiram antes da inauguração da nova capital, que inicialmente chamava Cidade de Minas.

Linhares (1903) mostra que surgiram periódicos de todos os tipos, até 1902, na nova capital.

Jornais religiosos: Bello Horizonte (1895) e *Tribuna Católica* (1900).

Jornais de propaganda: A Flôr (1900), *A Propaganda* (1901), *O Norte* (1901) e *A Capital* (1900) – Obs: houve dois jornais com o nome *A Capital*, um em 1896 e outro em 1900.

Jornais literários (foram 20 periódicos). Os principais: *Aurora* (1896), *Tela* (1898), *Lótus* (1900), *A Violeta* (1900) e o *Helianto* (?).

Jornais humorísticos: Bohemio (1897), *A Urtiga* (1899), *O Prego* (1902) e *A Coisa* (1902).

Jornal jurídico: Academia (1898).

Jornal oficial: Minas Geraes (1898).

Jornais políticos: Diário de Minas (1899) e *Jornal do Povo* (1899).

Jornal proletário: O Operário (1900).

Jornal da Maçonaria: A Reforma (1901).

Jornal dos comerciantes: O Commercio de Minas (1901).

Jornal ilustrado: O Sal (1901).

Destas publicações destaca-se o *Diário de Minas*, que foi o órgão oficial do Partido Republicano Mineiro (PRM) e circulou de 1899 a 1931. Importantes personalidades atuaram no periódico como o historiador e jornalista Augusto de Lima Jr. e os escritores Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus de Guimarães, Mário Casasanta e Emílio Moura.

As revistas, que surgiram em Belo Horizonte, até 1902, podem ser classificadas como: jurídicas (duas publicações), científica (uma), comemorativa (uma), literárias (três) e histórica (uma). Somente as três revistas literárias foram criadas na nova capital, as outras cinco só transferiram suas sedes, que antes ficavam em Ouro Preto. A principal revista é a

do *Arquivo Público Mineiro*, que é uma das principais fontes, até hoje, para o estudo das Minas Gerais.

A partir de 1902, surgiram vários periódicos que tinham como objetivo servirem de instrumentos de campanha política, de acordo com Castro (1997). Por isso, foram publicações de vida curta, circulando somente no período eleitoral. Eles representavam divisões do Partido Republicano Mineiro (PRM), que dominava a política mineira.

Apesar de sua vida efêmera e sua função eleitoral, os periódicos surgidos neste período representam uma evolução da imprensa da capital. Eram jornais tecnicamente melhores.

Na década de 1910, Belo Horizonte já havia passado seus difíceis primeiros anos e estava mais estruturada. “A cidade se recupera das dificuldades em que se consumia” (SIQUEIRA, 1997, p. 93). Como mostra Siqueira (1997) a população da capital crescia rapidamente. Em 1901, eram 13.565 habitantes; e, em 1912, quase 40 mil pessoas moravam na cidade.

Por isso, surgiram publicações de melhor qualidade e que conseguiam valorizar o cotidiano da nova capital. Jornais como *Diário da Tarde* (1910), *A Tarde* (1912) e *Estado de Minas*¹⁸ (1912) traziam uma linguagem mais direta e clara e davam importância aos fatos locais.

Ao lado das seções de telegramas, que fizeram sucesso nos primeiros anos da cidade, das crônicas, dos folhetins e dos artigos de fundo – que residem, ainda que menos maçudos e já com uma forma similar aos editoriais de jornais mais modernos – o noticiário local cresce, abordando vários aspectos da vida da cidade explorando elementos do cotidiano, enriquecendo a pauta de assuntos tratados pela imprensa. (CASTRO, 1997, p. 41)

SIQUEIRA (1997) também enfatiza a evolução dos jornais belorizontinos na década de 1910:

Por essa época, começam a se tornar frequentes, nas páginas dos jornais, as referências e queixas em relação aos problemas urbanos enfrentados pela população. Pouco a pouco, a matéria factual fica mais variada e numerosa, conferindo às folhas locais certo dinamismo e despertando maior interesse do público leitor (...) A partir de então, os jornais de maior sucesso são aqueles que dão atenção privilegiada ao noticiário (SIQUEIRA, 1997, p. 97)

Em 11 de novembro de 1826, surgiu o *Correio Mineiro*, considerado por Linhares¹⁹ (1995), Frieiro (1962), Castro (1997), Vaz (1997) e Siqueira (1997) como um grande marco da imprensa do Estado. Segundo eles, o jornal representava os sinais da modernidade na imprensa das Gerais.

(...) o jornalista Vítor Silveira lança a primeira edição do *Correio Mineiro*, abre-se o caminho para a modernização da imprensa, com a introdução de novas tecnologias e técnicas de produção e a adoção de um outro estilo, caracterizado pela vasta informação, numerosa publicidade e grandes tiragens (SIQUEIRA, 1997, p. 72)

¹⁸ Este jornal não tem relação com o diário Estado de Minas, que circula atualmente em Belo Horizonte, e é o periódico mineiro com maior tiragem.

¹⁹ Joaquim Nabuco Linhares, nascido em Ouro Preto, em 1880, trouxe uma contribuição incalculável à história da imprensa mineira. Ele fez uma coleção dos jornais belorizontinos, de 1985 a 1954, que depois foi vendida a preço simbólico a UFMG, e redigiu os *Itinerários da Imprensa de Belo Horizonte: 1985-1954*, catalogando toda a coleção e trazendo muitas informações sobre cada periódico.

O *Correio Mineiro* foi um periódico muito importante na história da imprensa de Belo Horizonte, mas ainda não pode ser considerado como um exemplo de “grande imprensa”, ou seja, de uma forte empresa jornalística. Isso só ocorre com o *Diário da Manhã*, em 1927. Frieiro (1962), Castro (1995) e Linhares (1995) também consideram que o jornal representa o início de uma nova fase da imprensa da capital. Eles não trabalharam com o conceito de “grande imprensa”, mas de “imprensa moderna”. Mas a publicação já pode ser enquadrada como uma grande empresa jornalística, pela sua estrutura industrial, com equipamentos sofisticados, e por sua forma de produção bem ousada. Por isso, adoto esta divisão proposta por estes historiadores da imprensa mineira para definir o momento do surgimento da “grande imprensa” no Estado.

Como diz Castro (1995):

Na memorialística da época, é aguda a percepção de que se inaugurava, na virada dos anos 20/30, uma nova fase na imprensa da capital. Neste sentido, são exemplares os textos relatando a movimentação que tomou conta da cidade com a chegada, pela Central do Brasil, da impressora ‘Marioni’, em 1927, para a fundação do *Diário da Manhã* (CASTRO, 1995, p.31)

Linhares (1995) confirma este fato:

Este foi o maior jornal de seu tempo e que aqui inaugurou a imprensa rigorosamente moderna. Ultrapassou a todos (...). Sua fundação foi de um arrojo sem precedentes. Causou espanto e foi julgada como uma temeridade de seu proprietário, pois ninguém, por mais otimista que fosse, acreditaria que um jornal de tão dispendiosa aparelhagem material e técnica vencesse em nosso meio sem grandes prejuízos (LINHARES, 1995, p.250)

O *Diário da Manhã* nasceu em 14 de julho de 1927, criado por Augusto de Lima Jr. com uma proposta editorial inovadora, e com maquinário bem moderno para a época, utilizando rotativa e linotipos. Tinha seis páginas, tamanho 57 x 38,5, e sete colunas de texto. Em seu primeiro número anunciou que sua tiragem era de 50 mil exemplares, o que era um grande exagero.

Mas, por ser de oposição, o jornal não conseguiu sobreviver. Por isso, Augusto de Lima Jr. vendeu a empresa para um grupo de jovens, entre os quais estavam Milton Campos e Pedro Aleixo. Estes, a partir de 7 de março de 1928, criaram *O Estado de Minas*, que pouco meses depois perdeu o “O”, passando a se chamar apenas *Estado de Minas*.

Em junho de 1929, o jornal foi comprado por Assis Chateaubriant e passou a integrar aos *Diários Associados*, que na época possuíam dois diários no Rio de Janeiro e dois em São Paulo. O *Estado de Minas* tornou-se uma sociedade anônima, tendo Assis Chateaubriant como seu principal acionista.

O novo diário também representou a consolidação de Belo Horizonte como o centro da imprensa mineira. Além disso, deu continuidade a fase da “grande imprensa” nas Minas.

Segundo Sodré (1999), a grande imprensa surgiu no Brasil a partir da Proclamação da República, em 1889. De acordo com a avaliação de Sodré, pode-se dizer que Minas Gerais foi bastante tardia no desenvolvimento de sua imprensa, pois a grande imprensa surgiu aqui quase três décadas depois de estar presente nos principais estados.

3. QUESTÕES BRASILEIRAS: Como os fatores que atrasaram a implantação da imprensa na Colônia influenciaram as Minas Gerais

As questões apresentadas por Marques de Melo (2003) para o atraso do surgimento da tipografia no Brasil serviram como ponto de partida para esta pesquisa, e contribuíram muito para entender, principalmente, o processo de nascimento dos jornais mineiros. Havia algumas especificidades nas Gerais, pela forma diferente que se estruturou a sua economia, baseada na mineração, e não nas atividades agrícolas, como no restante da Colônia. Mas as semelhanças eram grandes, fazendo com que os fatores apontados por Marques de Melo (2003) ajudassem a entender a realidade mineira.

Este estudo também utiliza o método funcionalista, como Marques de Melo (2003), e procura entender não só as causas para o atraso do nascimento da imprensa mineira, mas os fatores que fizeram com que ela fosse tardia em suas várias fases. As causas apontadas por Marques de Melo (2003) são muito importantes, mas não suficientes para entender a questão.

Os fatores apontados pelo autor enfocam mais o período colonial. Mas eles tiveram importância nos outros momentos da imprensa brasileira. Afinal, a realidade do período colonial teve influência profunda nos rumos do País.

No período colonial, algumas condições pareciam favoráveis ao surgimento de tipografias e jornais nas Minas. Mas a Capitania tinha características atípicas. Talvez fosse a que mais diferenciava do resto do Brasil. Dentro desses aspectos atípicos está boa parte das conclusões da pesquisa. Não se encontrou apenas uma causa para o atraso do

jornalismo mineiro. Foi um somatório de fatores que influenciou no processo de surgimento e consolidação dos jornais na região.

Para entender os motivos do atraso do surgimento dos jornais nas Gerais é preciso dar atenção ao que fez com que a América Portuguesa demorasse três séculos para ter sua tipografia, e, depois, analisar como esses fatores eram encontrados nas Minas.

Os prelos surgiram tardiamente no Brasil, em comparação com às Américas Espanholas e Inglesas, como explica Marques de Melo (2003). Na América Espanhola e Inglesa, a imprensa surgiu bem no início do período colonial; na Portuguesa, ela demorou três séculos para aparecer. De acordo com Semeraro (1979), em 1533, os espanhóis instalaram tipografias no México; em 1577, no Peru; e, em 1612, na Bolívia. Na América Inglesa, o primeiro prelo surgiu em 1638. Segundo Semeraro (1979), apenas a África do Sul, que teve seu primeiro prelo em 1812, e a Grécia, em 1823, ficaram atrás do Brasil.

Marques de Melo (2003) mostra que enquanto a imprensa apareceu na América Espanhola, 14 anos após o início da ocupação; e na América Inglesa, 18 anos depois de começada a colonização; no Brasil tiveram que passar três séculos de presença portuguesa para o surgimento oficial de prelos, o que só ocorreu em 1808.

Com relação aos jornais o processo foi semelhante, ou seja, eles surgiram na América Espanhola quase um século antes disto ocorrer no Brasil, de acordo com Vicente (1994). Já em janeiro de 1722 começaram a circular dois periódicos no México: *Gaceta de México* e *Nueva Espanha*. Em 1729, a Guatemala ganhou seu primeiro jornal, a *Gaceta de Guatemala*; e, em 1743, começou a circular no Peru a *Gaceta de Lima*.

O atraso da imprensa brasileira pode ser explicado, de acordo com Marques de Melo (2003), por na área de colonização espanhola terem sido encontradas civilizações bem mais adiantadas do que no Brasil. A imprensa teve um papel, na América Espanhola, de

submeter as populações nativas à cultura ibérica. Na América Portuguesa não houve necessidade de utilizar da tipografia para a dominação dos povos nativos. Sodré (1999) também defende essa idéia:

(...) onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanente em seguida, de substituir por ela a cultura encontrada. Essa necessidade não ocorreu no Brasil (SODRÉ, 1999, p. 11)

Já na América Inglesa, o surgimento rápido da imprensa deveu-se a forma de ocupação, que valorizava o desenvolvimento da Colônia.

A demora na implantação da imprensa na América Portuguesa esta relacionada às condições socioculturais da Colônia e a forma de colonização e não a proibições expressas, como mostra Marques de Melo (2003):

(...) não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil. O que se costuma apresentar como prova de intransigência lusa são documentos legais expedidos para atender a situações específicas de desrespeito às normas vigentes e da burla à vigilância das autoridades. Referimo-nos aos textos legais de 1706 e de 1747, determinando a apreensão de tipografias aqui instaladas clandestinamente (MARQUES DE MELO, 2003, p. 99)

As cartas régias justificavam as apreensões por questões práticas e não políticas. Diziam, de acordo com Marques de Melo (2003), que tipografias no Brasil teriam custos maiores que na Metrópole, e haveria dificuldade e morosidade para se obter licenças do

Conselho Ultramarino e da Inquisição, uma exigência para qualquer publicação. Para Marques de Melo (2003), a publicação de obras de brasileiros, em Portugal, mostrava que não havia tanta preocupação em restringir a atividade editorial na Colônia.

A maior prova de que Portugal não tinha restrições específicas a implantação de prelos no ultramar, ocorreu no oriente. Nas suas colônias asiáticas, a imprensa foi trazida por missionários portugueses ainda no século XVI. Na África Portuguesa, no período setecentista também foram instalados prelos.

(...) tendo sido a imprensa introduzida na Índia, na China e no Japão por missionários portugueses, principalmente jesuítas, que imprimiram vocabulários e gramáticas em uso nos colégios de Salsete (1552), Goa (1561), Macau (1590), Amacusa (1993) e, ainda, no século XVIII havendo laborados prelos, devido a mesma iniciativa, nas possessões da África Ocidental, como Luanda e São Salvador (COSTA; VIDAL, 1940, p. 15)

O que existia era um Estado censor, que limitava de todas as formas a liberdade de pensamento, como será mostrado mais a frente, tanto na Metrópole como nas colônias. Além disso, havia uma política econômica mercantilista, que tinha como princípio básico a Metrópole possuir o monopólio comercial com as colônias, sendo que neste caso Portugal fornecia manufaturas e o Brasil bens agrícolas. Por isso, havia claramente uma política visando dificultar o surgimento de indústrias na América Portuguesa. A tipografia, como é um tipo de manufatura, acabou sendo restringida também. Aliado a isso havia condições sócio-econômicas desfavoráveis.

Como os historiadores da história da imprensa brasileira e portuguesa são unânimes em mostrar, não havia nenhuma determinação específica que proibisse a instalação de

tipografias no Brasil. Mas isso também não quer dizer que a Metrópole não tivesse dificultado o processo. Vê-se que algumas iniciativas de imprensa no século XVIII foram encerradas pela Metrópole.

O importante é compreender que a atuação da Coroa, pondo fim nas primeiras experiências tipográficas, não representava uma política específica de proibição da imprensa no Brasil, como se a Metrópole temesse que a existência de prelos significasse o estímulo a movimentos sediciosos. Se fosse assim não teriam sido implantados prelos em outras colônias portuguesas.

Além disso, pode-se observar que os brasileiros puderam participar ativamente de projetos editoriais em Portugal, e não tiveram mais dificuldade que os portugueses para a publicação de suas obras. O principal exemplo foi a *Oficina e Casa Literária do Arco do Cego*, que teve a frente uma pessoa natural das Minas Gerais e foi um projeto que valorizou a intelectualidade brasileira. E, depois na *Imprensa Régia*, em que dois dos quatro integrantes do conselho que indicava as obras a serem publicadas eram do Brasil: frei Veloso e Hipólito da Costa.

Também deve-se ter em mente o que representava a imprensa nos domínios de Portugal. Ela era uma instituição fortemente controlada e que servia os interesses da Coroa. Por isso, não faz sentido pensar na imprensa como uma ameaça. A imprensa na Metrópole ou nas colônias estaria simplesmente atendendo aos interesses do rei.

Isso pode ser observado, por exemplo, nas experiências pioneiras de imprensa no Brasil, no período setecentistas. Elas costumam ser tratadas como fossem iniciativas rebeldes e ousadas. No entanto, elas foram realizadas com o apoio dos governantes e de acordo com seus interesses, como foi mostrado no capítulo anterior.

Segundo Marques de Melo (2003), foram sete fatores responsáveis pela demora na implantação da imprensa brasileira: 1) natureza feitorial da colonização, 2) atraso das populações indígenas²⁰, 3) predominância do analfabetismo, 4) ausência de urbanização, 5) precariedade da burocracia estatal, 6) insipiência das atividades comerciais e industriais, 7) reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos.

No entanto, é importante compreender a diferença entre o estudo de Marques de Melo (2003) e o que é proposto neste projeto. Marques de Melo (2003) pesquisou quais as razões do atraso da imprensa no Brasil em relação à América Espanhola e Inglesa. Já o projeto estuda o atraso do surgimento de jornais (e não de tipografias) e a consolidação tardia do jornalismo nas Gerais em comparação com as principais capitâneas (depois províncias) do País.

Por isso, a tese destacará as particularidades que existiam nas Minas em relação ao resto do País. E isso principalmente no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, o período com maior relação com o nascimento e a consolidação dos jornais brasileiros.

Como as Minas fazem parte do Brasil é essencial compreender como vão refletir na Capitania os fatores apresentados por Marques de Melo (2003). Mas como as Gerais tinham características específicas, como já foi mostrado antes, alguns desses fatores também influenciaram de forma diferente esta região.

Além disso, a Capitania teve uma ocupação bem tardia com relação ao litoral. Até a descoberta do ouro, na última década do século XVII, na região havia apenas índios. Mas, com o início da mineração do ouro, rapidamente ela foi povoada, e, em pouco tempo, tornou-se a mais populosa da Colônia.

²⁰ Deve-se entender isto como um atraso técnico, pois a cultura indígena é de grande riqueza.

Dos sete fatores apontados por Marques de Melo (2003) para o atraso na implantação de tipografias no Brasil, em quatro deles as Gerais estão em uma situação melhor que o restante do País, no período colonial: analfabetismo predominante, falta de uma burocracia estatal, falta de urbanização e pouca atividade industrial e comercial. Isso deixa a impressão que as condições eram mais favoráveis para o surgimento de tipografias e jornais na Capitania, do que em outras regiões da Colônia. Era de se esperar que as Minas, com relação à imprensa, acompanhassem as principais capitanias do Brasil, no início do século XIX. No entanto, isso não ocorreu.

As Gerais eram mais urbanizadas, tinham uma vida cultural rica nos principais centros, uma sociedade menos estratificada, uma elite culta, uma atividade comercial considerável e uma burocracia estatal grande. Mas, por outro lado, nas primeiras décadas do século XIX, quando surgiram os primeiros jornais brasileiros, a Capitania viveu transformações econômicas e sociais.

O século XIX foi um período de muitas mudanças. A Província precisava buscar alternativas econômicas, já que o ouro se escasseava. Apostou-se na indústria, na mineração de outros metais e na agropecuária. Mas o processo não era tão simples, e existia a dificuldade de comercializar a produção pela localização geográfica das Minas, sua topografia montanhosa e pela falta de estradas. As Minas continuaram tendo destaque na economia brasileira, mas não tanto quanto no período aurífero.

Ao discutir sobre como aparecem nas Gerais os fatores apresentados por Marques de Melo (2003) para o atraso da imprensa brasileira, é feita uma divisão em duas partes. A primeira trazendo os três fatores que são encontrados de forma semelhante nas Minas e no restante da Colônia. E, na segunda, tratando dos quatro pontos em que os mineiros estavam em condição mais favorável no período colonial.

3.1 Censura, processo de colonização e atraso técnico dos indígenas

Estes fatores, apresentados por Marques de Melo (2003) para o atraso da tipografia brasileira, também inibiram bastante o surgimento e desenvolvimento da imprensa mineira. Eles atuaram em toda a Colônia das Américas. O fato das Gerais terem particularidades econômicas e sociais em razão da atividade mineradora não fez com que estes fatores atuassem de forma diferente na Capitania.

Uma questão básica para o atraso no surgimento dos jornais mineiros foi a censura. Esse foi um fator que atuou em todos os domínios portugueses, dificultando o desenvolvimento das atividades editoriais e jornalísticas. A censura foi burlada com relação a circulação dos livros, mas isto não quer dizer que ela não tenha inibido o desenvolvimento dos periódicos.

Aliado a isso, a natureza feitorial da colonização criou uma situação bastante desfavorável ao desenvolvimento da imprensa brasileira e mineira. Essa questão é encontrada de forma muito forte nas Gerais. A Capitania sofreu mais restrições do que o resto da Colônia, por causa do controle na exploração de suas riquezas minerais.

Com relação ao atraso dos indígenas, o quadro mineiro foi semelhante ao do restante do Brasil. O índio que vivia nas Gerais também não tinha desenvolvido elementos culturais que pudessem ameaçar o colonizador, não sendo necessário utilizar a imprensa para impor a modo de pensar europeu.

3.1.1 A rígida censura

Como descreve Marques de Melo (2003), a imprensa sofreu forte censura, a partir do século XVI, principalmente nos países católicos. Em Portugal, o controle foi maior ainda, nada podia ser impresso sem a autorização dos órgãos censórios. Isso foi inibidor do jornalismo lusitano, e, conseqüentemente, dos periódicos brasileiros e mineiros. Quando da vinda da família real para o Brasil, em 1807, “os jornais (em Portugal) praticamente inexistiam” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 141).

Essa é uma questão muito importante. Sem dúvida foi um dos principais inibidores ao surgimento e ao desenvolvimento da imprensa brasileira e mineira. Mas não era uma exclusividade das colônias, também em Portugal a imprensa apenas engatinhava, por causa das restrições impostas pela censura e por questões estruturais da sociedade lusitana, como o grande analfabetismo.

Aliado a isso, contribuía para inibir o nascimento da imprensa a política portuguesa de deixar as colônias apenas como produtoras de bens primários. Para manter um pacto Colônia, ou seja, criar uma interdependência entre Metrópole e Colônia, cabia a Portugal a produção de manufaturas e ao Brasil, de produtos agrícolas ou minerais.

A Coroa pretendia com este pacto, de acordo com Novais (1995), dificultar a independência do Brasil. Por isso, as manufaturas foram desestimuladas nas colônias, e, em alguns momentos, explicitamente proibidas. Como a imprensa também é uma forma de indústria, ela acabou sofrendo esta restrição.

Essas duas questões são fundamentais para entender o atraso do surgimento da imprensa mineira. A política de restrição das manufaturas, e a forte censura portuguesa

foram inibidores da imprensa. Nas Minas, em razão do controle da mineração do ouro e do diamante, a presença do Estado português e de seus mecanismos de repressão foi maior que em qualquer outro local do Brasil.

Para entender melhor como isso inibiu a imprensa mineira, é essencial conhecer como foi a censura portuguesa. Ela sempre foi muito rigorosa, considerando quase tudo como subversivo. No entanto, não foi capaz de inibir a circulação de livros. As obras proibidas circulavam na Metrópole e na Colônia.

Isso também foi um fator inibidor do surgimento da imprensa na Colônia. Como as obras circulavam com facilidade, mesmo as proibidas, não era tão necessária a existência dos prelos.

Com relação aos jornais, a censura foi bem mais eficiente, e fez com que surgissem poucas publicações. Só nos momentos em que Portugal esteve em conflito com outras nações e após a Revolução do Porto, em 1820, os periódicos ganharam impulso.

No final do século XVI começaram a circular, em Portugal, as *relações de novas gerais* ou *notícias avulsas*. Eram folhas, que saíam esporadicamente, para comentar alguns acontecimentos. Estavam longe de serem jornais, mas tiveram grande importância. “(...) representavam uma inovação. Eram um meio de comunicação mais rápido e penetrante que o livro” (COSTELA, 1970, p. 7). De forma clandestina, as relações foram muito importante na luta contra a dominação espanhola.

Com a restauração do reino de Portugal, em 1640, essas folhas tiveram permissão de circular. Aproveitando o momento de afrouxamento do controle contra as relações, em novembro de 1641 surgiu o primeiro jornal do País, a *Gazeta*. No entanto, as coisas mudariam rapidamente, já em 19 de agosto de 1642 foi proibida a publicação de gazetas

com a justificativa da “pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas²¹” (apud COSTELA, 1970, p. 9). No entanto, a *Gazeta* sobreviveu até 1647.

Como conta Costela (1970), após o fechamento da *Gazeta*, circularam apenas folhas volantes, trazendo principalmente informação sobre as lutas entre Portugal e Espanha. Em 1663, foi criado o mensário *Mercúrio Português*, que teve 50 edições, deixando de circular em 1667.

Depois disso, Portugal ficou 37 anos sem periódicos. Somente em 1704 surgiu uma publicação com o nome de *Gazeta*, da qual, segundo Costela (1970), conhecem-se apenas duas edições. Em 1715, foi fundada a *Gazeta de Lisboa* que circulou até 8 de julho de 1762, quando o Marquês de Pombal suspendeu a publicação do periódico.

Não havia liberdade de expressão em Portugal e os poucos jornais que surgiam eram reprimidos, como conta Tengarrinha (1989):

A apertada vigilância e a severa punição sobre todo aquele que, por palavra escrita, ou até mesmo palavra falada em surdina, mostrasse desamor pelo governo, levava que os redatores tolhessem a própria mão e, mesmo, a que periódicos fossem suprimidos: são os casos do *Lisboa*, cujo redator, Correia Garção, acabou por morrer mais tarde nas prisões pombalinas; e a *Gazeta Literária*, por apresentar no último número algumas alusões desfavoráveis à política do ministro de D. José. (TENGARRINHA, 1989, p. 47-48).

Os jornais só ganharam impulso com a invasão francesa, em 1808. Só em 1809 foram criadas 22 publicações em Portugal. O processo foi semelhante ao ocorrido durante a dominação espanhola, em que as *relações* foram utilizadas na luta emancipatória.

²¹ Apesar do uso do plural “todas elas”, de acordo com Rizzini (1968) e Costela (1970) só circulava um jornal em Portugal.

Os franceses, bem antes dos portugueses, já utilizavam de periódicos para tentar ganhar a simpatia da população lusa. Por isso, como diz Costela (1970, p.24), “a melhor maneira de combater os ‘papéis franceses’ seria imprimir ‘papéis portugueses’”.

Para entender essa questão é preciso conhecer como era feita a censura em Portugal e na Colônia. Existiram quatro modelos diferentes de censura até a Revolução do Porto (1820): 1º Até 1768 o controle era feito por três tribunais (o Ordinário, a Inquisição e o Desembargo do Paço); 2º De 1768 à 1787, a responsabilidade era da Real Mesa Censória; 3º De 1787 a 1794 houve a criação da Real Mesa da Comissão Geral; 4º De 1794 à 1820 retornou-se ao sistema de tríplice censura.

Eram modelos de censura com normas rígidas, mas com pouca eficiência no controle da circulação de livros. Era grande a distância entre o que era definido pelos órgãos censórios e o que ocorria na prática, com relação aos livros. De várias formas se burlava o controle, e os escritos proibidos circulavam em bom número em Portugal e no Brasil.

Quando o Santo Ofício foi introduzido em Portugal, no século XVI, todas as obras passaram a precisar da autorização da inquisição. Isso era um grande limitador da imprensa e do desenvolvimento intelectual do povo português. Como diz Valadares (2004, p.86): “o Santo Ofício cerceava o livre pensar e afastava Portugal, cada vez mais, do bloco das nações polidas da Europa. Criou-se uma mentalidade delatora, controlada e movida pelo medo”.

A censura também era forte em outros países, mas em Portugal a situação era pior, de acordo com Zilberman (2005), por causa da proximidade entre Igreja e o governo, que facilitava a ação do Santo Ofício. “(...) inquisidores e reis pertenciam à mesma família, o cardeal censor era irmão de João III (1500-1557), tio de Sebastião (1544-1578) e, após a

morte deste, tornou-se ele próprio rei” (ZILBERMAN, 2005, p. 68). Villalta (2002) diz que a censura em Portugal de livros que fossem irônicos com clérigos e reis era mais severa que na Espanha; e que as traduções de textos bíblicos eram mais combatidas que em Roma.

De acordo com Costela (1970), o documento mais antigo a respeito da censura lusa é o Alvará de 22 de fevereiro de 1537, que concedia ao deficiente visual Baltazar Dias o direito de imprimir obras, mas com ressalvas, como a de “não se imprimam sem antes ser vistas e examinadas” (apud COSTELA, 1970, p. 2).

O Santo Ofício chega a Portugal em 1536, e, já em 1539, havia censurado obras como o *Insino Christão*²², impresso por Luís Rodrigues, e a *Cartilha*, de João de Barros. Como conta Costela (1970), em 1547, foi divulgada pela Inquisição a primeira lista de livros proibidos.

Na primeira fase da censura lusa, que durou de 1537 até 1768, o maior poder de censurar cabia a Igreja. Ela tinha dois dos três tribunais censores: o Ordinário (em que as dioceses se manifestavam sobre os impressos produzidos em sua região de atuação) e o da Inquisição (com o Santo Ofício). Para atuar na defesa dos interesses reais só havia o Tribunal do Desembargo do Paço. Por isso, nessa fase, as questões religiosas eram prioritárias com relação às políticas. Havia uma grande preocupação em combater o protestantismo.

Quase tudo era censurado. O clássico *Os Lusíadas*, de Camões, por exemplo, foi proibido, em 1584, com a acusação de enaltecer deuses pagãos da Índia. Em 1606, foi a vez do *D. Quixote* cair na censura portuguesa; e, em 1624, o livro foi liberado, mas sofreu várias alterações. Na Universidade de Coimbra, como conta Valadares (2004), praticamente a única leitura permitida era as chamadas *sebentas*, anotações manuscritas feitas por um dos

alunos, daquilo que o professor havia ensinado, e depois repassadas para os demais estudantes.

No reinado de D. Jose I, tendo como primeiro ministro Marques de Pombal, a Lei de 5 de abril de 1768 pôs fim a tríplice censura e criou a Real Mesa Censória. A função dessa censura centralizada era evitar a circulação das obras jesuítas e fortalecer o poder da Coroa. Pombal foi um perseguidor dos jesuítas, os quais acusava de terem sido responsáveis pelo atraso intelectual e científico de Portugal.

(...) nos documentos da censura a partir da criação da Real Mesa Censória, os jesuítas são responsabilizados pela ‘barbaridade e ignorância’, pelo ‘fanatismo’ e ‘superstição’ de que foi vítima Portugal por séculos, motivo de reprovação das ‘nações civilizadas’ (VILLALTA, 2002, p. 56).

O controle não foi mais brando nessa fase, apesar de Pombal fazer a assimilação seletiva das idéias da ilustração, ou seja, apenas aquilo que não fosse de encontro ao absolutismo português. Foram censuradas quase todas as obras jesuíticas²³, a maioria dos textos da ilustração (mesmo os que escreveram suas obras antes do século XVIII) e livros aristotélicos. Houve uma secularização da censura, mas o rigor continuou muito grande. “(...) a Real Mesa Censória passou a fiscalizar e a reprimir, tal como a Inquisição, fundamentando-se ideologicamente” (VALADARES, 2004, p. 94).

²² Manteve-se a grafia original.

²³ Principalmente, houve um ataque as correntes milenaristas, como o padre Viera, “um dos maiores propagadores de profecias, segundo as quais, um rei Encoberto instalaria um Quinto Império, temporal e espiritual, com sede em Lisboa” (VILLALTA, 2002, p. 54)

Como conta Tengarrinha (1989) a Real Mesa Censória aumentou a censura e isto inibiu o surgimento de periódicos. “Desde aí, até a morte de D. José, em 1777, não se publicou qualquer jornal em Portugal” (TENGARRINHA, 1989, p. 48).

O próprio Marquês de Pombal participava do processo censório. Nenhuma obra poderia ser impressa ou ser adotada na Universidade de Coimbra sem sua autorização.

A partir de 1777, com a subida ao poder de D. Maria I, retornou a relação estreita entre Estado e Igreja, que iria significar uma participação maior do Santo Ofício na censura. Isso causou um endurecimento da vigilância aos escritos proibidos. Na Universidade de Coimbra, em 1786, até mesmo as sebentas foram proibidas²⁴.

D. Maria I, insatisfeita com a inoperância da Real Mesa Censória, em 1787, substituiu-a pela Real Mesa da Comissão Geral. O decreto de criação do novo órgão censório determinava que o presidente do tribunal tinha que ser um clérigo.

Como descreve Valadares (2004), as notícias das vitórias dos revolucionários franceses chegavam através dos jornais e de livros. A *Gazeta de Lisboa* e o *Jornal Encyclopédico*, apesar de serem controlados pela censura, noticiavam a Revolução Francesa, e se mostravam apoiar o movimento. “Após a reunião de 1789, elogiaram a igualdade com outras ordens obtidas pelo Terceiro Estado. Fizeram apologia da Constituição e defesa dos direitos humanos” (VALADARES, 2004, p. 97). Isso certamente desagradou a Coroa, e, por isso, as notícias sobre a Revolução Francesa sumiram por um bom tempo da imprensa de Portugal.

²⁴ O edital de 1876 dizia: “E para uma vez pôr termo ao progresso de um tão intolerável abuso, mando: que de agora e para sempre se desterre e proscreeva desta Universidade o pernicioso costume de escrever nas aulas, e que os mestres mais não consentam que os seus discípulos debaixo de qualquer pretexto que seja o continuem a praticar” (apud VALADARES, 2004, p. 97)

Em 1791, foi reconhecida novamente a autoridade do Santo Ofício no processo censório. Com o sucesso da Revolução Francesa, o medo de que suas idéias chegassem a Portugal, fez com que a Coroa restabelecesse a tríplice censura, em 17 de dezembro de 1894. No entanto, o Desembargo do Paço tinha um papel central, fazendo com que o órgão censor desse mais atenção para as questões de caráter político. Como diz Villalta (2002) “nota-se um grau de minúcia maior e, sobretudo, uma preocupação mais nítida contra os ‘estragos’ da Ilustração” (VILLALTA, 2002, p.62).

Mas apesar de todas medidas censórias, os livros proibidos circulavam em Portugal e no Brasil:

Interditar os descaminhos do livro foi sempre uma preocupação, mais intensa em alguns momentos e menos em outros. O problema é que contra esse propósito pesaram alguns limites. Primeiro, o contraste entre o dinamismo editorial e mercantil dos profissionais do livro e a lentidão da máquina burocrática (VILLALTA, 2002, p. 65)

Além disso, algumas pessoas conseguiam autorização para possuírem livros proibidos. Eram pessoas ricas, ou com nível cultural elevado. Então a posse de livros, principalmente os proibidos, tornava-se um privilégio. Isso também facilitava a circulação dos livros censurados, que acabavam chegando a mão de quem não estava autorizado a lê-los.

Como explica Villalta (2002), a censura fazia distinção entre “gente ignorante” e os “notórios pelo nível cultural”. Aos chamados “ignorantes” a censura agia com rigor, acreditando que seriam mais influenciados pelas idéias consideradas perniciosas. Mas aos

letrados se facilitava o acesso aos livros, como se estes estivessem preparados para realizar uma autocensura.

As permissões, geralmente, eram restritas aos textos ligados à profissão do requerente. Ou seja, os advogados podiam ler livros jurídicos proibidos; os teólogos, obras religiosas defesas. Mas todos eles eram orientados a colocar os livros proibidos em “estante fechada com chave e rede de arame, de sorte não serem vistos, nem lidos por pessoas não autorizadas” (VILLALTA, 2002, p. 88).

O Index que definia as obras proibidas muitas vezes também tinha um efeito contrário do desejado pela censura:

(...) as interdições governamentais produziam um efeito diverso daquele que almejavam, pois acabavam por estimular os leitores a procurarem os livros proibidos, não escapando este fato à consciência dos censores portugueses: em 1776, a Real Mesa Censória interditou as *Memórias Turcas*, mas não se arriscou a fazê-lo por edital (VILLALTA, 2002, p. 66).

No Brasil, a censura também era burlada. *As Constituições Primeiras do Bispado da Bahia* (1707), que regiam todos os bispados da Colônia, proibiam a leitura dos livros defesos pelo Santo Ofício, e determinavam que na alfândega nenhuma obra poderia ser entregue a seu dono sem a autorização do vigário-geral. Quem não cumprisse isso seria excomungado e pagaria uma multa de 100 cruzados. No entanto, como diz Villalta (2002, p. 76): “não há indicações, contudo que evidenciem a aplicação de tais determinações”.

O sistema de censura foi ineficiente. Villalta (2002) diz:

A vigilância nas alfândegas, além de incoerente, era bastante vulnerável. Os livros proibidos continuaram entrando em Portugal, sendo a documentação inquisitorial, os registros policiais e os testemunhos de estrangeiros da época eloqüentes a esse respeito. O mesmo se dava na América, onde os autos das devassas das Inconfidências de Minas, Rio e Bahia, do segundo quartel do século XVIII, bem como os documentos enviados ao Santo Ofício, atestam a presença de livros proibidos, certamente resultante em grande parte do contrabando. (VILALLTA, 2002, p. 80)

Essa facilidade de circulação das obras, mesmo as proibidas, no Brasil também é desestimulador ao surgimento da imprensa, principalmente de uma imprensa de caráter rebelde. Já que as obras chegavam à Colônia com relativa facilidade não havia razão para que se buscasse imprimi-las aqui.

Valadares (2004) também confirma essa idéia de que apesar da censura os livros proibidos circulavam em Portugal e no Brasil.

(...) constatei que nada disso impediu que essas obras circulassem, na corte, nas províncias e nos domínios ultramarinos. Observei, também, que se verificava uma permanente burla à vigilância, permitindo a comercialização, a posse e a divulgação, por meio de um contrabando que abrangia todo o tipo de produtos, incluindo a literatura e o saber (VALADARES, 2004, p. 106)

Também Costela (1970, p. 24) diz que “a repressão revelava-se, senão inútil, ao menos impotente. O interesse pelas publicações proibidas aumentava sempre mais e sua influência se tornava cada vez maior”. Frieiro (1981) também confirma isso, dizendo que as obras proibidas eram muito lidas.

As normas da censura eram visivelmente descumpridas de acordos com vários autores. Um dos melhores exemplos de como os livros circularam na Colônia, apesar da

censura, foram as bibliotecas dos inconfidentes. De acordo com Maxwell (1978), a do Cônego Vieira tinha mais de 600 volumes, com muitas obras proibidas. Tanto que o historiador Eduardo Frieiro escreveu o livro *O diabo*²⁵ *na livraria do Cônego*, descrevendo esta grandiosa biblioteca para a época. “Na livraria do Cônego da Sé de Mariana havia também livros em que moravam ‘encantadores’, e alguns nada católicos, que precisavam de água benta” (FRIEIRO, 1981, p. 23). Para Costela (1970, p. 19), “as devassas da Inconfidência Mineira demonstraram que os conjurados possuíam bibliotecas bem fornidas, onde não faltavam livros defesos”. Maxwell (1978) também comenta sobre o grande número de livros franceses encontrados na biblioteca dos inconfidentes, o que deixou Portugal bastante preocupado, em razão da Revolução Francesa.

Como explica Maxwell (1978), as principais bibliotecas dos inconfidentes foram as de Tomaz Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel e do Cônego Luiz Vieira:

Eram homens bem informados e tinham boas bibliotecas. Mais rapidamente recebiam livros e informações do que chegavam às autoridades coloniais os despachos oficiais de Lisboa. A biblioteca do Cônego Vieira contava com a *Histoire de l’Amerique*, de Robertson, a *Encyclopédie* e as obras de Bielfeld, Voltaire e Condillac. Cláudio Manoel da Costa era tido por tradutor da *Riqueza das Nações*, de Adam Smith (...) Gonzaga se interessava por jurisprudência (...) (MAXWELL, 1978, p. 147).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, e a instalação da *Imprensa Régia*, no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808, não demorou a serem criadas formas de controle do que era impresso. Já em 24 de junho de 1808 (pouco mais de um mês) um Aviso determinava que “a direção terá o encargo de examinar os papéis e livros que se mandarem

²⁵ A palavra “diabo”, no título do livro, refere-se a presença de muitos livros proibidos na biblioteca do

imprimir, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, governo e bons costumes” (apud COSTELA, 1970, p. 20). Em 27 de setembro de 1808 foram nomeados quatro censores régios.

Costela (1970) dá alguns exemplos da atuação da censura, nesse período, no Brasil:

Em 4 de setembro de 1811, D. João determinou ao Conde de Arcos que providenciasse a apreensão, na Bahia, de uma tipografia despachada da Inglaterra. Ainda em 9 de outubro desse ano proibiu o Príncipe Regente a circulação de dois livros e, em 2 de março de 1821, o ingresso do *Correio Braziliense* (COSTELA, 1970, p. 22).

Uma carta régia de 5 de fevereiro de 1811 autorizava o funcionamento de uma tipografia na Bahia. Em Pernambuco, outra tipografia ganhou autorização de funcionamento, em 9 de setembro de 1816. De acordo com Costela (1970), a censura dos impressos nessas novas tipografias seria exercida pelo governador e pelo bispo.

Por causa desse controle, os primeiros jornais impressos no Brasil faziam exagerados elogios ao governo. “Nessa primeira fase do periodismo brasileiro somente se conheceriam jornais louvaminheiros” (COSTELA, 1970, p. 22). Essa situação era amenizada por jornais impressos em Londres, principalmente pelo *Correio Braziliense*.

Em 24 de agosto de 1820, os liberais da cidade do Porto, seguiram o exemplo da Espanha²⁶, e iniciaram uma revolução. Em 15 de setembro de 1820, os revolucionários já tinham conquistado a vitória.

Segundo Costela (1970), inicialmente manteve-se a censura prévia, só que aos poucos foi diminuindo o controle sobre a circulação de livros e periódicos. Em 21 de setembro de 1820 um Aviso incentivava a “facilitar a leitura dos bons livros e papéis nacionais e estrangeiros” (apud COSTELA, 1970, p. 27). E, em 13 de outubro do mesmo ano, uma Portaria recomendava a que “facilitem todos os meios de propagação das luzes dos conhecimentos úteis” (apud COSTELA, 1970, p. 27).

A liberdade de imprensa só chegou em 11 de novembro, quando se aplicou a Constituição de Cadiz em todo território português. E, mais ainda, em 9 de dezembro, quando uma Portaria determinou que os abusos de imprensa seriam apreciados pelos magistrados.

No entanto, como conta Sodré (1998), a imprensa brasileira não teve a mesma liberdade que a portuguesa, no período entre a Revolução do Porto e a Independência. Apesar da liberdade de imprensa definida pelos revolucionários em Portugal, D. João VI, em 2 de março de 1821, determinou que, no Brasil, “todo impressor será obrigado a remeter ao diretor dos Estudos, ou quem suas vezes fizer, dois exemplares das provas que se tirarem de cada folha impressa” (apud SODRÉ, 1999, p. 83).

Com isso, pode-se visualizar um quadro pouco favorável ao surgimento da imprensa no Brasil colonial. Mas é preciso entender que isso não era algo exclusivo das colônias, mas também da Metrópole. Como o Estado era censor, só eram aceitáveis

²⁶ Em 7 de março de 1820, o rei espanhol jurou a Constituição de Cadiz, que entre outras coisas instituiu a liberdade de imprensa.

iniciativas que interessavam à Coroa. Com a vinda da família Real ao Brasil, em 1808, a atividade de impressão da Coroa se centrou no Rio de Janeiro, e com isto surgiu nossa imprensa, que nascia a serviço do poder vigente.

A questão da censura também foi inibidora da imprensa no Brasil pela forma complexa com que ela se estruturava. Seria muito difícil que funcionasse nas colônias os órgãos censórios, e seria muito lento o processo de licença para publicações se estas tivessem que esperar a decisão da censura da Metrópole. Por isso, era preferível para a Coroa concentrar em Portugal as atividades editoriais. Além disso, a grande extensão do Brasil dificultava muito a instalação dos órgãos censórios na Colônia das Américas.

Essa é uma questão fundamental para entender o atraso da imprensa brasileira e mineira. É necessário pensar a censura não só como algo que inibe as atividades de impressão, mas como uma organização complexa, muito difícil de ser implementada nos domínios ultramarinos. Sem falar que era importante a proximidade entre os órgãos censórios e a Coroa, que tinha interesse em evitar a difusão de idéias que fossem contra o regime vigente.

No entanto, a censura deve ser entendida como um fator inibidor e não algo determinante da não existência de periódicos no Brasil, até 1808. Realmente, pode-se observar, com a Revolução do Porto e o grande número de jornais que são criados logo em seguida, que a censura exercia um papel de dificultar a criação e o funcionamento de publicações. Mas isso não quer dizer que ela fosse capaz de impedir qualquer tipo de iniciativa.

Vê-se que a censura foi claramente burlada com relação a circulação de livros. Sem falar no primeiro jornal português (*A Gazeta*), que circulou de 1642 a 1647, apesar de proibições. Isso mostra as limitações dos órgãos censores. Portanto, pode-se concluir que

caso houvesse condições sociais, econômicas e culturais favoráveis, poderiam circular publicações clandestinas.

3.1.2 O processo colonizador

A forma como foi realizada a colonização não valorizou o desenvolvimento do País. Aliás, o desenvolvimento brasileiro era uma ameaça a Metrópole. A imprensa, como as demais manufaturas, representava a possibilidade de uma autonomia maior da Colônia, o que não era interesse da Coroa. O desenvolvimento da imprensa ia contra a política econômica mercantilista adotada por Portugal. Só analisando a forma como foi realizada a colonização do Brasil, e a situação delicada que os portugueses viviam por terem um território e uma população reduzida, pode-se entender como era a política econômica com relação ao ultramar.

Maxwell (1978) diz que mesmo Portugal não vivia uma situação confortável. O País era uma espécie de “semi-colônia” inglesa. “Portugal já era parte daquele ‘império informal’ de comércio e influência que os britânicos de meados da era vitoriana consideravam sua invenção” (MAXWELL, 1978, p. 57). Como explica Novais (1995), Portugal dependia da ajuda inglesa para não perder suas colônias.

A estratégia portuguesa funcionou bem, conseguiu preservar suas colônias, e ainda ampliá-las na América, avançando em território espanhol. “Portugal colhia as vantagens da aliança inglesa. Na região platina recobrava a Colônia de Sacramento; no norte do Brasil, fixava-se o Oiapoc como limite com a Guiana Francesa” (NOVAIS, 1995, p. 41).

Portugal, que vivia em dependência da Inglaterra, sugava as riquezas do Brasil. As Minas tinham uma importância maior nesse processo. Com o ouro e os diamantes da Capitania era possível cobrir os déficits de Portugal no comércio com os ingleses. No entanto, na avaliação de vários intelectuais portugueses do final do século XVIII, o ouro trouxe mais prejuízos do que vantagens para a Metrópole. Ele teria causado uma acomodação da Coroa Portuguesa, fazendo que o País desenvolvesse as manufaturas tardiamente.

Com a política pombalina de diminuir a dependência portuguesa, no final do século XVIII, acabaram os déficits comerciais.

A política colonial portuguesa foi bastante inibidora ao surgimento da imprensa nas Gerais. A Capitania sofreu mais do que o resto do Brasil com relação a forma feitorial de colonização. A Metrópole, que aparecia como uma grande cobradora de impostos, de acordo com Guerzoni Filho (1983), tinha nas Minas sua principal fonte de riquezas. Por isso, o rigor e a presença do Estado foi muito maior nessa região.

A situação foi mais grave ainda, por que, como explica Holanda (2003), inicialmente a colonização só se interessou pelo litoral. Somente com a descoberta do ouro, no final do século XVII, a Capitania passou a ser alvo do interesse da Metrópole.

O bispo Azeredo Coutinho, um dos principais teóricos da política econômica portuguesa, dizia:

A Metrópole, por isso que é mãe, deve prestar as colônias, suas filhas, todos os bons ofícios e socorros necessários para a defesa e segurança das suas vidas e dos seus bens, mantendo-se em uma sossegada posse e fruição dessas mesmas vidas e desses bens (COUTINHO apud NOVAIS, 1995, p. 230-231)

Na fala do bispo está claro um certo tipo de “valorização” das colônias, e a adoção de cuidados com elas. No entanto, esses cuidados tinham como único objetivo evitar as rebeliões, a perda das colônias para outras nações e garantir os lucros da Metrópole.

Como diz Marques de Melo (2003, p. 115), “não existiu interesse em implantar aqui uma civilização, criar cidades, desenvolver condições de vida organizada e duradoura, como extensão da cultura metropolitana”. Portugal estava mais preocupado em explorar economicamente o Brasil, do que com o desenvolvimento da Colônia.

A política econômica seguida por Portugal, no século XVIII, ainda era predominantemente mercantilista. E, como ressalta Novais (1995), o mercantilismo defendia o desenvolvimento das nações a todo custo, sem nenhuma preocupação com bem estar da população. As colônias tinham papel muito importante na política mercantilista, e eram fontes de grandes lucros para as metrópoles.

Além disso, como mostra Novais (1995), Portugal tinha medo de perder sua principal Colônia não apenas para outras nações; mas também se preocupava muito com a possibilidade do surgimento de movimentos de independência. A situação portuguesa era mais preocupante por que a Metrópole era muito menor e mais pobre em recursos naturais que a Colônia. Até mesmo o povoamento do Brasil ameaçava Portugal.

Por isso, de acordo com Novais (1995), foram adotadas medidas com objetivo de cortar a emigração para a América, depois da descoberta do ouro nas Minas Gerais. Temia-se que quando o Brasil tivesse um contingente populacional maior que a Metrópole, Portugal não conseguisse impedir seu processo de independência.

Em razão disso, buscava-se deixar o Brasil em situação de dependência, fazendo com que sua economia fosse complementar a Metrópole, voltada para a produção de

matérias-primas. Os portugueses fizeram com as economias da Colônia e da Metrópole fossem interligadas, de forma a preservar os laços. Nesse pacto, Portugal contribuía com as manufaturas, e o Brasil, com produtos agrícolas e minerais.

O Brasil era uma colônia de exploração, que como o nome deixa claro, tinha a função de enriquecer a Metrópole. Duas características importantes das colônias de exploração, como explica Novais (1991), eram a economia voltada para o comércio com a Metrópole e a grande propriedade escravista.

No sistema colonial, também havia as colônias de povoamento, cujo melhor exemplo é a Nova Inglaterra (Estados Unidos), em que a produção era voltada para o consumo interno e predominava as pequenas e médias propriedades.

O Brasil, como colônia de exploração, só pôde comercializar com Portugal, em quase todo período colonial. Para manter esse monopólio, Portugal precisava controlar as atividades econômicas e reprimir o contrabando.

No entanto, deve-se tomar cuidado para não pensar a relação entre Portugal e Brasil de forma maniqueísta, tratando a Metrópole como vilã neste processo. Como mostra Novais (1995), houve momentos no final do século XIX que Portugal investiu e incentivou bastante a modernização da agricultura brasileira. Mas eram os próprios brasileiros resistentes ao processo de modernização. “Curiosa situação esta, a Metrópole (o vice-rei) tentando modernizar a economia da Colônia, frente a resistência conservadora dos colonos” (NOVAIS, 1995, p. 263).

Portugal queria a implantação de técnicas agrícolas novas, assim com a diversificação das culturas. Para isso, fez vários investimentos em divulgação de técnicas agrícolas, e ofereceu várias vantagens tarifárias. A *Oficina do Arco do Cego* surgiu, em 1799, como parte dessa proposta de modernizar a agricultura brasileira.

As Minas tinham um papel central na produção editorial da *Arco do Cego*. Primeiramente pela grande participação dos mineiros no projeto, e depois por ser a Capitania que recebeu o maior número de livros publicados na oficina.

A Capitania sofreu um controle maior do que qualquer outra. Portugal queria explorar ao máximo o ouro e os diamantes, por isso, agia de forma severa. Além disso, dentro das Gerais, havia, como diz Holanda (2003), uma espécie de “Estado dentro do Estado”: o Distrito Diamantino. Lá ninguém entrava sem autorização, e as pessoas podiam ser expulsas e degredadas por qualquer suspeita. “Éramos regidos com leis particulares, debaixo do mando de autoridades especiais, como uma Colônia isolada, segregada do resto do Brasil” (FELÍCIO DOS SANTOS, 1976, p. 61).

A mineração diamantina era muito mais rentável que a de ouro. Como diz Lima Júnior (1978) o descobrimento dos diamantes

deu motivo a festas esplêndidas, que em Lisboa e em todo reino se celebraram e a *te deums* e procissões inumeráveis que extasiaram o povo português (...) O Santo Papa e os cardeais felicitaram ao Rei de Portugal.(...) Dir-se-ia que se descobrira cousa que devia regenerar e felicitar o universo (LIMA JÚNIOR, 1978, p.50)

Logo após a descoberta²⁷, a região passou a ser alvo de uma grande repressão. Primeiro foram expulsos os padres, acusados de dizerem ao povo que os quintos eram impostos e não direitos reais. E a região foi invadida por uma multidão de pessoas.

²⁷ Lima Júnior (1978, p. 50) diz que os diamantes são descobertos em 1729, na região do Tijuco, hoje cidade de Diamantina. No entanto, em uma citação que ele traz da obra *História da Fundação do Império Brasileiro*, de J. M. Pereira da Silva, fala-se que em 1727 e 1728 já se comemorava as descobertas em Portugal.

Por isso, em 26 de março de 1731, um decreto do rei mandou que se retirassem todas as pessoas que mineravam diamantes, e quem descumprisse a determinação seria degredado por 10 anos em Angola. Mesmo a quem “tirasse um só diamante após a proibição” (FELÍCIO DOS SANTOS, 1976, p.51).

Havia normas rígidas²⁸ com a proibição de lojas nas proximidades do Tijuco. Por exemplo, os estabelecimentos comerciais só poderiam ser instalados no arraial e as vendas deviam ser feitas na rua (a pelo menos um palmo e meio fora do estabelecimento), a vista do público. Quem descumprisse estava sujeito a prisão, confisco de seus bens e degredo de seis anos para Angola.

Em 2 de agosto de 1771 foi publicado o Regimento Diamantino, chamado popularmente de “Livro da Capa Verde”, nome que, de acordo com Felício dos Santos (1976, p.131), “excitava o terror na demarcação diamantina: era como o espantalho, que continha os criminosos”. O livro era como uma reunião de todas as normas criadas para o distrito.

Eram regras muito rígidas. Todos escravos, por exemplo, deveriam ser cadastrados de forma detalhada em um livro. Todos os moradores também deveriam se apresentar para passarem por exame para saber se poderiam ficar no distrito. O livro também tinha coisas curiosas como a proibição do exercício da advocacia na região, sob pena de expulsão e seis meses de cadeia.

A repressão também era forte sobre a região aurífera. Não tanto quanto no Distrito Diamantino, onde a situação o controle e os desmandos eram absurdos, mas as regiões onde se minerava ouro eram muito fiscalizadas. Portugal dependia do ouro e dos diamantes para

cobrir seus déficits comerciais, e sustentar o luxo de sua nobreza. Por isso, a fiscalização era severa, e havia um clima de desconfiança no ar. Todos eram suspeitos. Boschi (1982, p.98) diz que “a máquina administrativa e burocrática ali instalada tinha como diretriz básica a tributação e, conseqüentemente, o espírito de cerceamento presidiu toda a evolução histórica da Capitania”.

Por isso, pode-se dizer que a natureza feitorial da colonização foi um fator inibidor do desenvolvimento da imprensa mineira. Aliás, pode-se dizer, que este foi um fator que atuou mais forte nas Minas que em outras capitanias.

A forma como foi se desenvolveu a colonização do Brasil foi definidora do quadro social, econômico e cultural em que a Colônia se encontrava. Por isso, o processo colonizador ajuda a entender vários outros fatores que inibiram a imprensa mineira.

As Minas, como será mostrado adiante, ainda conseguiram se urbanizar e ter uma vida cultural relativamente dinâmica no período colonial. No entanto, isso ocorreu pela abundância das riquezas existentes no subsolo mineiro, e não por qualquer política desenvolvimentista de Portugal.

O pensamento mercantilista, seguido por Portugal, definiu uma forma de colonização que colocava os domínios ultramarinos, em especial o Brasil (por sua importância), em um pacto econômico com a Metrópole, visando a interdependência. Esta situação dificultou muito o surgimento dos prelos e periódicos.

Ela não impediu a participação dos brasileiros na imprensa, chegou até a estimular isto, como na criação da *Oficina do Arco do Cego*, em Lisboa. Mas fez com que as

²⁸ “(...) ninguém podia estabelecer-se, nem ao menos penetrar ou sair sem autorização especial do Intendente. (...) Não havia juízes (...) seus poderes iam até o confisco de todos os bens e decretação da pena de morte civil sem forma de processo ou recurso algum” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 182).

atividades editoriais (assim como outras manufaturas) se concentrassem no reino. Essa era uma questão importante para Portugal não perder o controle sobre suas colônias.

É importante entender que não havia restrição da participação dos brasileiros na imprensa. O que havia era uma política voltada para que isso ocorresse na Metrópole. As obras de brasileiros podiam, inclusive, circular no Brasil, se não sofressem restrições dos órgãos censórios. Com isso, vê-se o mineiro frei Veloso (antes do surgimento da *Arco do Cego*) editando, em Lisboa, a revista *Paládio Portuguez*, em 1796, trazendo novas descobertas científicas, muitas delas de brasileiros. E, principalmente, a *Oficina Arco do Cego* com a predominância da participação de brasileiros e mineiros. Como diz Wergner (2004):

(...) conseguiu articular os interesses metropolitanos com os das elites coloniais, incorporando membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a Colônia teria papel crucial e ativo na superação do atraso português” (WEGNER, 2004, p. 132).

Lá o ministro do Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, permitiu, inclusive, a presença de pessoas simpáticas a Inconfidência Mineira. “D. Rodrigo usou muitos brasileiros eruditos no processo de tomadas de decisão (...) Foi particularmente atencioso com os comprometidos com a Inconfidência Mineira” (MAXWELL, 1978, p. 254).

3.1.3 Os indígenas nas Gerais

Aliado a política mercantilista de colonização, Portugal encontrou povos indígenas tecnicamente muito atrasados. Eram povos com uma cultura muito rica e interessante, mas que não tinham se desenvolvido tecnicamente, e não tinham como resistir ao colonizador.

Ao contrário da América espanhola, os povos indígenas no Brasil viviam em estado tribal, não havendo a necessidade da implantação da imprensa para impor os valores culturais europeus. Essa foi uma causa importante para o atraso no surgimento de prelos na Colônia, de acordo com Marques de Melo (2003).

As Gerais, no período em que a Capitania começou a ser colonizada, eram habitadas por várias tribos indígenas. No entanto, o contato com os índios nas Gerais ocorreu quase dois séculos depois do que no litoral. Ou seja, o colonizador já conhecia bem o silvícola brasileiro, e sabia que não precisava preocupar-se em impor sua cultura. O indígena teve uma participação significativa na sociedade mineira. Segundo Santos (1972), havia 30.851 índios “domesticados” nas Gerais, em 1789.

O grande problema na região foi os conflitos e assaltos realizados pelos índios. Como explica Freyre (1963), a propriedade privada não era um conceito existente na cultura indígena. Por isso, foram muito comuns os saques a embarcações pelo Rio São Francisco.

(...) o rio de alto a baixo ficasse infestado de bandidos, que, unindo-se aos índios, em cujas aldeias achavam abrigos e pontos de partida, surpreendiam e pilhavam os transeuntes, atacavam e matavam os portadores e opunham deste modo a liberdade do comércio. (VASCONCELOS, 1999, p.29)

Para pacificar o rio, foram atacadas as tribos indígenas mais agressivas. Durante o primeiro século de ocupação da Capitania, os antropófagos Aimorés, chamados de Botocudos²⁹, foram um importante obstáculo, pela grande agressividade que possuíam. Como diz Matos (2002) a imagem dos Botocudos se tornou lendária durante séculos nas Gerais. O viajante Maximiliano de Wied ficou admirado com eles: “o rude Botocudo (...) mais formidável que todas as feras e o terror dessas matas impenetráveis” (WIED apud MATOS, 2002, p.39).

Um outro relato que comprova a ferocidade dos Botocudos é uma correspondência do governador da Capitania, Pedro Maria Xavier de Athayde e Melo, em 1808, em que ele diz:

Das diferentes espécies de índios, o Botocudo é selvagem que não se pode civilizar. É inimigo dos outros índios; devora-os, como fizeram pouco aos que viviam no Cuité; e os portugueses não escapam igualmente a sua voracidade (ATHAYDE E MELO apud MATOS, 2002, p. 54)

A única preocupação do colonizador, com o índio mineiro, foi de pacificá-lo, para que ele não atrapalhasse a exploração do ouro e de pedras preciosas. Por isso, pode-se também dizer que de forma alguma o contato com o silvícola impulsionou projetos de implantação de prelos, e, conseqüentemente, no surgimento de jornais.

No processo de colonização os prelos funcionavam como um instrumento de dominação, e não como algo que visasse o desenvolvimento local. Como o indígena era geralmente escravizado ou exterminado, ou seja, não havia razão de trazer prelos para o

²⁹ Eles receberam o apelido “botocudo” por usarem, no lábio inferior e nas orelhas, pedaços de madeira em forma de batoque (tampo de tonel). Autodenominavam-se pelo nome *borum*.

desenvolvimento deles. Nas Minas, exatamente como ocorreu no restante da Colônia, o atraso dos indígenas foi um fator determinante no tardio desenvolvimento da imprensa.

3.2 Analfabetismo, urbanização, atividades econômicas e burocracia estatal

Estes quatro fatores também existiam nas Minas coloniais e inibiram a imprensa da região. No entanto, como será mostrado, as Gerais estavam em uma situação melhor que outras partes do Brasil, em razão da atividade mineradora favorecer a urbanização e exigir uma maior presença do Estado, para fiscalizar a exploração das riquezas minerais.

Os historiadores descrevem as Minas como uma região bem particular no processo de colonização, fugindo da estrutura agrária baseada no latifúndio, escravidão e monocultura. Por isso, o ouro e os diamantes trouxeram as Minas mais desenvolvimento econômico, social e cultural.

No entanto, a opulência trazida as Gerais pelo ouro e diamantes durou pouco tempo, menos de um século. No final do período oitocentista, a região viveu a crise da mineração, e a atividade agropecuária passou a ser a mais importante. Isto abalou a estrutura das Minas no período mais importante da história da imprensa brasileira, e, logicamente, foi inibidor do desenvolvimento da tipografia e dos jornais na Capitania (depois Província).

3.2.1 O analfabetismo

O analfabetismo era um quadro presente em toda a Colônia. Mesmo em Portugal a situação era semelhante. Por isso, como diz Marques de Melo (2003, p.123), “sendo Portugal um País sem tradições educativas, é compreensível que o ensino da Colônia fosse diminuto e inexpressivo”.

As Minas vivem o problema do analfabetismo como o resto do Brasil, no entanto havia uma maior sede de cultura na Capitania. Isso contribuiu para que alguns conhecessem as letras e adquirissem bom conhecimento humanístico.

A questão do analfabetismo foi inibidora da imprensa nas Gerais também. Essa era a situação da grande maioria de seus habitantes, no período colonial. Havia apenas uma elite culta, que se destacava, e uma sede maior de conhecimentos do que em outras partes da Colônia, por a Capitania ser mais urbanizada.

Os relatos de viajantes estrangeiros mostram bem isso. Saint-Hilaire (1975) diz que no Tijuco (hoje, cidade de Diamantina) havia mais instrução do que em qualquer parte da Colônia. Ele também fala de moços da localidade que aprenderam francês sem a ajuda de professores. Richard Burton (1977) conta que quando visitou o Seminário de Mariana viu os jovens conversando em francês, na hora da refeição.

Saint-Hilaire (1974) diz sobre o desejo que os mineiros, mesmo os mais simples, tinham de adquirir conhecimento:

(...) meu telheiro encheu-se de tropeiros que, seguindo o hábito dos mineiros, me examinavam com muita atenção e enchiam-me de perguntas. Esta curiosidade, proveniente talvez do desejo de instruir, não se encontra na Capitania do Rio de Janeiro, onde o calor e a umidade do clima tornam os homens moles e desanimados, nem no Rio Grande do Sul, onde os habitantes só apreciam os exercícios físicos (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 22)

Três instituições de ensino mineiras terão grande destaque nos séculos XVIII e XIX. Primeiro, o Seminário de Mariana, criado em 1750. Depois o Colégio Caraça, que surgiu em 1820, e era conhecido em todo Brasil pela qualidade de seu ensino. E, em 1876, com a participação de professores franceses, foi fundada a Escola de Minas de Ouro Preto, outra referência nacional.

Além disso, como conta Carrato (1968), muitos mineiros foram estudar em Coimbra. Isso ocorreu principalmente depois da criação do Seminário de Mariana, em 1750, que preparava os alunos para irem a universidade. Na segunda metade do século XIX, as Minas ainda viviam a opulência do ouro, o que possibilitava que muitas famílias enviassem seus filhos para estudar em Portugal. “Era o supremo luxo que se davam, era como que uma conferiçãõ de título nobre ter uma família das Minas um filho doutor” (CARRATO, 1968, p. 179).

Maxwell (1978) conta que grande parte dos brasileiros que iam a Coimbra eram das Gerais. Em 1786, por exemplo, havia 27 brasileiros, sendo 12 mineiros. No ano seguinte, em 1787, dos 17 brasileiros matriculados, 10 eram das Minas. Sem falar no destaque que os mineiros tinham, como foi o caso do inconfidente Cláudio Manoel da Costa, “o decano da mais antiga geração de brasileiros diplomados” (MAXWELL, 1978, p. 117).

Uma coisa interessante narrada por Carrato (1968) é que raramente os mineiros que iam a Coimbra deixavam de voltar à terra natal. Pelo contrário, eles retornavam cheios de

desejos de contribuir com a Capitania. Eles tiveram uma grande participação em diversos setores da administração pública, muitos como técnicos e cientistas. “Como se vai ver, com o recrudescimento da crise aurífera (...) os doutores estarão presentes em todos os setores da vida pública da Capitania” (CARRATO, 1968, p. 240).

Eles receberam um incentivo muito grande nos últimos 15 anos de vida (de 1797 a 1812) do ministro Rodrigo de Coutinho e Souza, o Conde de Linhares. Este tinha grande afinidade com os mineiros, principalmente pelo avô de sua esposa ter sido um dos colonizadores das Gerais, o famoso bandeirante Matias Barbosa.

O Conde de Linhares abriu caminho para os mineiros em Portugal, facilitou o acesso dos intelectuais das Gerais à Corte. Ele deu a oportunidade a frei Veloso de fundar a *Oficina do Arco do Cego*, que tanta importância teve para a imprensa brasileira e mineira.

Segundo Carrato (1968), esses doutores eram considerados as pessoas mais ilustres da Capitania. Com muito entusiasmo, eles fizeram nas Minas muitas pesquisas, empreendimentos e publicaram e traduziram várias obras. Em seus experimentos foram enviadas caixas com animais, insetos, plantas e minerais para Portugal, a fim de serem examinados.

Esses doutores contribuíram na exploração de diamantes e ouro, mas também de outros minérios, como chumbo e ferro. Além disso, descobriram nitreiras, apuraram a raça de cavalos, aprimoraram a indústria têxtil, fundaram fábricas de pólvora. Segundo Carrato (1968), eles chegaram a criar cursos de anatomia e cirurgia em Vila Rica. Além disso, os doutores tentaram implantar o cultivo de vegetais europeus como o trigo, centeio, frutas de clima temperado. Também criaram carneiros, produzindo lã, “numa indústria rural interessantíssima” (CARRATO, 1968, p. 243).

Na Capitania, havia alguns pontos de encontro de intelectuais, no fim do século XVIII e início do XIX. Algumas casas de Vila Rica, como a de Cláudio Manoel, Tomaz Gonzaga e de Francisco de Paula Freire de Andrade, eram locais em que a intelectualidade se reunia. Em São João Del Rei, a residência de Alvarenga Peixoto, era a principal referência. No Tijuco (hoje cidade de Diamantina), havia também algumas casas em que era comum a reunião das pessoas mais culta. Em Mariana, esse tipo de encontro ocorria no Palácio Episcopal, incentivado pelo bispo franciscano D. Cipriano.

Nas Minas setecentistas, repercutiam as idéias da ilustração que transformavam a Europa. As bibliotecas dos Inconfidentes mostram com as “luzes” haviam chegado a região do ouro. A região também possuía sua “república das letras”, nome dado no século XIX à *intelligentsia*.

Nas Gerais, havia uma elite culta, o que era um fator favorável para o surgimento de prelos e jornais. Sem falar que havia grandes conhecedores das artes gráficas como o Frei Veloso e o padre Viegas. Além disso, o frei Veloso deu oportunidade de alguns mineiros trabalharem na *Oficina do Arco do Cego*. Um deles foi o padre Viegas, que utilizaria os conhecimentos adquiridos lá para realizar as primeiras impressões das Gerais. Mas houve outras pessoas. Carrato (1968), por exemplo, cita o caso de um jovem de São João Del Rei chamado Manoel Jacinto Nogueira da Gama, que trabalha como revisor na oficina. Essa oportunidade facilitou seu acesso à Universidade de Coimbra.

Com relação ao analfabetismo, pode-se ver as Minas em uma situação um pouco mais favorável do que outras capitanias. Mas o destaque que sua elite culta tiveram não foi suficiente para evitar que as Gerais fossem tardias com relação principais regiões brasileiras no surgimento e desenvolvimento dos periódicos.

Lendo os documentos presentes no Arquivo Histórico Ultramarino com relação ao envio de livros da *Oficina do Arco do Cego*, observa-se que as Minas eram a Capitania que recebia mais obras. São Paulo e Pernambuco pediram para que não fossem mais enviados livros, pois faltavam pessoas interessadas em comprá-los. Já nas Minas eles chegavam em maior quantidade e eram comercializados.

Mas o analfabetismo também predominava na Capitania. Alguns casos isolados de grupos eruditos não representavam a realidade das Gerais. Certamente, o analfabetismo foi um fator bastante inibidor da imprensa mineira.

Também é importante compreender os efeitos negativos que a crise da mineração trouxe para o desenvolvimento da educação. Os recursos ficaram mais escassos para o investimento na alfabetização. Além disso, as mudanças econômicas prejudicaram o processo de urbanização, e isto trouxe efeitos negativos no desenvolvimento cultural da Capitania (depois Província). Afinal a cidade é o espaço propício para o debate intelectual e para os movimentos artísticos.

3.2.2 A urbanização

Esse é um fator em que as Minas se diferenciavam muito em relação às outras capitanias. As Gerais eram muito urbanizadas, com várias vilas com estrutura de cidade. Apesar de até a Independência a única cidade da Capitania ser Mariana, havia várias vilas muito povoadas, como Vila Rica, que, em 1750, possuía uma população próxima das

principais cidades portuguesas. De acordo com França (1998), houve no Brasil, até 1822, 210 centros urbanos, sendo 159 nas Gerais.

Havia fatores favoráveis ao surgimento da imprensa nas Gerais setecentistas. Como descreveu Iglésias (1985), ao contrário das demais capitanias, a das Minas era urbanizada e apresentava menor estratificação social. Além disso, havia um movimento artístico grande, uma classe média e um bom número de formandos, vindos de Coimbra.

Como diz Lima Júnior (1978, p.52), “o ouro de Minas Gerais introduziu a civilização e a cultura num Brasil semibárbaro, pela disseminação e isolamento das populações, no feudalismo dos engenhos de açúcar”. O ouro tem o poder de transformar as nações. “Se encontra ouro num País selvagem, bárbaro, inculto, rebelde à vida, logo tudo se transforma” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 53).

A mineração favorecia a urbanização, como afirma Iglésias (1985). O mineiro, ao contrário do senhor do engenho que é auto-suficiente, como mostra Holanda (2003), precisa comprar todos os produtos de subsistência. Por isso, surgiu, com mais força que em qualquer outra Capitania, o comércio nas Minas.

Em torno do comércio e das capelas, construíam-se casas, formavam-se arraiais e vilas. Certamente, o principal fator urbanizante foi a atividade comercial. Também, nas Minas, para atender as necessidades do setor minerador surgiram muitos artesãos, uma forma primária de atividade industrial. Na visão de Iglésias (1985), a atividade industrial era mais intensa do que em outras capitanias.

Sylvio de Vasconcelos (1981) também destaca a grande diferença da mineração do ouro com o contexto do resto do Brasil, marcado pelos latifúndios, monocultura e escravidão:

A atividade aurífera distancia-se desse contexto: não depende do favor real para a posse da terra; não exige capitais vultuosos; permite o trabalho individual; não se jugula a etapas periódicas a não ser em decorrência dos azares e da sorte (VASCONCELOS, 1981, p. 14)

Nas Minas, há menor estratificação social. Ao contrário das capitanias onde havia praticamente apenas senhores e escravos, nas Gerais encontravam-se também muitos funcionários da Coroa, eclesiásticos, militares, comerciantes e artesãos. De acordo com Iglésias (1985) a abundância de riquezas da exploração do ouro também facilitava a circulação de moeda para todas camadas sociais. “A área mineira conheceu mais igualdade, foi mais democrática (empregue-se a palavra, ainda que com reserva)” (IGLÉSIAS, 1985, p. 13).

A Inconfidência Mineira (1788-1789) mostrou a menor divisão social na Capitania.

(...) se envolveram homens de todas as categorias: magistrados, militares, padres, escritores, fazendeiros, comerciantes, gente do povo. A conjuração é prova de sociedade diversificada e de relativa abertura, que supõe vitalidade urbana (IGLÉSIAS, 1985, p. 13)

Como diz Vasconcelos (1981), enquanto, por suas atividades econômicas, o litoral trazia estabilidade, manutenção de privilégios e paternalismo; a mineração criava uma sociedade dinâmica, rebelde, urbanizada e democrática.

Segundo Vasconcelos (1981), a menor estratificação social vem desde o início da ocupação da Capitania. Isso por que quem vinha às Minas eram os “marginais da cidade” e o camponês, imbuído de menos preconceito, acostumado à vida comunitária, como diz o autor.

Até mesmo as relações entre brancos e negros eram mais igualitárias, de acordo com Vasconcelos (1981). Era necessário tratar bem o escravo, dependia-se de sua boa vontade o encontrar do ouro. “Jamais um só escravo denunciou sonegações de seu senhor, embora a lei premiasse com alforria a delação” (VASCONCELOS, 1981, p. 39).

O trabalho, na Capitania, não era exclusividade dos escravos. De acordo com França (1998), o trabalhador livre tinha uma participação importante e contribuía muito para efervescência cultural que a região vivia.

Eles sofreram a miséria, a fome e a exclusão, mas responderam também pelas manifestações culturais e artísticas mais importantes da época, como as festas religiosas, a produção do barroco mineiro, destacando-se aí os nomes de Aleijadinho, Athayde, Lobo de Mesquita (FRANÇA, 1998, p. 77)

Além disso, a cultura foi algo vivo e pulsante. “Em Vila Rica desenvolveu-se um fino ambiente intelectual e artístico” (FRANÇA, 1998, p. 79). O Distrito Diamantino, que era chamado de a “Atenas de Minas”, também tinha uma vida cultural rica.

Na literatura, na música, na arquitetura e nas artes plásticas a produção era grande e de ótima qualidade. Havia o escultor Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, “a maior figura de artista que apareceu no mundo americano” (IGLÉSIAS, 1985, p. 15). Na pintura, destacava-se Manuel da Costa Athaíde.

A literatura revelou grandes nomes como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga (autor de *Marília de Dirceu* e, provavelmente, das *Cartas Chilenas*).

Como diz Iglésias (1985):

Formou-se a 'escola mineira', que se distingue, conforme os doutos, pelo número e qualidade, por ser a primeira manifestação literária de grupo, começa da poesia lírica e sentimento nativista, que a faz precursora do romantismo (IGLÉSIAS, 1985, p.16)

Quanto à música, Iglésias (1985) também mostra como esta era importante nas Minas:

Havia Teatros, Casas de Ópera. Só em Vila Rica trabalhariam cerca de duzentos e cinquenta músicos, no período de esplendor artístico – as duas últimas décadas do setecentos. Em Diamantina, quando lá viveu Lobo de Mesquita, haveria perto de cem músicos em plena atividade (IGLÉSIAS, 1985, p. 16)

No entanto, a crise do ouro, no final do século XVIII, foi muito prejudicial ao processo de urbanização mineiro. À medida que foi diminuindo a produção aurífera, a atividade agropecuária foi ganhando importância. E, se a atividade mineradora favorecia a urbanização, já a agropecuária inibia este processo.

Com isso, houve um desestímulo à urbanização, sendo que a capital Ouro Preto sofreu mais este impacto, pela sua situação topográfica muito desfavorável. Esta questão da crise da mineração e das mudanças econômicas na Província será tratada com mais

profundidade no próximo capítulo que discutirá as questões específicas das Minas que foram responsáveis pela demora no surgimento e consolidação dos jornais.

Mas apesar da crise do final do período oitocentista, a mineração deixou uma boa estrutura urbana, o que seria favorável à imprensa da Província. A crise do ouro, logicamente, foi um fator negativo, mas ela não acabou com a estrutura urbana existente.

Nesse caso, tem-se que considerar estas duas questões. A existência de uma sociedade urbana, mas que vivia em crise. Ou seja, uma realidade favorável à imprensa, mas que no momento estava abalada.

3.2.3 A burocracia estatal

Também com relação isto, as Minas apresentam uma situação melhor à do restante da Colônia. Para controlar a exploração de ouro e pedras preciosas a Capitania ganhou uma grande máquina administrativa, como descreve Guerzoni Filho (1983).

A presença estatal no Brasil tinha como objetivo principal a cobrança de impostos. Por isso, a máquina administrativa se adaptou, em cada Capitania, a atividade econômica desenvolvida ali. Isso fez com que nas Gerais surgisse uma grande burocracia estatal. No entanto, como diz Prado Júnior (2004), a desorganização da máquina administrativa era muito grande. Na região aurífera buscou-se uma maior sistematização da tributação, mas não o suficiente para evitar a “história acidentada da cobrança dos Quintos” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 302).

Como explica Guerzoni Filho (1983), em regiões onde predominava a monocultura, como no nordeste açucareiro, não havia necessidade da existência de formas complexas de controle. Portugal não precisava se preocupar com a produção e a circulação desses produtos, já que tinha o monopólio do comércio. Além disso, o produtor rural era dependente da Metrópole, pois precisava vender sua produção.

Já nas áreas mineradoras a situação era bem diferente, pois “o ouro não é apenas mercadoria, mas também uma moeda” (GUERZONI FILHO, 1983, p. 23). Era difícil controlar a exploração e a circulação do ouro e diamantes, por que a população das Gerais tentava de todas as formas fugir do pagamento dos Quintos. Por isso, a Coroa precisou criar uma complexa e volumosa máquina administrativa. Maxwell (1978) fala sobre o contrabando de ouro na Capitania:

Os mineiros não eram os principais responsáveis pelo grande fluxo de contrabando: este se encontrava na mão dos proprietários rurais, dos funcionários dos padres e, especialmente, das caravanas de mercadores (...) O contrabando de ouro ia de Minas Gerais para Buenos Aires (MAXWELL, 1978, p. 27)

Os Quintos eram o único tributo cobrado diretamente pela Coroa. Os demais (as Entradas³⁰, Dízimos³¹ e as Passagens³²) eram arrendados a particulares através de contratos.

Como diz Guerzoni Filho (1983), Portugal tinha tradicionalmente uma máquina administrativa inchada, e isto se refletiu na Colônia, principalmente nas Gerais. “(...) a

³⁰ Era o mais importante dos tributos arrendados. Ele era cobrado em Registros, que ficavam nos caminhos que iam aos principais centros da capitania, sobre os produtos que entravam nas Gerais.

³¹ Este tributo, apesar de pertencer originariamente à Igreja Católica, foi cedido ao rei de Portugal. Em troca a Coroa pagava cômmodos aos clérigos.

administração colonial representa um prolongamento da administração metropolitana” (GUERZONI FILHO, 1983, p. 20).

Essa grande máquina estatal presente nas Minas não teve problemas para ser financiada durante o período de abundância do ouro. No entanto, com a queda na arrecadação dos Quintos, no final do século XIX, a despesa foi se aproximando da receita. Já em 1805, a despesa superou as receitas, apesar de algumas medidas de economia tomadas pela Coroa. Em 1796, por exemplo, deixou-se de pagar cômputos a padres e cônegos que não estivessem exercendo suas funções eclesiásticas.

A burocracia estatal dividia-se em duas categorias de funcionários, de acordo com Guerzoni Filho (1983). Numa delas estavam os chamados “filhos da folha”, ou seja, eram aqueles que recebiam salários do governo. Entre os assalariados estavam funcionários civis, militares e os eclesiásticos.

A segunda categoria era formada por pessoas que eram titulares de “cargos lucrativos”, ou seja, funções que propiciava receitas a quem as exercia. Geralmente, era por compra ou arrematação que alguém se tornava titular desses cargos. Por isso, “representavam uma fonte de receita e não despesa para os cofres públicos” (GUERZONI FILHO, 1983, p. 55).

A burocracia estatal também era permeada de interesses particulares e privilégios. “(...) o público muitas vezes se confunde com o privado e as estruturas se desenvolvem muito mais ao sabor das circunstâncias do que de acordo com qualquer plano pré-estabelecido” (GUERZONI FILHO, 1983, p. 19).

Além disso, segundo Prado Júnior (2004), a administração colonial era extremamente desorganizada:

³² Eram cobrados sobre os produtos que eram transportados pelos rios da capitania.

(...) a administração colonial nada ou muito pouco apresenta daquela uniformidade e simetria que estamos hoje habituados a ver nas administrações contemporâneas. (...) Percorra-se a legislação administrativa da Colônia: encontrar-se-á um amontoado que nos parecerá inteiramente desconexo, de determinações particulares e casuísticas, de regras que se acrescentam umas às outras sem obedecerem a plano algum de conjunto (PRADO JÚNIOR, 1983, p. 300)

No entanto, com a queda na produção do ouro, a burocracia estatal passa a ser um peso a administração colonial. Com isso, o quadro das Minas vai se aproximando da realidade do restante da Colônia, ou seja, a máquina administrativa vai perdendo importância, e vai sendo enxugada.

A importância que a burocracia estatal teve nas Minas oitocentista contribuiu pouco com a imprensa mineira. Pode-se ver uma contribuição isolada da burocracia estatal na primeira impressão, realizada pelo padre Viegas. Este contou com a ajuda de técnicos da Casa da Moeda, que conheciam o processo de gravação em metal. No entanto, este é apenas um caso isolado.

A estrutura burocrática foi perdendo força, e isto não foi bom para a imprensa mineira. Claro, que o período aurífero deixou marcas positivas na administração pública. Mas, assim como ocorreu em várias questões, a burocracia estatal estava enfraquecida no início do século XIX, o período em que surgiu a imprensa brasileira.

3.2.4 As atividades comerciais e industriais

As Minas desenvolveram bastante a atividade comercial. Como foi descrito anteriormente, desenvolveu-se o comércio na área de mineração, já que a produção de gêneros de subsistência era muito pequena. Ao contrário dos senhores de engenho que produziam quase tudo que consumiam, o minerador tinham que comprar estes produtos. Chaves (1975, p.58) lembra do relato do viajante Richard Burton que diz que nas Minas “um de cada dois cavalheiros montam um casa de comércio”.

Na Vila de São João Del Rei, por exemplo, em 1717, havia 44 lojas e vendas, para abastecer 96 proprietários de escravos. Na Vila do Príncipe (hoje cidade do Serro), em 1720, havia 12 lojas e 40 vendas. Mas, em 1736, a vila esse número tinha subido para 56 lojas, 75 vendas e 3 boticas. Em Pitangui, em 1720, havia 150 estabelecimentos comerciais³³.

Furtado (1996) diz que, com a descoberta do ouro nas Minas, Portugal se vê obrigado a abrir novas rotas comerciais com a Colônia. “Com a descoberta do ouro mineiro, o povoamento deslocou-se para o interior e o comércio tornou-se atividade essencial para a manutenção da vida” (FURTADO, 1996, p. 97).

Quase tudo era importado: alimentos, tecidos, escravos, papel, pólvora, couro, imagens de santos e escravos. Com a riqueza do ouro e a escassez de produtos para o consumo, estes alcançam valores elevados, o que despertou o interesse de muitas casas comerciais portuguesas, de acordo com Furtado (1996).

³³ Fonte: Furtado (1996, p.246).

Alguns exemplos dados por Furtado (1996): Um sapado, que era vendido em Portugal, em 1789, por 550 réis, nas Minas era comercializado por 7\$000 (quase 14 vezes mais caro); e, em meados do século XVIII, um alqueire de sal custava 720 réis no Rio de Janeiro, mas saía a 3\$600 nas Gerais.

Havia duas formas de comércio na região: o fixo (lojas, vendas, boticas) e o móvel (tropeiros, mascates, atravessadores, “negras do tabuleiro”). Os dois tipos de comércio tinham muita importância, apesar de todas as restrições que a administração colonial nas Gerais fazia ao comércio, principalmente ao ambulante, acusado de ajudarem no extravio de ouro e de diamantes.

Os comerciantes eram considerados como prováveis contrabandistas de ouro e pedras preciosas. Os vendedores ambulantes, por exemplo, eram proibidos de circular na região mineradora. Mas a atividade crescia:

(...) a grande necessidade do comércio para o abastecimento da Capitania mantinha o espaço de destaque desta atividade na economia mineira. Abastecendo a população e criando novos mercados consumidores, o comércio impulsionava a produção de excedentes comercializáveis e garantia a circulação de produtos importados na Capitania (CHAVES, 1995, p. 74)

Sabe-se pouco sobre os estabelecimentos comerciais. Relatos de viajantes dão algumas idéias como esses eram. Saint-Hilaire (1975), por exemplo, descreve as tabernas, que nas Minas não vendiam apenas bebidas, mas inúmeros produtos, principalmente alimentos.

As mercadorias estão arrumadas sobre prateleiras alinhadas sobre as paredes, ou dependuradas dos vigamentos. Como em todas as lojas, o mercador se posta por trás de um balcão voltado para a porta, e é sobre ele que distribui aos bebedores a aguardente chamada de cachaça, cujo sabor detestável tem algo do cobre e da fumaça (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 40)

Além das tabernas, havia as vendas, lojas e boticas. As vendas, de acordo com Chaves (1975), vendiam principalmente produtos alimentícios, mas também ofereciam outras coisas. Elas sempre tinham um quarto que abrigava os viajantes gratuitamente. Estes não pagavam nada pela hospedagem, mas sempre precisavam comprar produtos. Chaves (1975) descreve estes estabelecimentos:

Nestas vendas, era comum a divisão de espaço entre os gêneros secos – guarda-chuvas, ferraduras, chapéus, espelhos, cintos, facas, garruchas, munição e linha de costura – e os comestíveis – cachaça, sal, rapadura, feijão, milho, toucinho e carne salgada. Num balcão, encontrava-se uma balança e nas portas havia tambores e caixas viradas para baixo, que serviam de banco (CHAVES, 1975, p. 59)

Já nas lojas, vendia-se principalmente as “fazendas secas”, produtos não alimentícios. Também havia boticas, onde se vendiam medicamentos.

Quanto à industrialização, a Capitania seguiu o resto da Colônia. Segundo Novais (1995), mesmo em Portugal a industrialização chegou muito tardiamente, somente nas últimas décadas do século XVIII. Até o terceiro quarto do século XVIII, a indústria portuguesa ainda tinha caráter artesanal, e visava somente o mercado local. Também faltavam, em Portugal, estradas, pontes e uma agricultura bem desenvolvida, como mostra

um discurso (não datado) enviado a Academia de Ciência de Lisboa. Se na Metrópole as manufaturas eram raras, no Brasil, logicamente, a situação era muito pior.

Mas Iglésias (1985) diz que as Minas eram a região mais industrializada do Brasil, e onde surgiram mais artesãos. Lima Júnior (1978) também mostra como a indústria despontava nas Gerais, apesar de todas as restrições. Segundo ele, na região houve fabricação de produtos como painéis, louças, cerâmicas e velas, mas foi a tecelagem que se destacou:

Indústria caseira por excelência, chegou a tomar desenvolvimento tão grande que influenciou decisivamente na economia da Capitania, acarretando uma grande diminuição na importação que se fazia de produtos portugueses ou ingleses, que nos vinham através do comércio com a Metrópole (LIMA JÚNIOR, 1978, p.120)

Carrato (1968) também fala da importância que teve a tecelagem nas Gerais.

Das que retomaram um ritmo de intenso desenvolvimento, após uma lida secreta, nunca interrompida, no recesso dos lares mineiros, foi a manufatura de tecidos, com os seus 'teçumes' de algodão, de lã e de linho, contemplada pela técnica da estamparia nativa, graças ao anil, à cochonilha e a outras espécies tintórias da terra (CARATO, 1968, p. 192)

De acordo com Maxwell (1978), várias indústrias foram criadas, após a decadência da exploração no ouro, a partir de 1770. As manufaturas que chegaram à Colônia surgiam como reflexo do movimento de industrialização que Portugal vivia, em razão da diminuição

da renda com a mineração. “A recessão antecipou e acompanhou o celebrado desenvolvimento ‘industrial’ de Pombal” (MAXWELL, 1978, p. 68). O autor também diz: “A Junta do Comércio de Lisboa ajudava diretamente empresas industriais e transformadoras no Brasil” (MAXWELL, 1978, p. 84).

As Minas Gerais eram a Capitania que apresentava maior crescimento da atividade industrial, principalmente fabril, de acordo com Maxwell (1978). Um comunicado do governador da Capitania, Antônio de Noronha, em 1755, falava da ‘ameaça’ do crescimento da atividade fabril na região, que podia acabar com a dependência dos habitantes das Gerais dos produtos europeus.

No entanto, o desenvolvimento da indústria é inibido por D. Maria I, que em 5 de janeiro de 1785 proíbe a instalação de teares na Colônia (excetuando-se os para produção de roupas para os escravos), e especifica bem isto:

(...) todos as fábricas, manufaturas, ou teares de galões, de tecidos ou de bordados de ouro e prata; de veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda; de belbutes, chitas, bombazinas, fustões ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã, ou os ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros ou misturados uns com os outros excetuando-se somente, aqueles dos ditos teares em que se tecem ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para uso e vestuário dos negros, para enfardar e empacotar fazendas e para outros ministérios semelhantes; todas as mais sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem em meus domínios do Brasil, debaixo da pena de perdimento em tresdobro de cada uma das ditas manufaturas e teares das fazendas que nelas houver e que se acharem existentes, dois meses depois da publicação deste (apud LIMA JÚNIOR, 1978, p. 121)

Esse Alvará tem sido interpretado tradicionalmente como a proibição das manufaturas no Brasil. No entanto, como ressalta Novais (1995), a proibição era apenas de

teares, outras manufaturas continuam podendo ser produzidas na Colônia. Ele lembra que, neste mesmo período, Portugal estimulou as fábricas de ferro, no Brasil, com o objetivo de auxiliar na mineração, que para se modernizar precisava de artefatos de metal. Nas Minas serão feitas algumas tentativas frustradas de instalação de siderúrgicas, a partir de 1808.

O Alvará foi cumprido nos centros urbanos, mas nas fazendas e localidades mais isoladas, os teares continuaram funcionando, de acordo com Lima Júnior (1978). “Continuaram a trabalhar linhos e lãs, como se tudo fosse algodão ou pano para negros” (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 121). Um sinal do descumprimento do Alvará, foi a publicação de outro, no dia 26 do mesmo mês, e agora dirigido ao governador da Capitania, pedindo que com “brandura ou violência” acabasse com as manufaturas na região.

Mesmo assim, em razão da morosidade da administração pública colonial o Alvará só foi cumprido, em 12 de julho de 1788, mais de três anos depois de publicado.

Com a vinda da família real, um Alvará liberou a criação de todos os tipos de manufaturas no Brasil, em 1º de abril de 1808.

Na questão da industrialização e da atividade comercial, a situação das Minas não era boa, como também não era a do restante do Brasil. No entanto, as Gerais estavam um pouco à frente das outras capitanias. Esse era um fator que favorecia o aparecimento de jornais na região antes que em outras partes da Colônia. Mas, logicamente, ele não foi suficiente para evitar que os jornais fossem tardios nas Gerais.

Essa realidade, que era um pouco mais favorável às Minas, também se modificou no século XIX. Logicamente, é necessário levar em conta a crise da mineração, no final do século XVIII, que foi muito prejudicial a atividade comercial. Além dos recursos financeiros terem ficado mais escassos, o que já inibiria bastante o comércio, a Capitania (depois Província) foi enfraquecida na sua estrutura urbana.

No entanto, a atividade industrial passou a ser uma alternativa econômica com a decadência do ouro. Houve esforços em implantar indústria, mas a maioria não obteve êxito. Os estabelecimentos que sobreviveram foram as pequenas indústrias.

Apresenta-se em pequenas unidades, dispersas, com pessoal restrito e mínima técnica: fábricas de tecidos, calçados, chapéus, linhas, colchas e cobertores, alimentos, cerâmica, bebidas, mais para consumo imediato que comércio. É o que se dá mesmo com engenhos de açúcar, numerosos em Minas mais que em outras províncias, que apresentavam, contudo, lucros maiores (IGLÉSIAS, 1985, p. 23)

A industrialização que as Minas tiveram no período colonial e no século XIX foi algo frágil, como o restante do Brasil. Por isso, sem dúvida, a situação era desfavorável ao desenvolvimento da imprensa. Como agravante, no decorrer do século XIX a Província foi perdendo destaque na economia do País. Isso, claro, refletiu na imprensa, fazendo com que ela ficasse em posição secundária.

4- PARTICULARIDADES MINEIRAS

Como já foi dito, as Minas apresentavam particularidades, principalmente pela maneira como ocorreu a formação da Capitania. Foi necessário descobrir quais dessas particularidades atuaram como fatores inibidores do surgimento de jornais na região. Foram questões econômicas, políticas, geográficas, sociais e, até mesmo etnográficas, que levaram as Gerais a ficar atrás de outras regiões brasileiras, com relação a imprensa.

No capítulo passado, viu-se que as Minas sofreram como as demais capitanias pela forma mercantilista de colonização e viveram problemas sociais, econômicos e culturais. No entanto, esta foi uma realidade de todo o Brasil. As Gerais tiveram, inclusive, vantagens em algumas questões, principalmente com relação à urbanização e ao povoamento. Até as primeiras décadas no século XX, as Minas foram o Estado mais populoso do País.

Por isso, essas questões estruturais da sociedade e da economia mineira ajudam bastante a entender o atraso da imprensa na região, mas não mostram porque as Gerais não conseguiram acompanhar as principais capitanias brasileiras. As Minas tinham condições sócio-econômicas semelhantes às regiões mais desenvolvidas do País.

Neste capítulo, são descritas as quatro principais particularidades da Província que mais dificultaram o florescimento da imprensa. A primeira causa apresentada foi a crise econômica provocada pela decadência da exploração de ouro e diamantes, no final do século XIX, e a repressão à Inconfidência Mineira, que causaram um êxodo na região. O principal centro urbano, Vila Rica (depois cidade de Ouro Preto), que era o local mais propício para o surgimento de jornais, foi o que mais sofreu os efeitos desse êxodo. Além disso, a crise da mineração levou a mudanças econômicas e sociais grandes. À medida que

as Minas substituem a exploração do ouro pela agropecuária, elas foram deixando de ser uma sociedade predominantemente urbana.

A segunda causa foi os três deslocamentos que imprensa mineira viveu no século XIX e na primeira metade do século XX. Os jornais mineiros se concentraram em três cidades diferentes. Primeiro Ouro Preto; depois Juiz de Fora; e, por último, Belo Horizonte. Estas mudanças dificultaram a consolidação da imprensa da Província em suas várias fases. Elas levaram a interrupções no processo de desenvolvimentos dos jornais. Quando os periódicos começavam a se consolidar em um desses centros, este perdia importância e outra região ganhava destaque.

Outra causa, de menor importância, foi a distância do litoral, a falta de estradas e a topografia acidentada que deixava as Gerais numa situação de isolamento. Isso inicialmente foi obstáculo à chegada de tipografias. Também deixou as Gerais com a sensação de estarem ilhadas, o que fez com que ela não estivesse tão integrada ao movimento da imprensa brasileira.

Por último, mostra-se como o *ethos* mineiro inibiu o florescimento dos jornais. Isso foi mais forte na fase da imprensa publicista. Como a moderação predominava na Capitania, o publicismo, que se caracterizava pela agressividade na discussão de questões políticas, não encontrou ambiente favorável na Província. Além disso, a mineiridade, que tem como características a moderação, a conciliação e a autocensura, não favoreceu ao desenvolvimento dos periódicos em suas outras fases. A mineiridade criou uma imprensa moderada e conciliadora, como mostram os historiadores da imprensa do Estado.

4.1 Inconfidência Mineira, crise da mineração e mudanças econômicas

O final do século XVIII e o início do século XIX foram períodos difíceis para as Gerais. Estas dificuldades influenciaram muito no desenvolvimento da imprensa mineira, tendo em vista que o início do século XIX era o período de nascimento dos primeiros jornais do País.

As Gerais continuaram tendo muita importância econômica e política. Não tanto quanto no período setecentista. No entanto, ocorreram algumas mudanças que abalaram questões que eram chaves para o desenvolvimento da imprensa.

Um problema grave foi o despovoamento dos principais centros, principalmente de Ouro Preto. Esta era a cidade com as melhores condições de ser o berço da imprensa da Província, e acabaria tendo este papel. No entanto, como foi a localidade que mais sofreu prejuízos com a crise da mineração e com a Inconfidência Mineira, o reflexo no desenvolvimento da imprensa foi muito grande.

Em todo o Brasil, as capitais foram onde surgiram os principais jornais, e se desenvolveu a tipografia. Nas Gerais, isso não foi diferente. Mas, como Ouro Preto estava em crise, os jornais tiveram dificuldade em nascer e se consolidar.

A crise econômica causada pela decadência da exploração do ouro, no final do século XVIII, aliada à repressão à Inconfidência Mineira provocou um êxodo para regiões pouco povoadas das Gerais e até mesmo para fora da Capitania, de acordo com Carrato (1968). O fato de um grande número de pessoas deixar a região mineradora foi um fator bastante desfavorável ao surgimento dos jornais mineiros. Os principais centros da Capitania, que ainda continuaram localizados na região mineradora, por algumas décadas,

empobreceram-se, e alguns perderam parte de sua população. Além disso, os novos centros que surgiam demoraram também para se desenvolver.

A produção de ouro da Capitania, que foi superior a 100 arrobas³⁴, entre 1763 e 1772; passou para 76, em 1776; e a 30, em 1808. Em 1820, a produção era de apenas duas arrobas. Com os diamantes ocorreu um processo semelhante.

A cidade que mais sofreu a crise econômica foi a capital, Ouro Preto. Isso foi ruim para a imprensa mineira, pois a cidade além de ser a capital, tinha uma grande tradição de vida cultural e política. Era o local mais propício para o surgimento de jornais. Aliás, apesar de tudo isso, Ouro Preto foi o centro da imprensa das Gerais na maior parte do século XIX.

Ouro Preto havia surgido em razão das riquezas encontradas em suas proximidades, mas sua localização era desfavorável para outras atividades. Situada em uma região muito difícil de ser abastecida. “(...) enquanto tivera ouro, pudera pagar caro o seu abastecimento, mas agora, reduzida à pobreza, era aquela lástima, aquela sombra do seu antigo esplendor” (CARRATO, 1968, p. 224).

A realidade de Ouro Preto, no período em que floresciam os jornais brasileiros, era de pobreza, falta de recursos públicos, diminuição da população e estagnação cultural. Isso era muito forte, por exemplo, na década de 1820, quando Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco viram surgir um grande número de publicações.

Como explica Prado Júnior (2004), em geral, as zonas mineradoras viveram o mesmo problema enfrentado por Ouro Preto. Para abastecer de alimentos as áreas de mineração, regiões próximas a elas foram utilizadas para a atividade agropecuária, como o Sul das Minas e a Zona da Mata.

³⁴ Uma arroba equivale a 15 quilos.

As vilas localizadas nessas regiões sentiram menos o efeito da decadência da mineração, como foi o caso de São João Del Rei, que fazia parte da Comarca do Rio das Mortes. Lá não foi uma região mineradora tão importante, mas desenvolveu bastante as atividades agropecuárias. Ela não tinha problemas de abastecimento e ainda vendia seus excedentes ao Rio de Janeiro. A vila não sofria os efeitos da crise. “A Comarca do Rio das Mortes, diferentemente das outras, continua a ser o teatro pujante de numerosos núcleos de população” (CARRATO, 1968, p. 223). A região também possuía uma topografia mais favorável do que as outras zonas mineradoras, e tinha a grande vantagem de estar bem mais próxima do Rio de Janeiro.

(...) a vila (São João Del Rei) tornar-se-á o centro natural de um comércio crescente e sólido, cujos fundamentos estarão nas atividades do campo, inclusive as indústrias rurais, sempre encontráveis naquelas propriedades agrícolas mais importantes e bem dirigidas (CARRATO, 1968, p. 264)

Já na década de 1780, São João Del Rei se destacava pelo seu crescimento populacional. Um exemplo disso é que os inconfidentes queriam fazer da localidade a capital da nova república, caso a revolta fosse vitoriosa.

O bom desempenho econômico da Comarca do Rio das Mortes refletiu na imprensa local. São João Del Rei foi a segunda localidade da Província a ter jornais, e teve uma imprensa influente na primeira metade do século XIX. O mesmo ocorreu com Sul das Minas, que também foi um importante centro de imprensa oitocentista.

Estas regiões se desenvolveram, mas não o suficiente para se tornarem o principal centro da imprensa mineira. Mas eram locais onde surgiam publicações relevantes. Com

isso, ocorreu uma certa descentralização da imprensa provincial. Isso por um lado foi bom, dando oportunidade a muitas cidades da Província de terem periódicos, mas dificultou a consolidação de um forte centro de imprensa.

Prado Júnior (2004) diz que, no início do século XIX, o Sul das Gerais era uma região próspera e para a qual se desloca um grande contingente populacional. “(...) trata de uma das zonas do País que já em início do século XIX oferecem maiores perspectivas” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 78). Por essas condições favoráveis da região, duas localidades foram respectivamente a sexta e a sétima a possuírem periódicos. Pouso Alegre, em 1830, ganhou o *Pregoeiro Constitucional*; e Campanha, em 1832, o *Opinião Campanhense*.

O Tijuco (hoje cidade de Diamantina) e o Serro Frio (hoje cidade do Serro) sofreram com a crise econômica, mas bem menos que Ouro Preto. A região continuou tendo importância na Província, mesmo com a decadência da mineração. Além disso, essas regiões tinham algo que era muito favorável a imprensa. Nelas, a política era mais exaltada (o que favorecia o publicismo), bem diferente da moderação de Ouro Preto. Por isso, nessas regiões, principalmente no Tijuco, surgiram publicações muito importantes no século XIX, como a *Sentinela do Serro* (feita por Teófilo Otoni, seguindo o modelo das *Sentinelas da Liberdade*, de Cipriano Barata) e o *Jequitinhonha* (produzido por Joaquim Felício dos Santos).

Os dados demográficos de 1776 e 1821 mostram a crise que vivia Vila Rica (que depois viraria Ouro Preto). Dentre as cinco comarcas mineiras, Vila Rica foi a única que teve reduzida sua população, de 78.618 para 75.573 habitantes. Enquanto isso, a comarca do Rio das Mortes teve sua população aumentada em quase três vezes. Passou de 82.781 habitantes, em 1776; a 213.617, em 1821. Os dados mostram como a região mineradora foi perdendo importância para as zonas agropecuárias.

Em 1821, a comarca de Vila Rica só tinha uma população maior que a de Paracatu. A comarca de Sabará (outra importante área mineradora) também perdeu importância. Em 1776, ela era a mais populosa da Capitania; mas, em 1821, foi superada pela do Rio das Mortes. Os dados também mostram a grande importância que a comarca do Rio das Mortes, e, conseqüentemente, a Vila São João Del Rei, teve no início do século XIX.

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MINEIRA EM 1776

COMARCA	POPULAÇÃO
1ª) Sabará	99.576 habitantes
2ª) Rio das Mortes	82.781 habitantes
3ª) Vila Rica	78.618 habitantes
4ª) Serro Frio	58.794 habitantes
TOTAL	319.769 habitantes

FONTE: Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais (apud MAXWELL, 1978, p. 300).

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MINEIRA EM 1821

COMARCA	POPULAÇÃO
1ª) Rio das Mortes	213.617 habitantes
2ª) Sabará	119.520 habitantes
3ª) Serro Frio	83.626 habitantes
4ª) Vila Rica	75.573 habitantes
5ª) Paracatu	21.772 habitantes
TOTAL	514. 108 habitantes

FONTE: Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais (apud MAXWELL, 1978, p. 301).

É interessante observar que, apesar das mudanças econômicas, a Capitania continuou vendo sua população crescer rapidamente. Pode-se concluir que o que houve foi um deslocamento populacional, no sentido da Zona da Mata e do Sul das Minas. Também é curioso notar que a única região que viu sua população diminuir foi a de Vila Rica. Mesmo outras áreas de mineração como as comarcas de Sabará e Serro Frio tiveram crescimento populacional.

Esta realidade negativa de Vila Rica (Ouro Preto) foi prejudicial ao desenvolvimento da imprensa mineira. Era grave a crise que a localidade vivia. Os dados demográficos expressam bem esta realidade.

Enquanto a população da capital mineira diminuía, a Província vivia um crescimento demográfico considerável. Isso mostrava que as Gerais tinham superado a crise do ouro e se adaptavam à nova realidade econômica.

TABELA 13 – POPULAÇÃO MINEIRA (1786 – 1823)

ANO	POPULAÇÃO
1786	362.847 habitantes
1805	407.004 habitantes
1808	433.049 habitantes
1821	514.537 habitantes
1823	518.985 habitantes

FONTE: RAPM, IV (1899), pp. 294-295 (apud MAXWHEEL, 1978, p. 302)

Dados estatísticos de 1772-1782 mostram que as Gerais eram a Capitania mais habitada da Colônia, com mais de 20% da população total. Em seguida vinham as capitanias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

TABELA 14 – POPULAÇÃO BRASILEIRA DE 1772-1782

LOCAL	TOTAL	PERCENTAGEM
Rio Negro	10.386	0,6
Pará	55.315	3,5
Maranhão	47.410	3,0
Piauí	26.410	1,7
Pernambuco	239.713	15,4
Paraíba	52.468	3,4
R.G. do Norte	23.812	1,5
Ceará	61.408	3,9
Bahia	288.848	18,5
Rio de Janeiro	215.678	13,8
Sta. Catarina	10.000	0,6
Rio Grande de S. Pedro	20.309	1,3
São Paulo	116.975	7,5
Minas Gerais	319.769	20,5
Goiás	55.514	3,5
Mato Grosso	20.966	1,3
TOTAL	1.555.200	100,0

FONTE: Dauril Alden, *The Population of Brazil in the late Eighteenth Century: A Preliminary Survey*, HAHR, XLIII (maio de 1963), pp. 173-201, apud MAXWELL, 1978, p. 299.

Estes dados mostram a grande importância que as Gerais tinham. Apesar da crise da mineração, elas continuaram muito tempo como a Província mais populosa e com maior representação no legislativo federal.

No entanto, a adaptação a nova realidade, sem as riquezas minerais, foi difícil. Carrato (1968) diz que a Inconfidência serviu para que os mineiros acordassem para a nova situação que a Capitania vivia, sem a opulência do período aurífero.

(...) foi como um súbito abrir de olhos, foi como a volta da sensibilidade após o traumatismo no corpo combalido que recebe o ferimento mais grave e mais fundo, talvez aquele golpe derradeiro que vai trazer o fim de tudo, o irreparável. Para o povo mineiro esse golpe supremo foi a Inconfidência, foi a violenta repressão que se lhe seguiu, a morte de Tiradentes, o degredo dos demais Inconfidentes e as cruéis medidas contra as suas famílias, contra tantos inocentes, contra o povo inteiro (CARRATO, 1968, p. 209)

De acordo com Carrato (1968), aliado à crise econômica, à repressão a Inconfidência também contribuiu para o movimento migratório. Isso era coerente com o espírito aventureiro do minerador, que sempre acreditava na possibilidade de ficar rico rapidamente, e para isto estava disposto a ir aonde fosse preciso. “Ele é um desenraizado. Nada o prende a terra” (CARRATO, 1968, p. 216).

As medidas punitivas à Inconfidência Mineira afastaram da região as principais personalidades intelectuais, principalmente as relacionadas às ideias da ilustração. Como mostra Carrato (1968), houve uma “diáspora pós-inconfidência”. As pessoas com afinidade com as ideias da ilustração ou com laços de sangue com os inconfidentes fugiram para regiões pouco habitadas da Capitania, ou saíram dela.

Constringido as malhas desse terrorismo policial e político, além das dificuldades econômicas e financeiras de toda ordem, agravadas pelas exceções judiciárias e fiscais seqüentes aos acontecimentos da Inconfidência, o povo das Minas intensificou a sua fuga para todos os quadrantes da Capitania e, mesmo para fora de suas fronteiras(...) Uma fuga generalizada de milhares de pessoas, vinculadas pelo sangue ou pelas idéias, aos mártires de 89, que se dirigiram para os lugares mais distantes, para os sertões mais remotos, bem longe das autoridades régias que as ameaçavam ou perseguiram (CARRATO,1968, p. 218)

A Inconfidência Mineira foi um movimento político muito importante, e ameaçou o domínio português, pois chegou muito perto da vitória. Foi “a mais bem articulada resistência ao sistema colonial (...) foi o único movimento anticolonial que explicitamente duvidou da relação colonial e adaptou um projeto claramente republicano e nacionalista” (MAXWELL, 1999, p.125-126). Mas como a conjuração foi descoberta, houve uma forte repressão portuguesa, que abalou a sociedade mineira.

Relatos de viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire (1975), descrevem Vila Rica e Mariana, “em ruínas”, ou seja, abandonadas e vazias. Isso ocorreu nas principais localidades mineiras. “No momento imediato à crise da Inconfidência, uma melancolia mórbida se apossa do povo mineiro (...) O povo mineiro se voltará para dentro de si mesmo” (RODRIGUES, 1986, p. 28).

Esse movimento serviu para povoar e dar importância a regiões da Capitania, em que não houve mineração. Como diz Carrato (1968), “há o rebaixamento hierárquico-administrativo das antigas localidades auríferas e o conseqüente engrandecimento das novas povoações agrícolas ou criadoras de gado” (CARRATO, 1968, p. 223).

A segunda metade do século XVIII foi marcada pela queda na arrecadação dos Quintos, e dos demais tributos cobrados nas Minas (as Entradas, os Dízimos e as Passagens). Este também foi um período em que o próprio sistema colonial entrou em crise.

Em 1762, foi o último ano em que Portugal conseguiu arrecadar 100 arrobas, através dos Quintos. Haveria um contínuo decréscimo nos ganhos da Coroa. Para compensar isso, a Coroa buscava modernizar sua máquina fiscal e administrativa nas Minas e aumentar a repressão ao extravio, como descreve Gilberto Guerzoni Filho (1983).

A Metrópole seguia uma política mercantilista, e não poupava nem mesmo aos próprios portugueses. Era um governo sem piedade na sua sede de riquezas, como descreve Raimundo Faoro, em *Donos do Poder*: “o monstro sem alma, o titular da violência, o impiedoso cobrador de impostos, o recrutador de homens para empresas com as quais ninguém sentirá solidário” (apud GUERZONI FILHO, 1983, p.20). Com a Colônia a situação é pior ainda. Portugal quer sugar ao máximo, e as Minas seriam o principal alvo por suas riquezas minerais.

No entanto, coincide a decadência da exploração do ouro com a crise do sistema mercantilista. Surgiram idéias fisiocratas e iluministas, o capitalismo se desenvolveu. O governo português começou a ter déficits na segunda metade do século XVIII. A produção aurífera já não bastava para custear a balança comercial desfavorável do País, e os altos gastos da Corte.

Com isso, surgiu a necessidade de modernização, já que o modelo mercantilista se mostrava ineficiente. Com o ministro Marquês de Pombal, isso começaria a ocorrer. O quadro das Minas começava a mudar, inicialmente aumentando o rigor na tributação. No final do século XVIII, em 1795, surgiu o que Guerzoni Filho (1983) chamou de

“modernização ilustrada”, ou seja, a tentativa de implantação de idéias da ilustração na administração colonial.

A crise econômica e o êxodo que viveu a Capitania foram fortes inibidores da imprensa mineira. A Capitania continuou vendo sua população crescer, e algumas regiões se desenvolverem. No entanto, a capital Vila Rica (depois cidade de Ouro Preto), que era o local mais propício para o surgimento de jornais, sofreu fortemente a crise.

Pode-se ver a crise vivida por Ouro Preto prejudicando a desenvolvimento da imprensa desde o projeto do primeiro jornal oficial. Em 1822, por exemplo, o projeto da criação de um jornal oficial é abandonado por falta de recursos públicos, de acordo com Xavier da Veiga (1898).

4.2 O deslocamento constante da imprensa

Na história das Minas Gerais, a imprensa não se concentrou em um único centro. Por causa das mudanças econômicas e os processos de imigração dentro da Província (depois Estado), os jornais em períodos diferentes concentraram-se em Ouro Preto (1823-1885), Juiz de Fora (1885-1927) e Belo Horizonte (1927 em diante).

Esta é uma das principais razões de nenhum jornal mineiro importante do século XIX ter sobrevivido até os dias de hoje. A mais importante publicação que existe desde o século XIX é Órgão Oficial do Estado, o *Minas Gerais*, que começou a circular em 1892. Mas a vida longa do periódico se deve a ele ser o órgão oficial, e não pela sua popularidade. Outros estados ainda mantêm vivos importantes jornais do período oitocentista, como

Pernambuco (*Diário de Pernambuco* – 1825), Rio de Janeiro (*Jornal do Commercio* – 1827; *Jornal do Brasil* – 1891) e São Paulo (*Estado de São Paulo* – 1875).

Além disso, os três deslocamentos do centro da imprensa dificultaram a consolidação dos jornais mineiros em suas diversas fases. Na fase da imprensa publicista, Ouro Preto vivia em crise, como foi mostrado anteriormente. Na fase da imprensa informativa, a cidade perdeu definitivamente sua posição como centro da imprensa mineira para Juiz de Fora. Isso causou um atraso na história dos jornais. O primeiro jornal informativo surgiu em Ouro Preto (*Diário de Minas*), mas a imprensa informativa foi se consolidar em Juiz de Fora.

As mudanças nos centros da imprensa dificultaram a consolidação do jornalismo mineiro, porque elas não ocorriam de uma hora para outra. Era um processo em que uma cidade ia perdendo importância e outra ia se destacando. Com isso, no momento de transição, os periódicos da cidade central estavam enfraquecidos, enquanto os da localidade que ia ocupando este espaço ainda estavam se estruturando. O que não quer dizer que o deslocamento do centro da imprensa significasse a ruína dos jornais do centro anterior. No entanto, era no novo centro que a imprensa conseguia chegar superar suas fases de desenvolvimento.

Na fase da grande imprensa, também ocorreu outro deslocamento, com o centro da imprensa indo de Juiz de Fora para Belo Horizonte. Este também foi um processo longo. A nova capital foi inaugurada em 1897, mas só em 1927 superou Juiz de Fora.

No final do século XIX, Juiz de Fora possuía jornais informativos de ótima qualidade, e estava próximo da fase da grande imprensa. Quando se discutia a mudança da capital, Juiz de Fora era uma das principais candidatas a assumir este papel. Caso ela

tivesse sido escolhida, é muito provável que as Minas tivessem entrado na fase da grande imprensa bem antes.

Por ser a capital da Província, em Ouro Preto surgiram os primeiros e mais importantes jornais das Minas Gerais, até a década de 1780. Os seis primeiros jornais mineiros surgiram na cidade. No entanto, Ouro Preto, como já foi mostrado, foi a localidade que sofreu mais com a crise do ouro e com as mudanças econômicas, desde o último quarto do século XVIII. Neste período em que Ouro Preto (1823-1885) foi o centro da imprensa mineira, predominou nos jornais o chamado publicismo, ou seja, estes atuavam com instrumentos políticos.

A crise de Ouro Preto foi muito prejudicial ao desenvolvimento da imprensa na Província. Afinal, a cidade seria o centro da imprensa mineira até 1885, e tendo em vista que ela viveu uma situação de estagnação econômica, é fácil de entender os prejuízos que isto causou ao desenvolvimento dos jornais.

Além da crise da mineração, que deixou a cidade arrasada, Ouro Preto por sua topografia extremamente montanhosa não tinha como expandir, e desenvolver as atividades agrícolas. Foi essa topografia desfavorável que obrigou, no final do século XIX, a mudança da capital.

Os problemas econômicos de Ouro Preto foram obstáculos a imprensa das Gerais, que acabariam buscando outro centro, Juiz de Fora. As Minas viveram uma situação curiosa, tendo o centro de sua imprensa por mais de quatro décadas bem distante do centro administrativo.

Com a influência do café e da industrialização, Juiz de Fora ganhou grande importância nas últimas décadas do século XIX, e conseguiu tomar o lugar de Ouro Preto como centro econômico e da imprensa da Província.

Vários diários informativos de ótima qualidade surgiram em Juiz de Fora nas décadas de 1880 e 1890. Foi o grande momento da imprensa mineira do século XIX, foi a modernidade chegando aos jornais mineiros, já que estes eram muito superiores aos publicados em Ouro Preto. Destacava-se o *Pharol*, que começou a circular em 1866 e em 1885 tornou-se diário.

Mas havia ótimos concorrentes como o *Jornal do Commercio*, ligado à família Bonifácio Andrada; e o *Diário de Minas*, que contava com colunistas respeitados nacionalmente, como Raul Pompéia, Augusto de Lima, Raimundo Corrêa e Lúcio Mendonça.

A imprensa se desenvolveu bastante neste período, mas claro que esta divisão entre o centro econômico (Juiz de Fora) e o centro administrativo (Ouro Preto) era prejudicial ao processo de consolidação dos jornais. Seria muito mais propício ao surgimento de uma imprensa forte caso houvesse um grande centro administrativo e econômico.

Em 12 dezembro de 1897, com a inauguração da capital Cidade de Minas (que depois mudaria seu nome para Belo Horizonte), a imprensa mineira começou a se deslocar para este novo centro. A nova capital nasceu mostrando que queria ser o centro do jornalismo do Estado. Antes mesmo de ser inaugurada, cinco publicações já haviam sido criadas no local: *Bello Horizonte* (7 de setembro de 1895), *A Capital* (28 de janeiro de 1896), *Aurora* (15 de novembro de 1896), *Tiradentes* (21 de abril de 1897) e *Bohemio* (4 de julho de 1897).

Como diz Siqueira (1997):

A capital já nasce com uma missão: promover o progresso econômico e intelectual de Minas, projetando-a como a maior força política no cenário nacional. Construindo-se sobre os escombros do mundo rural arcaico, ela deve introduzir o Estado no moderno universo urbano e industrial (SIQUEIRA, 1997, p. 81)

Linhares (1903) mostra que até 1902, apenas quatro anos após a fundação da capital, já havia surgido na cidade 41 jornais e 8 revistas. Em 1900, por exemplo, circulavam 14 jornais, e três revistas. Alguns periódicos, como o *Minas Gerais* (órgão oficial do Estado, que circula até hoje), que já existiam, só mudaram sua sede da antiga capital Ouro Preto para Belo Horizonte.

No entanto, até o final da década de 1920, Juiz de Fora continuou sendo o centro da imprensa mineira. Esta também é a opinião do historiador Eduardo Frieiro (1962). Esta posição foi abalada com a fundação do *Correio Mineiro*, em 1926. Mas só foi perdida com a criação do *Diário da Manhã*, em 1927, e teve prosseguimento com o *Estado de Minas*, em 1928.

Essa mudança do centro da imprensa de Juiz de Fora para Belo Horizonte, também retardou o desenvolvimento dos periódicos. À medida que a nova capital ia crescendo, sua imprensa ganhava destaque, e a de Juiz de Fora se enfraquecia. A relação de Juiz de Fora não era mais com uma capital que estava impedida por sua topografia de crescer.

Foi em Belo Horizonte que os jornais puderam atingir a fase da grande imprensa. O que mostra que, apesar de tudo, é na nova capital que se consolidam os periódicos mineiros.

4.3 Distância do litoral

Como as Minas não têm litoral, a importação de tipografias tornava-se onerosa e difícil. A grande maioria das tipografias implantadas no País veio da Europa. Nas Minas, talvez por essa dificuldade de transporte, a sua primeira tipografia foi totalmente construída na Capitania, utilizando inclusive metais da região.

Mas a questão principal não é a dificuldade do transporte dos prelos. Até porque isso só dificultou o início da imprensa, e várias tipografias foram construídas nas Minas. O mais importante é o isolamento, e sentimento de isolamento que a Capitania vivia, principalmente nos séculos passados.

Vasconcelos (1981) mostra bem como o transporte para as Minas era difícil. As estradas inexistiam, a única coisa que havia eram as trilhas deixadas pelos cavalos ou mulas nas viagens. O governo português não estimulou a construção de estradas por que queria que as Minas ficassem isoladas, de forma a controlar a exploração de ouro e diamantes. “Não há caminhos (...) São burros de tropas que os definem em picadas precárias, que as chuvas a cada ano desfazem. Toda região nasceu isolada (...) Persistiu isolada por conveniência da Coroa” (VASCONCELOS, 1981, p. 23).

Maxwell (1978) fala da dificuldade que era chegar em Vila Rica:

Vila Rica, a opulenta cidade do ouro negro fica a cerca de 15 dias³⁵ de caravana de mulas da sede do vice-reinado, Rio de Janeiro. A estrada para a zona montanhosa brasileira, atravessando densa floresta tropical e

³⁵ Outros relatos dizem que a viagem demorava bem mais tempo, cerca de 45 dias.

contornando escarpas vertiginosamente altas, era perigosa e espetacular (MAXWELL, 1978, p. 108).

Para chegar ao litoral era necessário passar por inúmeros obstáculos naturais, como rios caudalosos e montanhas. Uma outra opção era o transporte fluvial. No entanto, em razão do relevo acidentado das Minas, os rios são navegáveis apenas em alguns trechos. Ao falar da dificuldade de comercializar as mercadorias das Minas, o governador Pedro Maria de Ataíde e Melo, em 1806, descrevia bem essa realidade. “(...) esta Capitania jamais poderá figurar por um comércio ativo, não só pela sua situação topográfica, mas ainda por não haverem rios navegáveis” (ATAÍDE E MELO apud IGLÉSIAS, 1972, p. 370).

Chaves (1995) descreve três caminhos por onde chegavam as mercadorias nas Minas, no século XVIII. Um pela Bahia, indo ao sertão, onde passa o São Francisco, e seguindo as margens do rio até o entroncamento com o Rio das Velhas, e daí até Sabará. Chaves (1995) não diz quanto dias em média demorava essa viagem.

Outro caminho saía de Santos ou Parati, passando por São João Del Rei até chegar a Vila Rica ou Sabará. O tempo médio de viagem era 60 dias. O outro trajeto começava no Rio de Janeiro, e, por ser mais curto, a viagem durava cerca de 45 dias.

Os caminhos eram precários, mas tendo em vista a insistência dos comerciantes pode-se deduzir que o lucro com o comércio era considerável.

Apenas em 1816 começam a ser construídas as primeiras estradas. Mas, como descreve Ávila (2000), tendo em vista a preocupação de Teófilo Otoni, já na década de 1830, para resolver o problema do transporte entre as Minas e o litoral, pode deduzir que irá demorar um bom tempo até que a Província tenha uma rede de estradas razoável.

Também Iglésias (1972) diz que relatos de 1835 descrevem a situação muito precária das estradas nas Minas, o que dificultava o comércio com outras regiões.

De Vila Rica (que depois passou a chamar-se Ouro Preto) são 700 quilômetros até o Rio de Janeiro, nessas péssimas condições. Pode-se imaginar a dificuldade que seria trazer uma tipografia por esse caminho. Sem falar que Vila Rica fica numa região de relevo muito inclinado.

No entanto, os equipamentos da Casa da Moeda chegaram a Vila Rica apesar de todas as dificuldades. Depois a *Tipografia Nacional* (que depois passou a chamar *Provincial*), também veio do litoral. Mas Xavier da Veiga (1898) diz que esta era “minúscula”. Em 1830, Teófilo Otoni levaria uma tipografia, “em lombo de burro”, para uma região bem mais distante do que Ouro Preto, o Serro. Mas certamente, nos três casos, as dificuldades foram grandes.

Além disso, com a construção da tipografia pelo padre Viegas e seu amigo português, de certa forma, a dificuldade foi superada. E, certamente, isso contribuiu com o jornalismo na região.

A dificuldade do transporte para as Gerais foi um obstáculo ao surgimento dos jornais. No entanto, isso poderia ser superado caso houvesse na região um grande desejo de criação da imprensa. Um exemplo disso é que, quando da descoberta do ouro, em poucos anos foram construídos centros urbanos em regiões de acesso extremamente difícil. Isso mostra como os obstáculos naturais são vencidos quando se almeja muito um objetivo.

Também é preciso considerar que a distância do litoral e a topografia montanhosa deixaram as Minas muito tempo com dificuldades de interação com o restante do País. Além disso, criaram uma sensação de isolamento, que influenciou no próprio modo de ser e pensar do mineiro, como será mostrado mais a frente.

Essas são questões que precisam ser levadas em conta quando se busca compreender o atraso da imprensa mineira em suas várias fases. Considero que estes não sejam os fatores principais, pois são obstáculos que poderiam ser superados. As Minas foram povoadas muito rapidamente, após a descoberta do ouro, e isto mostra como as dificuldades geográficas são superadas quando se considera importante vencê-las.

No entanto, é uma questão que precisa ser levada em conta. O isolamento, e a sensação de isolamento, é algo bastante claro, principalmente se olhar para a realidade do século XIX. Ao pensar as Minas, necessariamente vem a tona essa questão, que também vai influir no processo de consolidação dos periódicos.

4.4 Moderação e mineiridade

Nas Minas, apesar de haver líderes exaltados, prevalecia a moderação, um estado de espírito que contrastava com o das regiões onde florescia a imprensa neste período. Como mostra Lustosa (2000), que estudou a imprensa carioca de 1821 a 1823, as publicações eram bastante combativas e provocativas, por isto, ela deu o nome ao livro que trata do assunto de *Insultos Impressos*.

A imprensa na década de 1820 era panfletária, como descreve Lustosa (2000). Os jornais tinham como objetivo defender posições políticas. E, muitas vezes, publicações eram criadas para responder as ofensas feitas por outros periódicos.

Em 1821, já havia três jornais se agredindo no Rio de Janeiro: *O Espelho*, o *Revérbero Constitucionalista Fluminense* e *A Malagueta*. O *Revérbero*, de postura liberal, é

criado em 1º de outubro de 1821. Quinze dias depois surge *O Espelho*, seguindo a linha monarquista, no qual D. Pedro I escrevia, talvez com o objetivo de combater o *Revérbero*. Os dois jornais trocaram muitos insultos. Em dezembro de 1821, surgiria *A Malagueta*, que também entraria em conflito com aqueles dois periódicos.

Em 1822, no Rio de Janeiro, já ocorriam prisões de jornalistas, que incomodavam bastante ao poder. Um exemplo é o padre José Pinto da Costa Macedo, que nos jornais assinava “Filodemo”. Ele, que defendia idéias de igualdade étnica, por isso foi acusado de incentivar a rebelião dos escravos.

Mas seria a prisão dos dois redatores de *O Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense* que mais traria repercussão. O jornal fazia críticas ousadas a D. Pedro I. “O *Compilador* também teria dito que, apesar de na França só existirem regicidas, a viagem do príncipe teria um caráter pedagógico, pois assim ele ficaria sabendo a que perigos se expõe quem desobedece à opinião pública” (LUSTOSA, 2000, p. 199).

Como nas Minas prevalecia a moderação, o ambiente não era favorável ao publicismo. Enquanto a imprensa incendiava a política carioca, pernambucana e baiana, nas Minas nem havia jornais. Estes quando surgiram também não tinham a mesma agressividade da imprensa do período.

O primeiro jornal, *O Compilador Mineiro*, não defendia bandeiras políticas. Depois a Província teve o *Abelha do Itaculomy*, que também não era um jornal provocativo. Até 1825, as Minas tiveram, no máximo, uma publicação circulando o que dificultava o aparecimento do publicismo, pois não havia a possibilidade da troca de ofensas.

Em 1825, com a criação de *O Universal*, tendo como redator Bernardo Vasconcelos, a imprensa da Província ganhou força. Provavelmente, pelo seu caráter

político, seguindo a tendência dos principais periódicos publicistas do País, só que com mais moderação.

As Minas eram muito políticas, mas prevalecia a moderação e esperteza como diz Iglésias (1985):

(...) certo comportamento conciliador e até maneiroso, que chegou a virar folclórico (...) Compõe-se mesmo o estereótipo do 'político mineiro', visto como hábil, senão matreiro, que domina pela dissimulação e silêncio, respeito às conveniências, de modo que nunca se prejudica (IGLÉSIAS, 1985, p. 26).

Considero essencial, quando se busca compreender quais fatores foram inibidores da imprensa mineira, levar em conta esta questão tão importante que é o modo de ser do habitante desta região. Para compreender a história das Gerais não há como ignorar as particularidades de seu povo, ou seja, o que Gilberto Freyre denominou como “mineiridade”.³⁶

As características da mineiridade que mais influenciaram os jornais foram a moderação, o espírito conciliador e a autocensura. Na verdade, estas três características se confundem, dizem coisas bem semelhantes. Afinal ser moderado, tem relação com ser conciliador, e para isto a autocensura é essencial, evitando assim os conflitos.

A mineiridade influenciou bastante a imprensa. Isso é mostrado por todos os historiadores da imprensa das Gerais. Mas a mineiridade não fez apenas que a imprensa

³⁶ Como diz França (1998), Gilberto Freyre, em 1946, quando era deputado, fez uma conferência em Belo Horizonte com o nome “Ordem, Liberdade e Mineiridade”. Foi ele então o criador da expressão mineiridade para designar o modo de ser do habitante das Minas Gerais.

fosse moderada na região, mas também influenciou no desenvolvimento dos jornais em suas diversas fases.

Na fase publicista isso é mais explícito, tendo em vista que os jornais do período eram muito agressivos. O clima de conflitos era importante para o desenvolvimento dos periódicos nesta fase. No entanto, na Província prevalecia o clima de conciliação.

Nas fases dos jornais informativos e da grande imprensa, a moderação já não aparecia de forma tão clara como um fator inibidor da imprensa. Mas, tendo em vista que aliada a ela estava a questão da autocensura, a mineiridade continuava inibindo o desenvolvimento dos periódicos.

Para discutir esta questão é essencial entender o que é a mineiridade, compreendendo o processo de formação do povo da região. Os relatos históricos mostram que o povo mineiro já tinha características bem definidas, no período oitocentista. Especula-se que fatores geográficos (as montanhas e a distância do litoral), econômicos (o apogeu e a decadência da exploração de ouro) e históricos (a repressão no período aurífero e as perseguições em razão da Inconfidência) influenciaram na formação do homem das Minas.

Rodrigues (1986) diz que, no século XIX, o tradicionalismo e a moderação prevaleciam na Província. “As idéias professoradas pelos prelados destas cidades se situam na perspectiva de tradicionalismo” (RODRIGUES, 1986, p.21). Os bispados tinham muita influência, durante esse período, nos destinos da região.

Amoroso Lima, no clássico livro *Vozes de Minas*, que ele escreveu em 1942, sabe bem descrever o mineiro. Compara as Minas à Suíça, por representar o equilíbrio, e ter o importante papel de ser conciliadora. Para ele, o homem das Minas é irônico (semelhante ao inglês), realista, calmo, misterioso, contador de histórias, engraçado, terno, desejoso do

meio termo, valorizador das entrelinhas, paciente, amante do passado, conservador, ordeiro mas não cumpridor de leis, coletivista, econômico, simples, modesto, sem confiança, lento, fiel, fechado, indiferente aos modismos, perfeccionista, maduro (as crianças não tem direito à infância), ensimesmado, ligado à família.

França (1998) dá alguns exemplos de provérbios bem humorados que tentam caracterizar o mineiro:

- Mineiro trabalha em silêncio.
- Mineiro dá um boi pra não entrar numa briga, e uma boiada pra não sair.
- Mineiro não vende a prazo nem paga à vista.
- Mineiro, a gente vai com o milho, ele já vem com o fubá (FRANÇA, 1998, p. 72)

O mineiro é o avesso à modernidade, de acordo com AMOROSO LIMA (2000):

A força do mineiro, sua verdadeira modernidade está em não ser convencionalmente moderno. No dia em que um mineiro se trai a si mesmo e se submete a essa categoria de modernidade falsa, deixa de ser mineiro, corta as amarras com seu povo, com o seu passado, com as suas raízes e vai ser uma célula louca, perdida nos turbilhões do mundo, arrastada por forças exóticas, a que irá servilmente obedecer, com a ilusão de uma liberdade que não possui (AMOROSO LIMA, 2000, p. 50).

No entanto, vários autores, como Sylvio Vasconcelos, Alceu de Amoroso Lima, Francisco Iglesias, José Carlos Rodrigues e Gilberto Freyre, destacam que existem dois momentos na formação do povo mineiro: o primeiro de uma sociedade rebelde e desordenada, e o segundo de estabilidade e moderação. Num dos raros momentos em que

Freyre (1989) fala das Minas ele lembra da passagem do mineiro da turbulência para a estabilidade. “(...) mineiros; os quais, passada a fase turbulenta do ouro e dos diamantes, se aquietariam na gente mais estável, mais equilibrada e, talvez, melhor nutrida do Brasil” (FREYRE, 1989, p. 79).

Inicialmente, com a descoberta do ouro, as Minas foram invadidas por pessoas ávidas por riquezas, vindas de todas as partes. Foram aventureiros que chegavam transformando as Minas numa terra sem leis, onde prevalecia a violência e a libertinagem. De certa forma confirmava uma idéia muito forte na época de que o ouro trazia vícios, e não felicidade.

Por isso, na opinião de Tôrres (s.d.) um número enorme de igrejas foi construída na Capitania no período setecentista. Segundo o autor, uma fé surgia, não pela santidade da população, mas pelo sentimento de culpa por uma “vida pecaminosa”.

Viviam dentro dos pecados da cobiça e dos pecados da luxúria, como dentro da água dos riachos de onde tiravam o ouro. Morriam todos arrependidos, porém, faziam penitências, construíam igrejas, alforriavam escravos na hora da morte (principalmente escravas, por motivos perfeitamente óbvios), pediam missas e missas, na esperança de que Deus afinal fosse clemente, principalmente apelavam para a Virgem. É deveras comovedora essa valorização da pureza por aqueles homens de vida terrível (TÔRRES, s.d., p.506)

Aproveitando desse “sentimento de culpa”, segundo Tôrres (s.d.), muitos aplicaram o chamado “conto do vigário”. Pessoas mal intencionadas, com barbas longas, vestes religiosas e imagens de santos pediam esmolas (e estas vinham fáceis) aproveitando a consciência carregada daquela gente.

No período do ouro, os moradores das Minas também eram obrigados a pagar as “conhecenças”, uma espécie de dízimo, com o objetivo de manter os clérigos. E, com diz Lima Júnior (1978), tudo era tolerado contanto que se cumprisse as obrigações religiosas. “Cruzes à porta das casas, nos caminhos, nos altos de morros, nas guardas das pontes, em toda parte, erguiam-se para espantar o demônio, que tinha razões de sobra, para sentir-se a vontade se não fora o empecilho do símbolo da redenção” (LIMA JÚNIOR, 1978, p.92).

Como descreve Amoroso Lima (2000), no início do século XVIII, 90% das crianças que nasciam nas Minas eram bastardas. O viajante Richard Burton (1977), em sua viagem as Minas, ficou impressionado com a libertinagem que se entregavam todas as classes da sociedade.

De acordo com Arruda (1989), o mineiro apreciava muito o ócio. Com a esperança do enriquecimento fácil, o habitante da região não seguia a ética do trabalho. Como diz Arruda (1989, p.57), “o acalanto do ouro provocava a paralisia do todo social, transformando as Minas no pólo irradiador da preguiça nacional”. A esperteza também era característica desse período, como alerta Lima Júnior (1978), quando começa a falar da mineração: “que o leitor não se surpreenda do número de vezes que teremos que esbarrar com velhacarias, traições e falsidades, nestas histórias de ouro e diamantes” (LIMA JÚNIOR, 1978, p.59).

Lima Júnior (1978) conta que com essa esperteza mineira durante muito tempo se escondeu de Portugal os diamantes. As pedras eram contrabandeadas para Europa com se tivessem vindo da Índia. Para que isso não fosse descoberto, o ouvidor do Serro Frio, Antônio Rodrigues Banha, teve uma idéia inteligente que enganou por muito tempo o governo português. Ele mandou ao Conselho Ultramarinho várias pedras de cristal, dizendo que na região suspeitava-se que havia diamantes, e, por isso, pedia que o material fosse

examinado. A resposta foi que se tratava apenas de cristais, logicamente. Com isso, quando alguém denunciava ao Conselho Ultramarinho que havia diamantes na região do Serro Frio, seus membros respondiam com convicção que a notícia era falsa, que havia apenas cristais.

O início da ocupação das Minas, do final do século XVII até meados de XVIII, foi marcado, de maneira mais forte que em qualquer parte da Colônia, pela presença do que Holanda (2003) chama do aventureiro. “Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura (...) as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros” (HOLANDA, 2003, p.44).

Segundo Holanda (2003), o português foi um povo que seguiu a ética do aventureiro, buscando o enriquecimento rápido, e, por isso, destacou-se por sua ousadia no desbravamento dos mares. A colonização do Brasil é claramente marcada por essa postura de Portugal, que vai se expressar de forma mais evidente quando da descoberta do ouro nas Minas Gerais.

Nessa incerta aventura do ouro, de acordo com Arruda (1989), o mineiro se assemelha a Don Quixote, e a mulher mineira a doce Dulcinéia. Para a autora, a personalidade do mineiro também lembrava o quixotismo, principalmente pela atmosfera romântica criada por uma atração pela imagem da morte e por um forte cavalheirismo.

A região também nasceu com um forte sentimento de opulência, sentindo-se privilegiada em razão das riquezas. “Minas nasce, assim, sob o signo da opulência e da ostentação, sua população sente que foi contemplada com a generosidade da divindade” (RODRIGUES, s.d., p. 165).

Como mostra Holanda (1996), as Minas do ouro trazem a idéia do encontro do paraíso. De acordo com Arruda (1989), a região se diferencia do resto da Colônia,

representava a transformação em realidade dos mitos do “Dourado do Vupabuçu e Paraupava” e do “Sabarabuçu”³⁷.

Holanda (1996) fala de um comunicado que foi feito ao rei de Portugal, em 1550, descrevendo o relato dos índios sobre a existência de uma serra cheia de ouro, que eles chamavam de “sol da terra”. O autor descreve o conteúdo do comunicado:

Além de resplandecente era a serra de cor amarelada e despejava ao rio pedras dessa mesma cor, que se conheciam pelo nome de ‘pedaços de ouro’. Tamanha era a sua quantidade que os índios, quando iam à guerra, apanhavam dos ditos pedaços para fazer gamelas, em que davam aos porcos de comer, ‘que para si não ousavam fazer coisa alguma, porque dizem aquele metal adoeça. E pela mesma razão não ousavam passar à serra, que era muito para temer, devido ao resplendor’ (HOLANDA, 1996, p. 37)

A riqueza encontrada nas Gerais, no século XVIII, foi imensa. Lucas (1991) diz que “Eschwege avaliou a produção de ouro no Brasil (a maior parte nas Minas), até 1820, incluindo-se o contrabando, em 63.467 arrobas e 14 marcos, vale dizer, cerca de um milhão de quilos” (LUCAS, 1991, p. 14)

Rodrigues (s.d.) fala da arrogância das elites mineiras. “(...) comportava-se como uma projeção da monarquia portuguesa nos trópicos, e esta respirava a atmosfera de povo eleito” (RODRIGUES, s.d., p. 186).

Paula (1999) dá uma idéia do mineiro do século XVIII, com sua rebeldia, sua rica vida cultural e o medo trazido pela repressão ao extravio do ouro. “Século do ouro e do sangue, do medo e das batalhas, traições e desafios, século dos poetas, músicos, escultores,

³⁷ De acordo com Holanda (1996) o “Dourado do Vupabuçu e Paraupava” seria uma lagoa dourada, e o “Sabarabuçu” uma serra reluzente.

arquitetos e humanistas. Tempo que inventou aquela frase até hoje significação permanente nas Minas: - As paredes têm ouvidos” (PAULA, 1999, p. 16).

No entanto, como descreve vários autores, o perfil do mineiro se modifica rapidamente, à medida que vai se estruturando a sociedade local e se esgotando o ouro. De aventureiro, o mineiro vai se aproximando mais do perfil do trabalhador. Largando a ousadia, e tornando um povo conhecido pela moderação e pela simplicidade. O mineiro vai se enquadrando mais na definição de Amoroso Lima (2000, p.106-107): “O mineiro não ama a inovação, a aventura, o risco à toa (...) Minas é a substância *moderadora*”.

Como diz Carrato (1968), a decadência da exploração do ouro foi um grande trauma para os mineiros. “(...) é a dissolução do próprio homem. Vindo como aventureiro do ouro ou já ali nascido, o homem de Minas acaba imbuindo-se profundamente da doida esperança, da certeza absoluta de que vai enriquecer de uma hora para outra” (CARRATO, 1968, p. 227).

Com a decadência do ouro, o mineiro perde sua ousadia e torna-se comedido e cético, na opinião de Vasconcelos (1981). Para ele, é como se nas Minas ficasse um clima de cansaço, desilusão e desesperança. Por isso, segundo o historiador, o mineiro fica ambíguo.

Por fora conforma-se, e adota comportamento adequado à nova situação. Por isso, o mineiro é duplo e antagônico. Em sua inércia dá um boi para não entrar na briga, mas a sua ancestralidade o leva a doar boiadas para não sair dela (VASCONCELOS, 1981, p. 23)

Essa idéia é compartilhada por Paula (1999), que diz que “o mineiro é contraditório até o paroxismo. Nele se integram duas tendências antagônicas – a passional e a racional, que se integram na síntese da ironia e do desconfiar” (PAULA, 1999, p. 211).

Latif (s.d.) diz que junto ao ouro veio a repressão e a desconfiança. “A atmosfera é pesada. Não se ouve um conselho amigo que não seja de cautela” (LATIF, s.d., p. 12). A autora acredita que isso vai moldando a personalidade do mineiro, deixando-o precavido, desconfiado. Ela dá um exemplo:

Quando um viajante, procurando pouso, grita: ‘ó de casa’, a hospitalidade mineira logo o acolhe, sem nenhuma reserva. Recebe-o até com satisfação, à procura de notícias, de novidades, que, numa conversazinha, quebrem o alheamento em que se vive. Instala-se o forasteiro, cumulado de atenções, no quarto de hóspede junto à sala na frente da casa. Mas depressa esgotam-se os assuntos; em pouco já não há nada que aprender e, chegando a escuridão da noite, quando os fantasmas da imaginação põem-se a vagar mais à vontade, o forasteiro torna-se um intruso (LATIF, s.d., p. 175)

Também o botânico francês Saint-Hilaire (1974), em sua viagem a Minas em 1822, fala dessa desconfiança. “Enquanto trabalho, as mulheres, segundo o hábito de Minas, intrometem o nariz pela porta adentro para verem o que eu faço” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 56).

Tôrres (s.d.) contando da viagem de D. Pedro I as Minas, pouco antes da Independência, indiretamente descreve o perfil do mineiro do século XIX. O autor diz que D. Pedro I queria “viajar como um mineiro”, ou seja, sem conforto nenhum. “(...) dormiria sobre uma esteira e faria travesseiro da canastra; alimentar-se-ia de feijão; à falta de pão,

não desdenharia a farinha de mandioca” (TÔRRES, s.d., p. 637). Isso mostra o jeito simples de vida do homem das Gerais.

Saint-Hilaire (1974), no relato de sua viagem as Minas em 1822, destaca a docilidade e hospitalidade do mineiro. O viajante fala de uma situação que na França levaria as pessoas a agirem de forma ríspida, mas nas Minas se agia com doçura:

As tropas passavam incessantemente pelo rancho. Em França, traria isto gritos, injúrias, disputas. Aqui, tudo se passa em paz. Todos trabalham sem o menor barulho. O mais sujo tocador de porcos fala com doçura e polidez. Trocam-se entre desconhecidos pequenos obséquios necessários, e todos vivem na maior harmonia (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 26)

Chegando em Vila Rica, de acordo com Tôres (s.d.), José Bonifácio fez uma insinuação sobre a malícia dos mineiros. “(...) advertia ao Príncipe seu ministro José Bonifácio, com exagero bem andradino: ‘Não se fie V. A. R. em tudo o que disserem os mineiros, pois passam no Brasil pelos mais finos e trapaceiros da Terra, fazem do preto branco” (TÔRRES, s.d., p. 641).

Rodrigues (s.d.) considera que o mineiro vai ganhando o perfil moderado desde antes da Independência. Ele diz: “reina em Minas uma atmosfera morna e deliciosa” (RODRIGUES, s.d., p. 200). No entanto, para o autor com a derrota da revolução liberal de 1842, o povo das Gerais deixou de lado os radicalismos para aprofundar sua postura conciliatória.

Isso se reflete na imprensa. Em 1842, morre o combativo jornal *O Universal*, e, em 1850, surge *O Conciliador*, que o próprio nome já demonstra a sua postura.

No entanto, para Dulci (1984) o conceito de mineiridade é ideológico, ou seja, teria sido construído pelas elites de forma a manter o *status quo*.

(...) essa imagem é cultivada, em primeiro lugar, pela própria elite política de Minas. Esta se vê como portadora de tais atributos, difunde sua auto-imagem e elabora formulações a respeito (...) essa concepção cumpre portanto uma função ideológica, tanto em termos de unificação das elites quanto no sentido de justificar sua hegemonia social. A 'mineiridade' constitui portanto um bom exemplo de ideologia da classe dominante (DULCI, 1984, p. 13)

França (1998) considera que existe um lado ideológico no conceito de mineiridade, mas que este não pode ser tratado apenas sob esta perspectiva. Arruda (1989) também diz que a mineiridade tem três dimensões: a ideológica, a mítica e a imaginária.

Mesmo Dulci (1984), apesar de denunciar a função ideológica do conceito de mineiridade, não rejeita a idéia de que o povo das Gerais tem características particulares. Ele também demonstra como a política mineira sempre seguiu pela linha da conciliação.

Dulci (1984) confirma a existência de uma forma de fazer política mineira, que pode ser observadas em lideranças desde o período imperial. Mas ele denuncia que isso funcionava como uma forma de fortalecimento das elites da Província.

Essa forma moderada de fazer política, marcada pela conciliação, é um elemento que vai influir na história dos jornais da região, até porque o publicismo predominou em boa parte do século XIX.

Dulci (1984) mostra como as três principais lideranças políticas na Província durante o período Imperial (Bernardo Vasconcelos; Honório Hermeto, o Marquês de Paraná; e Teófilo Otoni) eram conciliadoras.

O principal exemplo, para o autor, é Bernardo Vasconcelos, que inicialmente se posiciona como um combativo liberal, mas com a abdicação de D. Pedro I, torna-se conservador, passando a liberar o movimento chamado de “regresso”. Vasconcelos queria o meio termo, não aceitava o autoritarismo, mas também não queria liberdade demais. E ele não escondia isso. Um trecho de uma carta escrita por Vasconcelos, em 1828, para seus eleitores, mostra bem sua maneira mineira de pensar:

Fui liberal; então a liberdade era nova no País, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; e por isso sou regressista (VASCONCELOS apud DULCI, 1984, p. 16)

Para o estudo sobre as causas do atraso na implantação e consolidação dos jornais das Gerais, não é de grande relevância discutir pormenores sobre a questão ideológica do conceito de mineiridade. O mais importante é compreender as características que identificavam este povo, e que influenciaram muito na forma de fazer política e na imprensa da região. Como diz França (1998, p.97): “não se trata de buscar um perfil unificado do mineiro, mas um sentimento e uma dinâmica simbólica compartilhados por pessoas com características variadas”.

Claro que, ao se falar do *ethos* mineiros, tem que se ter consciência das diferenças psicológicas, geográficas, sociais e culturais dentro das Minas. É como diz Dulci (1984):

Ao adotarmos o paradigma da 'mineiridade', estaremos estendendo-o por igual aos diversos grupos e classes que compõem a estrutura social de Minas? Ao latifundiário e ao seu colono? (...) há ainda a questão de definir os limites geográficos dentro dos quais se poderia considerar a existência do 'caráter' (DULCI, 1984, p.12)

É consenso entre os historiadores da imprensa mineira do século XIX que esta tinha a moderação como uma característica forte. E, para entender essa forma de fazer jornais nas Minas, é necessário conhecer o homem das Gerais do século XIX.

Considero esta uma causa do tardio surgimento de jornais e da demora da consolidação da imprensa mineira. A moderação, que prevalecia na Capitania, não era propícia para o desenvolvimento de periódicos na fase publicistas. Os jornais cresciam em ambientes em que o conflito político os demandavam. Nas Gerais, o quadro era o oposto disso. Não que o mineiro não gostasse de política, mas porque tinha um jeito diferente de fazer política, em que o confronto era evitado.

Nas outras fases da imprensa, a mineiridade também vai influir por sua face de autocensura. Para conciliar e agir com moderação, é necessário pensar bem no que se vai falar, e nisto a autocensura aparece com algo relacionado ao modo de ser do mineiro.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa nas Minas Gerais foi tardia em suas várias fases, como foi mostrado. Essa realidade também é reconhecida nos estudos mais recentes sobre a imprensa mineira. O Brasil inteiro também teve a imprensa tardia, mas as regiões mais desenvolvidas estiveram bem mais avançadas que as Minas no processo de consolidação de seus jornais.

A situação dos jornais mineiros não era coerente com a importância política e econômica que a região teve no século XVIII e XIX. Durante todo o século XIX, a Província foi a com maior representação no Legislativo Federal. Isso desde a Constituinte de 1823. As Minas também foram a Província (depois Estado) mais populosa do Brasil até as primeiras décadas do século XX. Quando da proclamação da República, em 1879, por exemplo, a Província tinha 3.184.099 habitantes e a população do País era de 14.333.915. Mas, logicamente, tem-se que considerar a crise da mineração, no final do século XVIII, e as várias mudanças econômicas e sociais que a região viveu, que tiveram bastante influência no desenvolvimento dos periódicos.

A escolha do método funcionalista para estudar esta questão foi muito feliz. Afinal buscava-se compreender não um fato isolado, mas uma questão estrutural da sociedade mineira. O estudo pretendia entender porque a imprensa era tardia em várias fases.

O estudo de Marques de Melo (2003) foi de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa. O autor conseguiu mostrar fatores estruturais da sociedade colonial brasileira, que ajudaram muito a entender a realidade das Gerais. Para se entender as particularidades das Minas era necessário conhecer a realidade brasileira, e foi possível encontrar isto no trabalho de Marques de Melo (2003).

Os fatores apresentados por Marques de Melo (2003) também eram encontrados nas Gerais. A situação sócio-econômica da Capitania (depois Província) não favorecia o surgimento de periódicos. Isso é muito importante para entender a imprensa mineira.

No entanto, apesar de todas suas carências, as Minas eram uma das regiões mais desenvolvidas do Brasil, principalmente no século XVIII e primeira metade do século XIX. Tinham condições sócio-econômicas precárias, mas estavam em melhor situação do que a maioria da Colônia.

Então foi necessário buscar quais eram as particularidades que fizeram com que a região não acompanhasse a imprensa das principais capitanias (depois províncias). Não foi fácil descobrir isso, já que os historiadores das Gerais sempre ressaltavam as vantagens da região causadas pela mineração.

A situação mineira era bastante paradoxal, lembrava os versos de Drummond que dizem que só os mineiros conhecem os segredos das Minas, mas que não os dizem nem a si mesmos. Mas a medida que se foi aprofundando a pesquisa foi possível encontrar questões que foram inibidoras do desenvolvimento dos jornais em suas diversas fases.

Para dizer quais os fatores responsáveis pelo atraso da imprensa da região, tem-se que pensar em duas questões. Primeiro, sobre o que dificultou o desenvolvimento da imprensa brasileira em geral. Isso é muito importante, logicamente, para entender a história dos jornais em qualquer região brasileira. Depois, levar em conta as particularidades das Gerais, que fizeram com que a Capitania (posteriormente Província) não acompanhasse as regiões mais desenvolvidas.

A natureza feitorial da colonização foi um fator muito forte. Afinal o processo colonizador tem grande influência em toda história do País. Aliado a isso, ou em razão da forma com foi realizada a colonização, estavam questões estruturais básicas da sociedade

brasileira, como o atraso dos indígenas, o analfabetismo, a pequena burocracia estatal, as insipientes atividades comerciais e industriais, a falta de urbanização e a censura. Era um quadro bastante desfavorável ao desenvolvimento da imprensa brasileira. Nas Minas, principalmente no período colonial, existiam alguns pontos positivos, como a urbanização, mas em geral o quadro era semelhante ao resto da Colônia.

No entanto, o estudo exigiu que se buscasse o que havia de particular nas Minas. A primeira questão encontrada foi a crise da mineração do ouro e as mudanças econômicas que a Capitania (depois Província) viveu. Isso foi muito prejudicial, principalmente ao nascimento e aos primeiros anos dos jornais mineiros.

A questão tornou-se mais grave ainda por a capital da província, Ouro Preto, ter sido a cidade que mais sofreu com a crise. Era o município com melhores condições para o desenvolvimento dos jornais, por isto, a crise de Ouro Preto vai ter efeitos muito negativos na imprensa mineira.

Aliado a isso, não se pode deixar de considerar o fato das Minas estarem longe do litoral e cercadas de montanhas, o que dificultava o intercâmbio com outras regiões e trazia a sensação de isolamento. Esta é uma questão que também dificultou para que a região acompanhasse a imprensa das capitanias mais desenvolvidas.

Outra causa muito clara para o atraso dos jornais mineiros, em suas diversas fases, foi a constante mudança do centro da imprensa: Ouro Preto (1823-1885), Juiz de Fora (1885-1927) e Belo Horizonte (a partir de 1927). Estas mudanças interromperam o processo de desenvolvimento dos jornais, fazendo com que as Gerais demorassem mais a alcançarem cada uma das fases da imprensa brasileira.

A mineiridade também apareceu como fator inibidor da imprensa mineira. A conciliação, a moderação e a autocensura foram características do habitante da região que dificultaram o desenvolvimento dos periódicos.

Foi fundamental a compreensão das particularidades mineiras, e da realidade depois da crise na mineração. As Minas foram uma das regiões brasileiras que mais sofreu mudanças, e tudo de forma brusca. Primeiro, em sua ocupação que ocorreu em poucos anos depois da descoberta do ouro. Depois, com a crise do ouro, que fez com que a estrutura da Capitania mudasse bastante, e o próprio povo das Gerais modificasse seu modo de ser.

Para entender a imprensa mineira foi necessário resgatar esta realidade das Minas oitocentistas, de uma Província (depois Estado) de destaque, mas com uma sociedade agrária (com nostalgia da opulência do período do ouro, e uma estrutura urbana deixada por este passado), de muitos fluxos migratórios e de um povo caracterizado pela moderação e espírito conciliador.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Washington. **Minas do ouro e do barroco**. Belo Horizonte: Barravento, s.d. 248p.

ALVES, José Augusto dos Santos. **A opinião pública em Portugal (1780-1820)**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2000. 618p.

ARANHA, Brito. **Subsídios para a história do jornalismo nas províncias ultramarinhas portuguesas**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. 27p.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 379p.

ÁVILA, Affonso. **Catas de aluvião: Do pensar e do ser em Minas**. Rio de Janeiro: Graphia, 2000. 302p.

AZEVEDO, Djalma Alves de. **A imprensa nasceu em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000. 256p.

AZEVEDO, Moreira. Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 28, v. 31, 1865. p.169-224.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ibrasa, 1972. 3ª ed. 247p.

BARBOSA, A. da Cunha. Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 63, v. 102, 1901. p.239-262.

BARBOSA, Waldemar A. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986. 382p.

BOSCHI, Caio César. **Estado e irmandades em Minas Gerais no século XVIII**. 1982. 326 f. Tese (doutorado em História) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

_____. **Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal**. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 1998. 122p.

BRAGANÇA, Aníbal. **Uma introdução à história editorial brasileira**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Centro de História da Cultura, 2002. 57-83p.

BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. 359p.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes et al(org.). **A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)**. Lisboa: Biblioteca Nacional- Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999. 283p.

CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas. **Imprensa Mineira: Memória histórica – Edição comemorativa do centenário da independência (1822-1922)**. Belo Horizonte: Typ. Oliveira, Costa & Comp., 1922. 169p.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARNEIRO, Edilaine Maria de Almeida & NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. In: **Efemérides Mineiras**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 1115p.

CARRATO, José Ferreira. O pai da imprensa mineira e o seu mundo. In: **Revista da Escola de Comunicações Culturais da USP**. São Paulo. V. 1, n. 1, 1968. p.65-100.

_____. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: Edusp, 1968. 311p.

CARVALHO, André & BARBOSA, Waldemar. **Dicionário Biográfico Imprensa Mineira**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994. 259p.

CARVALHO SILVA, Kathia Maria de. **O Diário da Bahia e o século XIX**. Brasília: INL, 1979. 258p.

CASTRO, Maria Ceres Spínola; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). **Folhas do tempo:** Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1985-1926). Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997. 240p.

_____. A aventura da imprensa. In: CASTRO, Maria Ceres Spínola; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). **Folhas do tempo:** Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1985-1926). Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997. p.19-46.

_____. Estudo crítico e nota biográfica. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte:** 1985-1954. 1 ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p.13-41.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes:** Mercadores das Minas setecentistas. 1995. 198f. Dissertação (Mestrado em História). UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

O PRIMEIRO periódico de Minas Gerais. **Correio Oficial de Minas.** Ouro Preto, 10 e 13 de jan. 1859.

COSTA FILHO, Miguel. **A imprensa mineira no Primeiro Reinado.** Tese apresentada ao VI Congresso Nacional de Jornalistas. Rio de Janeiro: 1955, ed. não identificada. 62p.

COSTA, Licurgo; VIDAL, Barros. **História e evolução da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Comissão Organizadora da Representação Brasileira à Exposição dos Centenários de Portugal, 1940. 240p.

COSTELA, Antônio F. **O controle da informação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1970. 156p.

CUNHA, Lygya da Fonseca Fernandes da. **Uma raridade bibliográfica: O canto encomiástico de Diogo Pereira Vasconcelos impresso pelo padre José Joaquim Viegas de Menezes, 1806.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1986. 69p.

_____. **Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego, Lisboa.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. 24p.

DRUMMOND, M. Francelina Silami Ibrahim. **Instrução e recreio do leitor: de variedades à literatura.** In: Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFOP. 2001.

DUARTE; BARROS (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005. 380p.

DUARTE, José Rodrigo. O padre José Joaquim Viegas de Menezes (N. em 1778 - M. no dia 1 de julho de 1841). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 11, p.255-274. 1906.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: A mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Cortez, p.7-32.1984.

FARINHA, Ramiro (org.). **Imprensa Nacional de Lisboa: Sinopse de sua história.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1969. 77p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2000. 657p.

FELÍCIO DOS SANTOS, Joaquim. **Memórias do distrito diamantino.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. 4ª ed. 338p.

FERNANDES, Neusa. **A inquisição em Minas Gerais no século XVIII.** 1997. 234f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Florestan. O método de interpretação funcionalista na sociologia. In: FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica.** São Paulo: Editora Nacional, 1959. Parte III, p.189-345.

FONSECA, Janete Flor de Maio. **Tradição e modernidade: A resistência de Ouro Preto à mudança da capital.** 1998. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

FONSECA, José Eduardo da. **O patriarca da imprensa e várias allocuções.** Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro e Maurillo, 1920. 118p.

FONSECA, Godin da. **Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1908)**. Rio de Janeiro: Liv. Quaresma, 1941. 416p.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social: A história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 259p.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiro do século XIX**. Recife: Imp. Universitária, 1963. 224p.

_____. **Casa grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo : Círculo do Livro, 1989. 587p.

FRIEIRO, Eduardo. Notas sobre a imprensa mineira. **Revista da Universidade de Minas Gerais**. Separata nº 12. Jan. 1962. p.64-83.

_____. **O diabo na livreria do cônego**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2ª ed. 184p.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: A interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. 1996. 356 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

FURST, Oswaldo. **Lucta contra o absolutismo: Primeira fase jornalística em Minas (1824-1831)**. Belo Horizonte: Imp. Oficial, 1918. 40p.

GAMA, José Saldanha da. Biografia do botânico brasileiro José Mariano da Conceição Velloso. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo XXXI, parte II, p.137-305, 1º trimestre de 1868.

GÊNESE e progressos da imprensa periódica no Brasil, publicação especial da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil**, 1908. p.64.

GENRO FILHO, Adelmo. O funcionalismo e a comunicação: Considerações preliminares. In: **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Tchê, 1987. Cap. 1, p.29-38.

GOODWIN JÚNIOR, James William. A luz do progresso em Juiz de Fora: O jornal *Pharol* nas décadas de 1870-1880. In: **Rev. Varia História**. UFMG. n. 17. mar. 1997. p. 195-219.

_____. **A “Princesa de Minas”**: A construção de uma identidade pelas elites juizforas (1850-1888). 1996. 230 f. Dissertação (Mestrado em História). UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

GUERZONI FILHO, Gilberto. **Política e crise no sistema colonial em Minas Gerais (1768-1808)**. 1983. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 26ª ed. 220 p.

_____. **Visões do paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 365p.

IGLÉSIAS, Francisco. **Três séculos de Minas**. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 1985. 32 p.

_____. Minas Gerais. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1972. t.2, v.2, cap. 3, p.364-412.

IPANEMA, Marcelo de; IPANEMA, Cybele de. Imprensa na Regência: Observações estatísticas e de opinião pública. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. V. 307, abr/jun , 1975. p.91-95.

JOSÉ, Oiliam. **Historiografia mineira**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. 453p.

LAET, Carlos de. O imperador e a imprensa. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 98, v. 152, 1925. p.409-411.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. São Paulo: Record, 2001. 189p.

LATIF, Mirian de Barros. **As Minas Gerais**. 208p. (não são identificadas as outras informações bibliográficas).

LAURENCE, Hallewell. **O livro no Brasil**: sua história. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2005. 809p.

LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 225p.

LIMA JÚNIOR, Augusto. **A Capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. 140p.

LINHARES, Joaquim Nabuco de. Imprensa em Belo Horizonte. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano VIII, 1903, p.585-614.

_____. **Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1985-1954**. 1 ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 587p.

LUCAS, Fábio. **Mineirações**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. 336p.

LUKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001. 288p.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 497p.

_____. Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 71p.

_____. **Formadores do Brasil: Um retrato do polêmico Pereira de Vasconcelos**. In: Observatório da Imprensa <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al180720011.htm>> Acesso em 10 de maio de 2004.

MACHADO, Abílio. História da imprensa mineira. Jun. 1929. **O Jornal** (edição especial). Rio de Janeiro. 22 dez. 1929.

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco mineiro**. São Paulo: Perspectiva, 1991. 439p.

MARTINS, Francisco de Souza. Progresso do Jornalismo no Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 8. 1846. p.262-275.

MARCOS, Luís Humberto; TEIXEIRA, Rui Assis. **Imprensa, censura e liberdade: 5 séculos de história**. Porto: Museu Nacional da Imprensa, 1999. 107p.

MATOS, Isabel Missagia de. **“Civilização” e “revolta”**: Povos Botocudos e indigenismo missionário na Província de Minas. 2002. 577f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: Inconfidência Mineira – Brasil e Portugal (1750-1808). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 317p.

_____. A Inconfidência Mineira: dimensões internacionais. In: MAXWELL, Kenneth. **Chocolate, piratas e outros malandros**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 467p.

MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973. 163p.

_____. **História social da imprensa**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. 2ª ed. 184p.

_____. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003. 239p.

_____. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003. 373p.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985. 166p.

MENDES, Jairo Faria. Xavier da Veiga: O precursor nos estudos sobre jornalismo nas Minas Gerais. **Jornal da Rede Alçar**. Ano 4, nº 44, 1º de agosto de 2004.

_____. Padre Viegas, ártilice da primeira tipografia brasileira. **Jornal da Rede Alçar**. Ano 4, nº 45, 13 de setembro de 2004.

_____. Internet Imperial: Notícia publicada no “Diário de Minas”, de Ouro Preto, sugere a existência de romances virtuais, com direito a casamento pelo telegrafo, em pleno século XIX. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 16 jun. 2005. Caderno Pensar, p.1.

MOURA, Antônio de P. e outros. O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira - 1869/89. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XXXVIII, 1990, p.131-257.

MORAIS, Rubens Borba de. **Bibliographia brasiliana**: A bibliographical essay on rare books on Brazil published from 1504 to 1900 and Works of brazilian authors published abroad before the independence of Brazil in 1822. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Colibri, 1958. 875p.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Univ. Federal de Pernambuco, 1969. v. 4. 376p.

NEVES, João Alves das. **História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo**. Lisboa: Dir. Geral das Comunicações Sociais, 1989. 166p.

NEVES, Joel. **Idéias filosóficas no Barroco Mineiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986. 195p.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995. 6ª ed. 420p.

NUNES, Maria de Fátima e BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). In: **Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

OLIVEIRA, Almir de. **A imprensa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: s.e., 1981. 59p.

PAIVA, Clotilde Andrade e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e espaço no século XIX mineiro**: Algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina 1995. Vol. 1. Belo Horizonte: UFMG, 1995. p.87-108.

PASSOS, Alexandre. **A imprensa no período colonial**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952. 72p.

PAULA, José Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 156p.

PAULA, Tanya Pitanguy de. **Abrindo os baús: Tradições e valores das Minas e das Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 166p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2004. 23ª ed. 390p.

REIS, Liana Maria. **Escravos e abolicionismo na imprensa mineira (1850/1888).** 1993. 216f. Dissertação (Mestrado em História). UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia.** São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1968. 204p.

RODRIGUES, José Carlos. **Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1986. 180p.

_____. **Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais – 1ª metade do século XIX.** In: III Seminário sobre a cultura mineira (século XIX). Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. p.165-204.

ROMANCINI, Richard. Inventando tradições: **Os historiadores e a pesquisa inicial sobre o jornalismo.** Anais do II Encontro da Rede Alçar. Florianópolis, 15 a 17 de abril de 2004. GT História do Jornalismo.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 378p.

_____. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822).** Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 125p.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Vila Rica do Pilar.** Belo Horizonte: Itatiaia; Edusp, 1982. 233p.

SANTOS, Lúcio José dos. **História de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972. 178p.

SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. **A escrita e a fala:** Idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825). 1999. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

SEMERARO, Cláudia Marinho. Início e desenvolvimento da tipografia no Brasil. In: **História da tipografia no Brasil.** SP: Masp, 1979. p.5-21

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Além das palavras, além das formas. In: CASTRO, Maria Ceres Spínola; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). **Folhas do tempo:** Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1985-1926). Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997. p.71-106.

SILVA, André Mansuy Dinis. **Portrait d'un homme d'état:** D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte Linhares: 1755-1812. Lisboa, Paris: Fundação Calouste Gulbekian, 2002. vol.1.

SINGER, André. Nota sobre o papel da imprensa na transição política. In: FILGUEIRA, H. Carlos (org.). **Prensa y transición democrática:** Experiencias recientes en Europa y America Latina. Madri: Iberoamericana, 1994. p.178-187.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1998. 2ª ed. 356p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 4ª ed. 501p.

TENGARRINHA, José. **Da liberdade mitificada à liberdade subvertida:** Uma exploração no interior à repressão à imprensa de 1820-1828. Lisboa: Colibri, 1993. 194p.

_____. **História da imprensa periódica portuguesa.** Lisboa: Caminho, 1989. 352 p.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais.** Vols. 2, 3 e 4. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro. 2ª ed.

VALADARES, Virginia Trindade. **Elites mineiras setecentistas:** Conjugação de dois mundos. Lisboa: Colibri, 2004. 541p.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. 282p.

VASCONCELOS, Sylvio de. **Mineiridade**: Ensaio de caracterização. São Paulo: Abril Cultural, 1981. 107p.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Um cimélio preciosíssimo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, vol. 1, ano I, p.155-160. jan./mar. 1896.

_____. A imprensa de Minas Gerais (1807-1897). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, vol. 3, ano III, 1898. p.169-249.

_____. O fundador da imprensa mineira: Padre José Joaquim Viegas de Meneses. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, vol. 3., p. 240-249. jan./mar. 1898.

_____. **Efemérides Mineiras 1664-1897**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 1115p.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1897)**. Rio de Janeiro: 1945. 664p.

_____. Um século e meio de imprensa carioca (1808-1965). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 271, abr./jun., 1966. p.169-224.

VIANA DA SILVA, Leonardo. **Redescobrimo as cidades mineiras oitocentistas**. In: Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina 1995. Vol. 1. Belo Horizonte: UFMG, 1995. p.87-108.

VICENTE, Enrique Rios. O jornalismo na América Latina. In: QUINTEIRO, Alejandro Pizarroso (coord.). **História da imprensa**. Lisboa: Planeta, 1994. 703p.

VILLALTA, L. C. . Censura Literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial. In: Maria Luiza Tucci Carneiro. (Org.). **Minorias Silenciadas: História da censura no Brasil**. São Paulo, 2002, v. 1, p.45-89.

WEGNER, Robert. **Livros do Arco do Cego no Brasil colonial**. In: História, Ciência e Saúde – Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1). p.131-40. 2004.

ZILBERMAN, Regina. Escrever ou publicar livros na Colônia era uma tarefa perigosa. **Revista Nossa História**. Ano 2. n° 19, mai 2005. p.68-71.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)